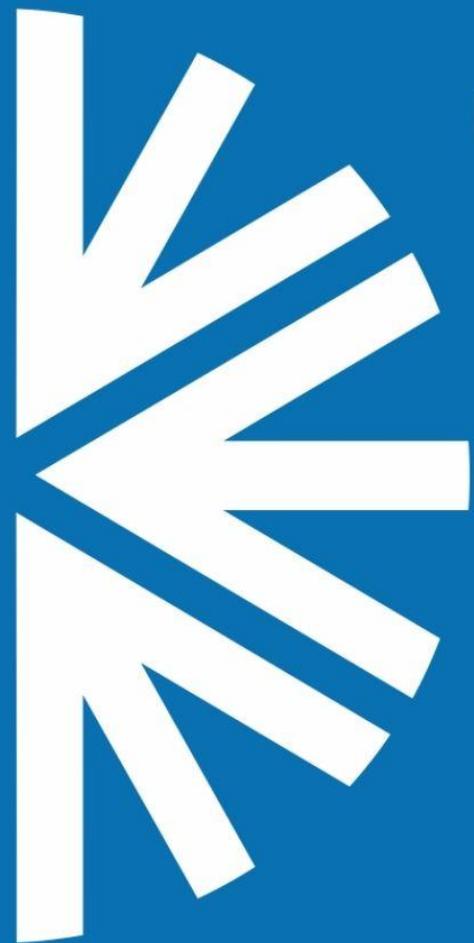


**CEEE**  
GERAÇÃO E  
TRANSMISSÃO

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**DEZEMBRO 2020**



Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em milhares de reais.

## SUMÁRIO

Relatório de Administração	03
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	
Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados	36
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	37
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	38
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas	39
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	40
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	41
Notas explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	42
Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	121
Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes	122
Parecer do Conselho Fiscal	123
Manifestação do Conselho de Administração	124
Relatório dos Auditores Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	125
Comunicado CAE-GT N° 07 Comitê De Auditoria Estatutário	131

## Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

### 1. Mensagem da Administração

Para os cidadãos do Rio Grande do Sul.

O ano de 2020 foi de realizações. Esta Administração se esforçou ao máximo pela melhor gestão possível da Companhia, ao mesmo tempo em que gerenciou com absoluta atenção, no que lhe coube, o processo de privatização. O contexto não foi fácil, pela oposição de um grande número de pessoas e entidades.

Como vocês lerão, continuamos o trabalho iniciado em 2019, múltiplo, em diversas frentes e processos, de melhoria da qualidade do Balanço Patrimonial. Ao mesmo tempo, estruturamos um Informativo Trimestral de Resultado para a Sociedade, renovamos o contrato de mútuo com a CEEE-D, cujos recebimentos não ocorriam desde 2017, e viabilizamos um novo contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura com a CEEE-D, inexistente desde 2011. Além disso, aprovamos a criação da Fundação Força & Luz, para preservar a memória do setor elétrico do Rio Grande do Sul, realizamos um forte trabalho na área de Tecnologia de Informação para reforçar a segurança de dados e fizemos o lançamento de um novo Portal de Internet. Trabalhamos, ainda, na implantação dos procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados. O ano também foi marcado pela implantação de um Canal de Denúncias, pela implantação da Gestão de Riscos, pela consolidação da Gestão de Ativos e pela reestruturação do Comitê de Ética.

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no parque gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão totalizaram R\$ 109,63 milhões e buscaram ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Em 2020, a Companhia alcançou o indicador de disponibilidade de suas usinas de 93,55% para as unidades despachadas centralizadamente.

No segmento de Transmissão, a CEEE-GT participou, em dezembro, do Leilão de Concessão de Instalações de Transmissão Nº 01/2020, com execução de lances junto aos Lotes 4 e 5 (conjuntamente) e ao Lote 6, sendo vencedora desse último, com oferta de RAP no valor de R\$ 9,2 milhões, representando um deságio de 63,5%. O Lote 6 contempla a implantação da nova SE 230/138 kV Cachoeirinha 3 e trechos de linhas de transmissão (LT) de 230 kV ligando a SE Cachoeirinha 3 à LT Gravataí 2 – Canoas 2 e à LT Gravataí 2 – Cidade Industrial C2, além de trechos de linhas de transmissão de 138 kV ligando a SE Cachoeirinha 3 à LT Taquara – Cachoeirinha 1 e à LT Canoas 3 – Cachoeirinha 1. A CEEE-GT foi a única empresa estatal a vencer um lote nesse leilão.

Além disso, em 2020, foi concluída a desativação do último Centro de Operação regional que permanecia em operação. Com isso, todas as subestações teleassistidas passaram a ser controladas a partir do Centro de Operação de Instalações (COI), localizado em Porto Alegre.

Outro passo importante foi a preparação da Companhia para o processo de cisão parcial, com a criação, em 2021, de uma nova empresa: a CEEE-G, que irá absorver os ativos de geração da Companhia. Essa medida vai possibilitar que o Estado possa ter mais sucesso no processo de desestatização das Companhias.

Acreditamos que, sob uma gestão privada, as duas novas empresas resultantes do processo de cisão, a CEEE Transmissão e a CEEE Geração, terão um imenso potencial de crescimento, com uma gestão privada que propiciará agilidade e eficiência na gestão de pessoas, processos e investimentos, tanto na geração, com a exploração de novos potenciais energéticos em diversas fontes, além da modernização e ampliação de usinas, como na transmissão, com a participação em leilões de novos empreendimentos.

Boa leitura!

## 2. Perfil da Empresa CEEE-GT

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

É uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem por objeto realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

### 2.1. Composição Acionária

O Capital Social da CEEE-GT, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 1,6 bilhão, representado por 9.661.257 ações, sendo 9.507.970 ordinárias e 153.287 preferenciais. A Companhia realizou aumento de capital no último exercício social, com o direito de retirada exercido pelos acionistas dissidentes.

**Tabela 01**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	EEEL3 (ON)	Percentual	EEEL4 (PN)	Percentual	ON e PN	Percentual
CEEE-Par	6.380.821	67,11	1.087	0,71	6.381.908	66,06
ELETOBRAS	3.067.035	32,26	87.639	57,17	3.154.674	32,65
CUSTÓDIA EM BOLSA - B3	26.765	0,28	13.026	8,50	39.791	0,41
MUNICÍPIOS	32.918	0,35	50.434	32,90	83.352	0,86
OUTROS	431	0,00	1.101	0,72	1.532	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>9.507.970</b>	<b>100,00</b>	<b>153.287</b>	<b>100,00</b>	<b>9.661.257</b>	<b>100,00</b>

*Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. - Serviço de Escrituração de Ações*

*Data base de dezembro de 2020. São 352 acionistas, sendo 131 pessoas físicas, 81 pessoas jurídicas, 128 prefeituras e 12 Estadais.*

#### 2.1.1. Comportamento do Preço das Ações

De janeiro a dezembro de 2020, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 82 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN) em 69 pregões do ano, entre os mercados à vista e fracionário da B<sup>3</sup> S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

**Tabela 02**

	EEEL3 (ON) R\$	EEEL4 (PN) R\$
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	525,00	575,00
Máxima em 2020	525,00	575,00
Média em 2020	391,39	474,99
Mínima em 2020	250,01	351,00
Volume Negociado em 2020 (quantidade de ações)	11.826	22.977
Volume Negociado em 2020 (R\$)	4.085.845,86	9.431.397,63

*Fonte: B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão mediante consulta realizada em 27/01/2021.*

### **2.1.2. Atendimento a Acionistas**

As informações societárias da CEEE-GT estão disponíveis no site <http://ri.cee.com.br>. Em caso de dúvidas, ainda é disponibilizado o e-mail [ri@cee.com.br](mailto:ri@cee.com.br) como contato, além de atendimento via telefone pelo número +55 51 3382-2815 e +55 51 3382-4041, em dias úteis das 9h às 17h.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços de escrituração de ações com a Itaú Corretora, a qual possui canal exclusivo para atendimento aos acionistas.

### **2.1.3. Relações com o Mercado**

A Companhia realizou em 2020 três reuniões para a apresentação institucional de resultados sendo as do 1º e 2º trimestre através da empresa ConferenciaCorp. A Reunião Pública Anual do 3º trimestre foi realizada em 20 de novembro de 2020, contando com a participação de analistas, investidores e jornalistas, em reunião virtual realizada em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – APIMEC de São Paulo e do Rio de Janeiro. A apresentação está disponível para download no site da CVM, B<sup>3</sup> e no site de Relações com Investidores da Companhia.

## **2.2. Reconhecimentos**

### **2.2.1. Marcas de Quem Decide 2020: 3ª empresa pública gaúcha mais lembrada e preferida**

Pelo 22º ano, as marcas mais lembradas e preferidas em diversos segmentos empresariais do Rio Grande do Sul são analisadas no “Marcas de Quem Decide”, iniciativa do Jornal do Comércio e da Qualidata Pesquisas. Dentre os destaques da pesquisa está o Grupo CEEE, que conquistou o 3º lugar dentre as Empresas Públicas Gaúchas com 16,7% de lembrança e 13% de preferência, segundo os entrevistados. Das 15 marcas referidas no levantamento, a do Grupo CEEE ficou atrás apenas do Banrisul e da Corsan.

### **2.2.2. CEEE-GT é reconhecida no Prêmio MeGA**

O Projeto Estratégico Gestão de Ativos proporcionou a participação da CEEE GT no inédito MeGA - “Prêmio Melhores em Gestão de Ativos”, evento promovido pela Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos (ABRAMAN) em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). As entrevistas de avaliação ocorreram entre os dias 04 a 10 de Setembro de 2020 com diagnóstico apresentado pela Banca Examinadora em 15 de setembro de 2020.

A avaliação proposta pelo Prêmio consistiu em entrevistas virtuais para verificação da maturidade das empresas na visão de especialistas que abordaram os pilares do Modelo de Excelência em Gestão (MEG 21), disciplinas e fundamentos para o adequado escopo (GFMAN 2ª edição) e requisitos de classe mundial para Sistema de Gestão de Ativos (série ISO 55).

Em 29 de outubro de 2020 a CEEE-GT recebeu reconhecimento pela participação no Prêmio MeGA e apresentou case durante Mesa Redonda Nacional no 35º Congresso Brasileiro de Manutenção e Gestão de Ativos (CBMGA) realizado de 25 a 30 de outubro de 2020 na versão online. O CBMGA é o maior evento do Setor na América Latina e tem o objetivo de apresentar o progresso tecnológico e técnicas de gerenciamento e execução de vanguarda.

Os juízes do Prêmio elogiaram a robustez do modelo aplicado na avaliação das empresas.

O Diagnóstico da Maturidade na Gestão de Ativos é insumo para o Planejamento Estratégico do Grupo CEEE. Para o ciclo 2021 o Projeto Estratégico Gestão de Ativos pretende melhorar a maturidade da Companhia no tema.

## **3. Gestão e Governança Corporativa**

### **3.1. Desestatização**

Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR), da Companhia Estadual

de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tem o objetivo de ampliar receitas e é condicionante para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma, foi autorizada a alienação ou a transferência da participação societária e dos seus ativos, bem como o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na *holding* e nas suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES está coordenando o projeto, que compreende estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização.

Em 31 de março de 2020, a Administração publicou Fato Relevante, informando a acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE-GT, sendo que em 27 de novembro foi emitido o CNPJ da empresa Geração, sob o número 39.881.421/0001-04.

Este processo integra o Planejamento Estratégico 2021-2025 e a expectativa é de que os leilões de desestatização dos negócios de transmissão e geração sejam realizados, respectivamente, no 1º e 2º semestres de 2021.

### **3.2. Governança Corporativa**

A Companhia faz parte do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão. Dentre as práticas adotadas estão aquelas constantes do regulamento de Governança Corporativa do Nível 1, que compreendem, dentre outras, a publicação do calendário de eventos corporativos da Companhia, a realização de reunião pública anual com analistas e investidores, a política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas e o Código de Conduta.

A estrutura da administração da Companhia é constituída por uma Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Além disso, completam a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria independente, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Elegibilidade e os canais de comunicação da Companhia com suas partes interessadas.

### **3.3. Planejamento Estratégico**

Ao longo de 2020 foram acompanhados os projetos e os indicadores que compuseram o Planejamento Estratégico 2020-2024 dos Negócios Geração e Transmissão, com *report* mensal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Para o Negócio Geração, foram concluídos 07 (sete) dos 30 (trinta) projetos que compuseram o Planejamento Estratégico, sendo:

- a) Revisão do Processo de Gestão do Contencioso: Foi realizada a contratação da Deloitte para realização de análise crítica acerca do processo de Gestão do Contencioso na Companhia e identificação de pontos de melhoria, sendo que em agosto de 2020 o projeto foi concluído com a entrega dos seguintes produtos por parte da consultoria: 1) diagnóstico; 2) redesenho; 3) compliance; e, 4) implementação.
- b) Participação na Avaliação Melhores em Gestão da FNQ: A avaliação externa da CEEE-GT no Modelo de Excelência em Gestão (MEG) foi realizada nos dias 10 a 12 de novembro, sendo que a Companhia evoluiu um nível de maturidade de gestão em comparação ao ano anterior. Para esse resultado, no decorrer do ano de 2020 foram priorizadas e implementadas 136 ações de melhoria, com base no relatório da avaliação de 2019.

- c) Terceirização das Ações Coletivas: Realizada a contratação do escritório Andrade Maia (especializado em ações trabalhistas), com o objetivo melhorar o êxito da Companhia e, conseqüentemente, reduzir despesas judiciais com esse tipo de processo.
- d) Gestão Digital das Ordens de Manutenção e Operação da Geração: O projeto teve como objetivo o aumento da eficiência operacional das equipes de manutenção e operação, através da possibilidade de edição de informações em campo. O Go-live ocorreu em 13 de outubro.
- e) Gestão de Carreiras: Foram realizados 02 (dois) ciclos de palestras, de forma virtual, no ano de 2020, os quais buscaram trazer aos colaboradores da Companhia debates e experiências dos palestrantes, ampliando as oportunidades relacionadas ao autodesenvolvimento e reflexão sobre a própria carreira profissional.
- f) Segurança e Cuidado com a População Civil:
  - 1. Desde a entrada do Novo Portal de Internet, em maio de 2020, a Companhia conta com um espaço em seu site, denominado “Dicas de Segurança”, ambiente no qual constam orientações sobre os cuidados necessários quanto ao assunto eletricidade;
  - 2. Concluída a cartilha “Acidentes com população: guia básico de procedimentos”, a qual visa orientar sobre os procedimentos a serem adotados pelos colaboradores em caso de acidente com energia elétrica, grave ou fatal, envolvendo a população, sendo que o detalhamento das orientações está contido na norma NDSSO - 00.001.
- g) Revisão dos Contratos: Ao longo do ano foram analisados os contratos sobre serviços de limpeza, portaria, locação de veículos e monitoramento de ictiofauna da área de geração, para avaliação da possibilidade de redução do escopo ou renegociação.

Para o Negócio Transmissão, foram concluídos 08 (oito) dos 28 (vinte e oito) projetos que compuseram o Planejamento Estratégico, sendo:

- a) Revisão do Processo de Gestão do Contencioso: Foi realizada a contratação da Deloitte para realização de análise crítica acerca do processo de Gestão do Contencioso na Companhia e identificação de pontos de melhoria, sendo que em agosto de 2020 o projeto foi concluído com a entrega dos seguintes produtos por parte da consultoria: 1) diagnóstico; 2) redesenho; 3) compliance; e, 4) implementação.
- b) Participação na Avaliação Melhores em Gestão da FNQ: A avaliação externa da CEEE-GT no Modelo de Excelência em Gestão (MEG) foi realizada nos dias 10 a 12 de novembro, sendo que a Companhia evoluiu um nível de maturidade de gestão em comparação ao ano anterior. Para esse resultado, no decorrer do ano de 2020 foram priorizadas e implementadas 136 ações de melhoria, com base no relatório da avaliação de 2019.
- c) Terceirização das Ações Coletivas: Realizada a contratação do escritório Andrade Maia (especializado em ações trabalhistas), com o objetivo melhorar o êxito da Companhia e, conseqüentemente, reduzir despesas judiciais com esse tipo de processo.
- d) Gestão Digital das Ordens de Manutenção e Operação da Transmissão: O projeto teve como objetivo o aumento da eficiência operacional das equipes de manutenção e operação, através da possibilidade de edição de informações em campo. O Go-live ocorreu em 22 de setembro.
- e) Gestão de Carreiras: Foram realizados 02 (dois) ciclos de palestras, de forma virtual, no ano de 2020, os quais buscaram trazer aos colaboradores da Companhia debates e experiências dos palestrantes, ampliando as oportunidades relacionadas ao autodesenvolvimento e reflexão sobre a própria carreira profissional.

- f) Segurança e Cuidado com a População Civil:
1. Desde a entrada do Novo Portal de Internet, em maio de 2020, a Companhia conta com um espaço em seu site, denominado “Dicas de Segurança”, ambiente no qual constam orientações sobre os cuidados necessários quanto ao assunto eletricidade;
  2. Concluída a cartilha “Acidentes com população: guia básico de procedimentos”, a qual visa orientar sobre os procedimentos a serem adotados pelos colaboradores em caso de acidente com energia elétrica, grave ou fatal, envolvendo a população, sendo que o detalhamento das orientações está contido na norma NDSSO - 00.001.
- g) Revisão dos Contratos: O projeto foi concluído após a análise dos contratos da área de transmissão com valores acima de R\$ 3 milhões. A revisão dos contratos de locação de veículos foi concluída no ano de 2019, apresentando redução de 7,69% em comparação à contratação anterior ou redução de R\$41.431,66 mensais, devido à redução de 09 (nove) veículos. Quanto aos demais contratos, foi verificada a impossibilidade de redução do escopo ou de valores, pois tratam-se de contratos relacionados a obras e à supressão vegetal. Assim, o projeto encerra com uma redução final de R\$ 500 mil/ano..
- h) Avaliar a participação em novos leilões após a desestatização: O relatório com estudo dos regulamentos do Leilão de Transmissão foi apresentado ao Diretor de Transmissão, indicando que não existe restrição à participação da CEEE-GT em leilões de transmissão da ANEEL. Com base nisso e na aprovação do Edital do Leilão 01/2020, foi realizada a participação no leilão, sendo arrematado pela CEEE-GT o lote 6, com investimento estimado em R\$ 192 milhões.

Os demais projetos tiveram avanços significativos e passaram a compor o Planejamento Estratégico 2021-2025.

O ciclo de revisão e elaboração do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2021-2025 foi iniciado em agosto de 2020, sob coordenação da Área de Planejamento e Projetos Especiais, com participação de todas as demais áreas da Companhia.

A revisão considerou como insumos o mapeamento das Partes Interessadas, da Matriz de Riscos e da Matriz SWOT, que, alinhados às Diretrizes Estratégicas definidas pela gestão, resultaram na identificação dos Objetivos Estratégicos, Projetos e Indicadores. Dentre os projetos, destacam-se a Desestatização da Companhia, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2021, e a cisão dos negócios Geração e Transmissão, prevista para ocorrer até março de 2021.

O Planejamento Estratégico da Companhia teve elaboração com foco em cada negócio que a compõe, já alinhado ao processo de cisão da CEEE-GT, gerando assim 02 Mapas Estratégicos, um para o negócio de geração e outro para o negócio de transmissão. O resultado do trabalho foi aprovado pela Diretoria Executiva, em 05 de novembro de 2020, e pelo Conselho de Administração, em 11 de novembro de 2020. O acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico 2021-2025 será realizado mensalmente pela Diretoria Executiva e a cada dois meses pelo Conselho de Administração.

Figura 1 – Mapa Estratégico do Negócio Geração

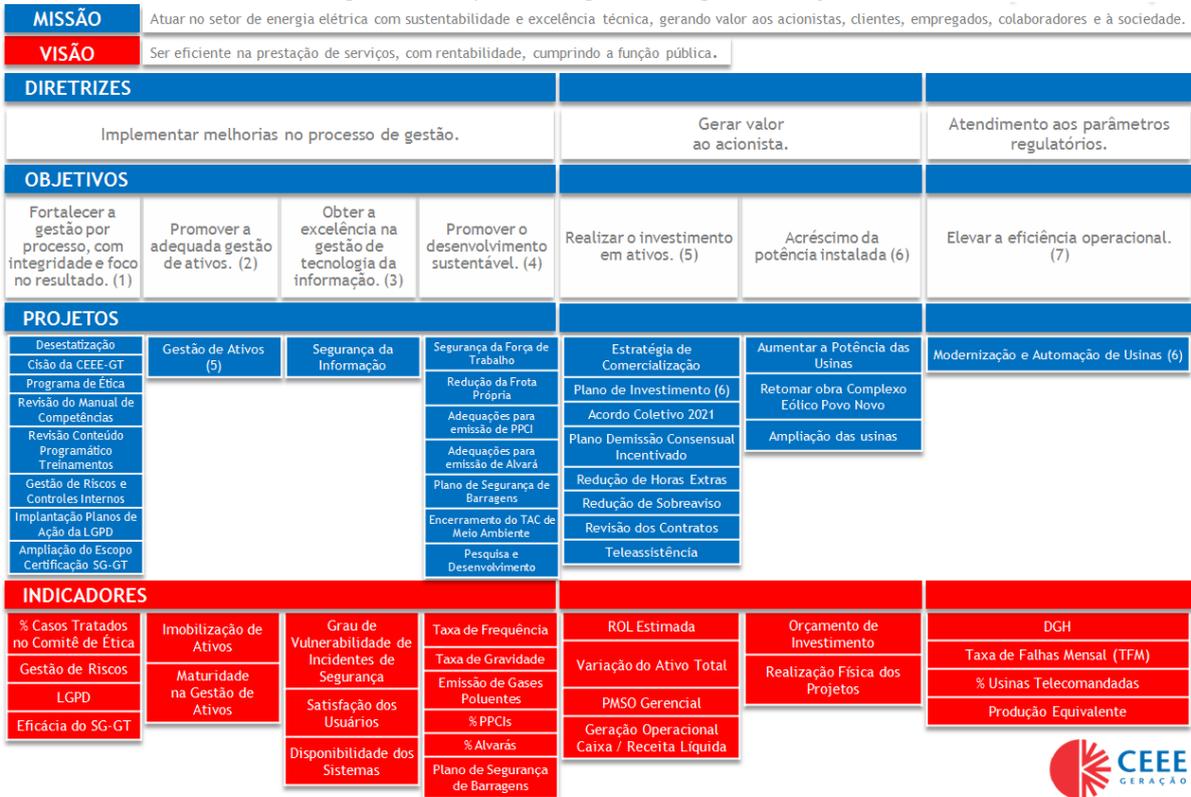
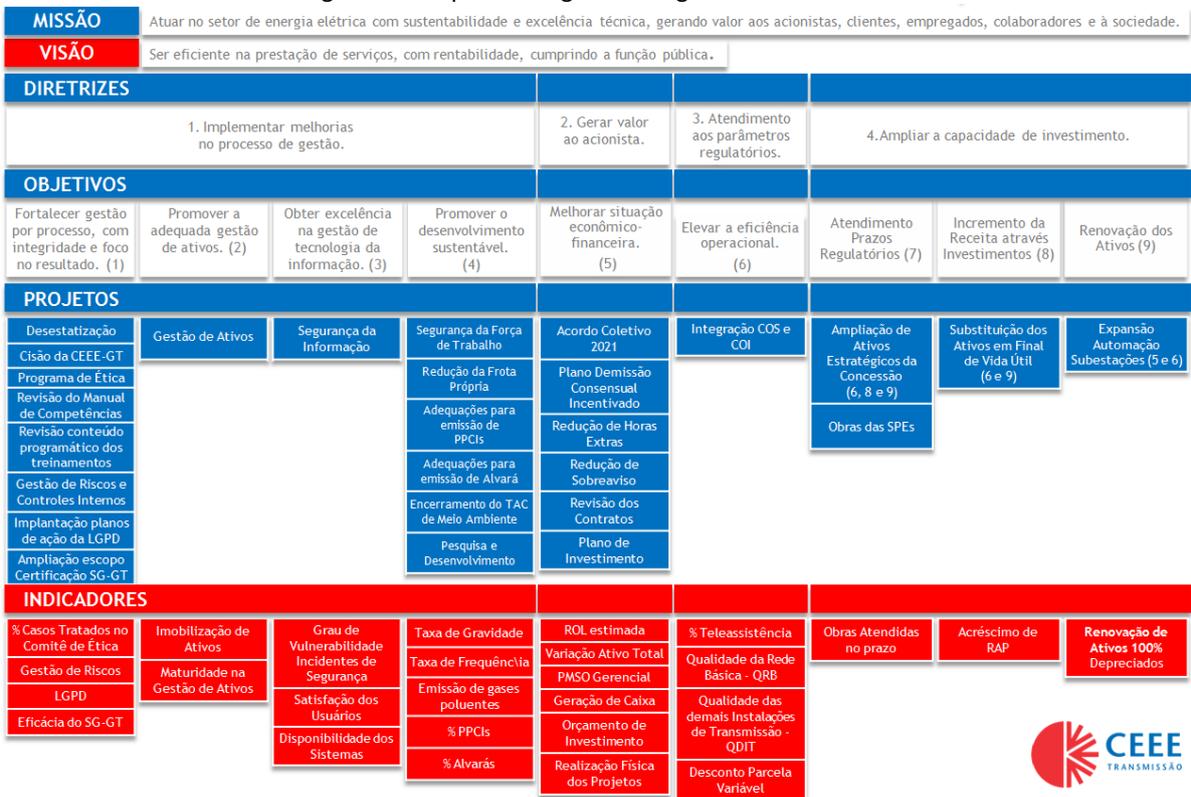


Figura 2 – Mapa Estratégico do Negócio Transmissão



### **3.4. Integridade Corporativa**

#### **3.4.1. Canal de Denúncias Independente**

Durante o ano de 2020 foram recebidas 19 denúncias através do canal de denúncias independente contratado para o recebimento de relatos sobre condutas antiéticas e ilegalidades praticadas por seus colaboradores, dirigentes, fornecedores ou prestadores de serviços. O tratamento a essas denúncias é dado pelo Comitê de Ética.

As denúncias podem ser realizadas através de site na internet ([www.0800brasil.com.br/ceee](http://www.0800brasil.com.br/ceee)) ou através do telefone 0800 580 0039, onde o atendimento é realizado das 9h às 18h por analistas especializados. Essa importante ação permite maior transparência ao tratamento das denúncias, cujo andamento pode ser consultado mediante protocolo e senha fornecidos no momento do relato, seja qual for o meio utilizado para a denúncia (internet ou telefone) e preservado o anonimato do denunciante, evitando qualquer tipo de retaliação.

#### **3.4.2. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD**

A companhia deu continuidade à implantação do projeto relacionado à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18. As recomendações que estão nos planos de ação destinados a tanto foram executadas ao longo do exercício visando ao atendimento da referida Lei, cujo projeto tem perspectiva de conclusão no ano de 2021.

#### **3.4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos**

O projeto envolvendo Riscos e Controles Internos foi concluído no ano de 2020, com a publicação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, assim como por conta da aprovação, pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, da Matriz de Riscos e Controles Internos 2020. Ainda nesse exercício, foi realizado o primeiro ciclo de monitoramento dos riscos relevantes.

#### **3.4.5. Políticas**

Dentre os projetos existentes e acompanhados no âmbito da Companhia, os quais decorrem de seu Programa de Integridade Corporativa, aquele relacionado à confecção de Políticas levou à aprovação junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração das seguintes Políticas, demonstrando assim seu comprometimento e contínua aplicação de boas práticas de governança:

- Política de Dados Pessoais e Privacidade
- Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos
- Política Anticorrupção

### **3.5. Ética**

A Companhia possui um Código de Ética, o qual foi revisto e aprimorado de novembro de 2020 a janeiro de 2021, sendo aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro. O código está disponível a todos os interessados através do site [www.ceee.com.br](http://www.ceee.com.br).

O Comitê de Ética atua nas situações nas quais se verifique conflitos ou dilemas éticos. Ele é subordinado ao Conselho de Administração e tem a responsabilidade de garantir que as políticas e práticas da organização mantenham-se alinhadas e coerentes com os princípios éticos defendidos pela Companhia. Em novembro de 2020 o Conselho de Administração reestruturou o Comitê, que passou a ser constituído por três colaboradores indicados pela Companhia. Durante o ano de 2020 foram realizadas 7 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.

### **3.6. Organização e Gestão**

A CEEE-GT implementou um Sistema de Gestão com base nas normas ABNT NBR ISO 9001:2015, ABNT NBR ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, integrando os sistemas de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança e Saúde Ocupacional. Em 2020, foi realizada a preparação para a certificação do Sistema de Gestão, a partir de um Projeto do Planejamento Estratégico 2020-2024.

Em novembro de 2020, a CEEE-GT recebeu a auditoria inicial do Bureau Veritas, órgão certificador contratado para realizar o processo de certificação. Em janeiro de 2021, o Sistema de Gestão da Companhia recebeu a recomendação de certificação da equipe auditora para o seguinte escopo: Gestão da Operação do negócio de Geração para a Execução de Manobra Local da Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida - CGH TOCA; Gestão da Manutenção do negócio de Transmissão para a Manutenção Preventiva da Subestação de Transmissão de Energia Elétrica - SE CANOAS 1.

As unidades da Geração e da Transmissão que receberam a recomendação de certificação para as três normas de referência foram a CGH Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, e a Subestação Canoas 1, localizada no município de Canoas, no Rio Grande do Sul.

### **3.7. Contrato de Compartilhamento**

Em 01 de julho de 2020 foi assinado novo Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos entre as empresas CEEE-D e CEEE-GT, o qual foi anuído pela ANEEL em 06 de novembro de 2020, através do Despacho 3.168. O objeto do contrato é o compartilhamento dos recursos humanos alocados nas denominadas áreas meio: Presidência; Diretoria Administrativa; Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais e Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, bem como a infraestrutura administrativa relacionada a estes recursos humanos. Em termos de infraestrutura, trata-se de despesas administrativas com a sede principal, materiais, serviços e telecomunicações.

O critério de rateio das despesas seguiu os preceitos da Resolução Normativa – REN ANEEL nº 699/2016, que regulamenta os negócios jurídicos entre partes relacionadas, resultando em 52,97% para a CEEE-D e 47,03% para a CEEE-GT. O valor total da despesa compartilhada é de R\$ 189,2 milhões, conforme dados do Balancete Mensal Padronizado – BMP de dezembro de 2019. Aplicando os percentuais supracitados e o critério matemático da REN nº 699/2016, a CEEE-D é credora de R\$ 7,2 milhões anuais.

O compartilhamento entre CEEE-D e CEEE-GT remonta à desverticalização da CEEE em novembro de 2006. Os contratos firmados vigoraram até 06 de dezembro de 2011. As empresas, embora a inexistência de contrato firmado, permaneceram com a infraestrutura e os recursos humanos compartilhados. Assim, havia uma vacância temporal de serviços recíprocos que foi recuperada financeiramente entre as empresas, relativo ao período decorrido entre 01 de agosto de 2013 a 30 de junho de 2020, através do Termo de Acordo e de Reconhecimento de Dívida firmado em 25 de setembro de 2020 e anuído pela ANEEL em 11 de março de 2021 através do Despacho nº 665. O valor atualizado da cobrança retroativa é de R\$ 47,68 milhões, a crédito da CEEE-D, o qual foi abatido do saldo devedor do Contrato de Mútuo em 11 de março de 2021.

## **4. Desempenho Operacional**

### **4.1. Mercado de Energia Elétrica**

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 2020, houve incremento de 4.932 megawatts (MW) de capacidade instalada no Brasil, ultrapassando a meta de 4.112 MW. O país fechou o ano com potência de 174.412 MW, sendo 74,7% a partir de fontes sustentáveis, com baixa emissão de gases do efeito estufa.

A força da água dos rios continua impulsionando a maior parte da energia gerada no país, com participação de 62,1% na capacidade instalada. Entretanto, em 2020, foram instalados apenas 178 MW nesta fonte, associados a pequenos projetos. A maior parte da expansão foi baseada em usinas térmicas, com 2.235 MW, seguindo da fonte eólica, com 1.725 MW adicionados.

Quanto à micro e minigeração distribuída (GD), já são 376 mil unidades consumidoras com GD, totalizando 4.628 MW de potência instalada, sendo 2.428 MW adicionados apenas ao longo de 2020.

Já na esfera da transmissão, ao final de 2020, a extensão da rede básica de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) totalizava 160,8 mil km de linhas de transmissão e 387,3 mil MVA de potência instalada, incremento de 6,2 mil km e 14,5 mil MVA em relação a 2019.

### **4.2. Participação da CEEE Geração e Transmissão**

A CEEE-GT possui 15 usinas hidrelétricas, com potência própria instalada de 910,3 MW. Outros 356,41 MW são oriundos de participação em projetos realizados em parcerias público-privadas, somando potência total

de geração de 1.266,71 MW. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN) e os clientes da área de Geração são empresas de distribuição, agentes de geração, comercializadoras e consumidores livres.

**Tabela 03**

Parque Gerador - Características Físicas								
Região	Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
	<b>Integral</b>	<b>910,3</b>	<b>406,67</b>		<b>910,3</b>	<b>406,67</b>		
Sistema Jacuí	UHE Itaúba	500,4	180,5	100%	500,4	180,5	1978	30/12/2021
	UHE Governador Leonel de Moura Brizola	180	116,9	100%	180	116,9	1962	31/12/2042
	UHE Passo Real	158	66,2	100%	158	66,2	1973	31/12/2042
	PCH Ivaí	0,7	0,45	100%	0,7	0,45	1950	-
Sistema Salto	UHE Canastra	42,5	24	100%	42,5	24	1956	31/12/2042
	PCH Bugres	11,12	10	100%	11,12	10	1952	31/12/2042
	UHE Ernestina	4,8	3,24	100%	4,8	3,24	1957	31/12/2042
	PCH Capigüi	3,76	0,69	100%	3,76	0,69	1933	31/12/2042
	PCH Guarita	1,76	0,99	100%	1,76	0,99	1953	31/12/2042
	PCH Herval	1,44	0,29	100%	1,44	0,29	1941	31/12/2042
	PCH Santa Rosa	1,4	0,88	100%	1,4	0,88	1955	31/12/2042
	PCH Passo do Inferno	1,33	0,52	100%	1,33	0,52	1948	31/12/2042
	PCH Toca	1,09	0,36	100%	1,09	0,36	1929	-
	PCH Forquilha	1	0,95	100%	1	0,95	1950	31/12/2042
	PCH Ijuizinho	1	0,7	100%	1	0,7	1950	31/12/2042
<b>Tipo</b>	<b>Compartilhada</b>	<b>3.745,20</b>	<b>1.730,11</b>		<b>356,41</b>	<b>156,36</b>		
Hidrelétricas	UHE Machadinho	1.140,00	547,1	5,53%	63,04	26,16	2002	2032
	UHE Campos Novos	880	379,7	6,51%	57,3	24,72	2007	2035
	UHE Foz do Chapecó	855	427,2	9,00%	77	38,45	2010	2036
	UHE Monte Claro	130	56,1	30,00%	39	16,83	2005	2036
	UHE Castro Alves	130	61,8	30,00%	39	18,54	2008	2036
	UHE Dona Francisca	125	75,9	10,00%	12,5	3,90	2001	2033
	UHE 14 de Julho	100	47,5	30,00%	30	14,25	2009	2036
	UHE Furnas do Segredo	9,8	3,86	10,50%	1,03	0,41	2005	2030
Eólicas	Ventos do Sul Energia S/A	150	53,67	10,00%	15	5,37	2006	2032
	EOL Palmares	57,5	18,98	10,00%	5,75	1,90	2010	2046
	EOL Ventos da Lagoa	57,5	19,2	10,00%	5,75	1,92	2012	2045
	EOL Ventos do Litoral	57,5	18,5	10,00%	5,75	1,85	2012	2046
	Ventos dos Índios Energia S/A	52,9	20,6	10,00%	5,29	2,06	2014	2047
	<b>Total</b>	<b>4.655,50</b>	<b>2.136,78</b>		<b>1.266,31</b>	<b>563,03</b>		

Na área de transmissão, a CEEE-GT possui 55 subestações próprias, sendo 45 de Rede Básica e 10 de Demais Instalações da Transmissão (tensões inferiores a 230 kV). A potência instalada própria é de 10758 MVA. Outros 1.296 MVA são oriundos de participação em outros projetos realizados em parcerias público-privada (ETAU, FOTE e TESB). A extensão total das linhas de transmissão próprias é de 5.937 km em tensões de 230, 138 e 69 kV, além de 371 km de linhas de transmissão em participações em SPEs. Além disso, em dezembro de 2020, a CEEE-GT sagrou-se, de forma sozinha, vencedora do Lote 6 do Leilão ANEEL nº 001/2020, sendo que desde o ano de 2002 a empresa não participava de leilões desta natureza. Este Lote foi composto por trechos de linhas de transmissão em 138kV e 230kV, que totalizam cerca de 4 km, e a Subestação Cachoeirinha 3, com potência de 495 MVA, localizados no Rio Grande do Sul.

#### 4.2.1 Comercialização

Através da Lei Federal nº 12.783/2013, a CEEE-GT prorrogou por 30 anos a concessão de 12 usinas de seu parque gerador. A energia desses empreendimentos, totalizando 225,3 MW médios, foi alocada na forma de Cotas de Garantia Física e Potência às distribuidoras do SIN, sendo a Companhia remunerada pela operação e manutenção dessas usinas. A Resolução Homologatória Nº 2.746/2020 estabeleceu as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas, conforme informado no quadro 01.

**Quadro 01**

<b>Modelo de Negócio e Venda de Energia</b>			
<b>Usina</b>	<b>Modelo de Negócio em 31 de dez/2020</b>	<b>Receita definida</b>	<b>Data e índice de reajuste</b>
UHE Jacuí	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$53.649.392,05	IPCA em 1º/jul
UHE Passo Real	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$52.686.844,12	IPCA em 1º/jul
UHE Canastra	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$11.905.546,43	IPCA em 1º/jul
PCH Bugres	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$4.463.366,63	IPCA em 1º/jul
PCH Herval	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$782.107,91	IPCA em 1º/jul
PCH Passo do Inferno	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$827.493,69	IPCA em 1º/jul
UHE Ernestina	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$2.422.003,90	IPCA em 1º/jul
PCH Capigüi	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$2.222.646,50	IPCA em 1º/jul
PCH Forquilha	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$767.422,89	IPCA em 1º/jul
PCH Guarita	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$1.129.151,92	IPCA em 1º/jul

PCH Santa Rosa	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$866.729,99	IPCA em 1º/jul
PCH Ijuizinho	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$761.044,77	IPCA em 1º/jul
UHEs Itaúba e Dona Francisca, PCHs Toca e Ivaí, Participação Machadinho	100% ACL – Ambiente de Contratação Livre	Leilão de Energia	Conforme Contratos de Venda

Além dos montantes entregues na forma de Cotas, a CEEE-GT comercializou em 2020, entre contratos de compra e venda, um total de 251 MW médios no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Nas contabilizações do Mercado de Curto Prazo (MCP), realizadas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foram liquidadas sobras energéticas, as quais foram utilizadas como hedge para mitigação dos efeitos financeiros associados ao GSF. Nesse ponto, destaca-se que, durante o ano de 2020, as usinas participantes do MRE geraram o equivalente a 80,3% de suas garantias físicas, repercutindo em fatores de ajuste significativamente inferiores à unidade e em custos elevados em razão das exposições geradas pelo Generation Scaling Factor (GSF).

### 4.3. Aspectos Regulatórios

#### 4.3.1. Geração

Os principais assuntos regulatórios de interesse da área de geração em 2020 foram:

**Repactuação do Risco Hidrológico:** A publicação da Lei Nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico. Em resumo, a proposta tem como objetivo dar tratamento a riscos não hidrológicos que impactaram as usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), contemplando os efeitos da motorização das usinas estruturantes e os atrasos das respectivas linhas de transmissão, bem como os efeitos associados ao deslocamento hidráulico provocado pela geração termelétrica fora da ordem de mérito e pela importação de energia sem garantia física.

A compensação aos geradores do MRE dar-se-á por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e fica condicionada a desistência da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e a renúncia a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação.

A proposta de repactuação está em fase de cálculo da compensação que cada gerador do MRE tem direito, seguindo os regramentos definidos pela Resolução Normativa ANEEL Nº 895, de 01 de dezembro de 2020. Nos termos desta regulamentação, os agentes terão 60 dias para avaliar a adesão à proposta, após homologação dos cálculos.

A Companhia aguarda a publicação dos valores finais de extensão, tanto para usinas próprias como para as usinas em que detêm participação, para definir pela sua adesão.

**Valor Mínimo de Outorga das Usinas:** a Portaria Interministerial MME/ME nº 1, de 07/12/2020, estabeleceu o Valor Mínimo do Bônus de Outorga das Usinas Hidrelétricas da CEEE-GT em R\$ R\$ 1.395.760.871,51, a ser pago pelo eventual futuro controlador da CEEE-G, para a assunção de Novo Contrato de Concessão, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de Produção Independente de Energia – PIE.

**Descotização e Condições Complementares à Outorga do Novo Contrato de Concessão:** a Portaria MME nº 437, de 07/12/2020, estabeleceu a descotização das usinas a partir de 1º/01/2022, atrelada ao processo de desestatização da Companhia. Também estabeleceu a obrigação de elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para identificação do Aproveitamento Ótimo, para as Usinas de Itaúba, Jacuí e Passo Real, considerando as estruturas civis existentes e os estudos prévios já efetuados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no prazo de 36 meses da data de assinatura do Contrato de Concessão, bem como de

implantar o Aproveitamento Ótimo, caso seja viável economicamente, em até 96 meses da assinatura do Contrato de Concessão.

**Alteração da Lei nº 12.334/2010 – Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):** Com a publicação da Lei nº 14.066, em 1º/10/2020, foram incluídas diversas responsabilidades do PAE Plano de Ações de Emergência (PAE) ao empreendedor (retirando-as das defesas civis). Da mesma forma, foi ampliado o escopo de obrigações e de punições aos agentes.

**Reajuste das RAGs:** a Resolução Homologatória nº 2.746, de 28/07/2020, estabeleceu as Receitas Anuais de Geração – RAGs das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, para o ciclo de julho/2020 à junho/2021, conforme informado no quadro 01.

#### **4.3.2. Transmissão**

Assuntos regulatórios da área de transmissão mais relevantes em 2020:

##### **Revisão Tarifária Periódica da Transmissora – RTP 2018 a 2023(REN 2.709/2020)**

A Resolução Homologatória (REH) nº 2.709/2020 aprovou índice de reposicionamento provisório da Receita anual permitida (RAP) da CEEE-GT em 15,79%, fixando o valor de RAP em R\$ 760.850.682,37, a preços de 2018 (R\$ 832.341.996,52 atualizados para o ciclo 2020/2021). Até a publicação da REH não haviam sido concluídas pela ANEEL, as atividades de fiscalização da Base de Remuneração Regulatória – BRR. Assim, os valores definitivos serão processados após esta conclusão e, os ajustes necessários e seus consequentes efeitos financeiros, serão processados no reajuste tarifário 2021/2022.

Este valor é decomposto em:

##### Rede Básica do Sistema Existente - RBSE:

- Custos de Administração, Operação e Manutenção (PRT 579/2012), no valor de R\$ 273.954.630,61;
- Receita determinada pela Portaria Ministerial nº 120/2016: R\$ 150.348.873,87 (componente econômico, referente ao Custo Anual dos Ativos não depreciados) e R\$ 203.047.811,37 (componente financeiro);

##### Base Incremental:

- Custo Anual dos Ativos que entraram em operação no período: R\$ 118.170.313,55;
- Custo de Administração Operação e Manutenção: R\$ 15.329.052,98.

A referida REH homologou também a parcela de ajuste de revisão (valores devidos a partir de 2018 e não recebidos até 2020), que incluiu ainda, a parcela de anuidade referente a melhorias de pequeno porte. O valor atualizado total da PA Revisão ficou em R\$ 416.858.636,46 e o recebimento será dividido nos três próximos ciclos (até 2023) no montante de R\$ 138.952.878,82 cada.

##### **Reajuste Tarifário Anual**

Com a publicação da Resolução Homologatória – REH 2.725/2020, foi estabelecida em favor da transmissora a RAP de R\$ 853.867.519,82 referente ao Contrato de Concessão 055/2001 e R\$ 14.787.463,64 referente ao contrato 080/2002, para o ciclo 2020-2021 (01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021). Referente à parcela de ajuste, os valores homologados para o ciclo foram: R\$ 138.135.644,68 para o contrato 055/2001 e – (R\$ 285.559,25) para o contrato 080/2002.

##### **Reincorporação do Componente Financeiro (ke) da PRT MME 120/2016**

No âmbito das revisões das receitas das concessionárias de transmissão que tiveram seus contratos prorrogados conforme a Lei 12.783 de 2013, foi reincorporado o parâmetro “ke” (capital próprio) ao componente financeiro da base blindada, definido no § 3º do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 762, de 2017, que regulamentou a Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME nº 120 de 2016, a qual estava suspensa em função das liminares concedidas no âmbito das ações judiciais promovidas contra a citada Portaria. Com a reincorporação do ke, a receita teve um acréscimo de R\$ 378 milhões, que serão divididos nos próximos 5 ciclos (até 2025).

### **Leilão de Transmissão ANEEL nº 1/2020:**

Em 17 de dezembro de 2020, foi realizado o Leilão de Transmissão ANEEL nº 1/2020. A participação da CEEE-GT ocorreu através da participação nos lotes 4 e 5, e 6.

O lote 5, licitado em conjunto com o lote 4, contemplou a revitalização completa da subestação Porto Alegre 4 230/13,8 kV, através da substituição dos módulos de conexão e barramentos em 230kV e 13,8 kV e da instalação de novas unidades de transformação 230/13,8kV - 5x75 MVA. O Consórcio Saint Nicholas I (Mez Energia e Participações Ltda. (Líder 75%) e Mez Energia Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura (25%)) sagrou-se vencedor.

Desta forma, por decisão da ANEEL, foi iniciado em 2020 o processo de redução unilateral do Contrato de Concessão 055/2001, com a supressão das instalações da SE Porto Alegre 4 do contrato da CEEE-GT. A previsão de conclusão desse processo é 31 de março de 2021, quando serão celebrados o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 055/2001 entre a CEEE-GT e a ANEEL, o Termo de Transferência dos Ativos entre a CEEE-GT e a MEZ Energia e o Contrato de Concessão entre a MEZ Energia e a ANEEL. A remoção dessas instalações implicará em redução de receita de R\$ 9.764.438,61, a valores de junho de 2020, ao ano à Transmissora, assim como com a indenização dos ativos ainda não depreciados no valor inicialmente calculado em R\$ 10.954.101,95, também a preços de junho de 2020.

O lote 6, contemplava a implantação da SE 230/138 kV Cachoeirinha 3 (nova) e trechos de linhas de transmissão (Trecos de LT em 230 kV entre a SE Cachoeirinha 3 e a LT Gravataí 2 – Canoas 2, C1; Trecos de LT em 230 kV entre a SE Cachoeirinha 3 e a LT Gravataí 2 – Cidade Industrial, C2; Trecos de LT em 138 kV entre SE Cachoeirinha 3 e a LT 138 kV Taquara – Cachoeirinha 1, C1 e Trecos de LT em 138 kV entre a SE Cachoeirinha 3 e a LT 138 kV Canoas 3 – Cachoeirinha 1, C1.). Nesse lote, a CEEE-GT sagrou-se vencedora através de oferta de RAP no valor de R\$ 9.234.372 com deságio de 63,5%. Assim como no lote 5, o novo contrato de concessão tem assinatura prevista para 31 de março de 2021.

### **Emissão de Resoluções Normativas – REN:**

**REN nº 874, de 10/03/2020** - Aprova a revisão dos Submódulos 2.1, 2.1A, 2.4, 9.1, 12.1 e 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamentam ou fazem referência à metodologia da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica.

**REN nº 880, de 07/04/2020** - Aprova novas versões dos Submódulos 9.1 (Revisão Periódica das Receitas das Concessionárias de Transmissão), 9.2 (Revisão Periódica das Concessionárias Licitadas) e 9.7 (Implementação de Melhorias e Reforços em Instalações sob a Responsabilidade de Concessionárias de Transmissão) dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, e altera a Resolução nº 443, de 26 de julho de 2011, quanto à implementação de melhorias e reforços em instalações sob responsabilidade de concessionárias de transmissão.

**REN nº 903, de 08/12/2020** - Aprova a reestruturação e a revisão dos Procedimentos de Rede e estabelece procedimentos e critérios para alterações.

**REN nº 905, de 08/12/2020** - Aprova as Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional e dá outras providências.

Estabeleceu os seguintes módulos das Regras de Transmissão:

- I - Módulo 1 – Glossário;
- II - Módulo 2 – Classificação das Instalações;
- III - Módulo 3 – Instalações e Equipamentos;
- IV - Módulo 4 – Prestação dos Serviços;
- V - Módulo 5 – Acesso ao Sistema; e
- VI - Módulo 6 – Coordenação e Controle da Operação.

E aprovou o texto dos módulos 1 a 3. Este último agrupou num único documento a Classificação de Reforços e Melhorias, o Ressarcimento dos Custos de Implantação (Seção 3.1 – Novos Equipamentos e Instalações de Transmissão) e os Critérios de Entrada em Operação de Equipamentos (Seção 3.2 – Critérios de Entrada em Operação).

Como consequência desta Normativa revogou-se as Resoluções Normativas nº 443/2011 e 841/2020.

#### **Portaria Ministerial nº 215/2020**

Estabelece as Diretrizes para a elaboração do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE do Ministério de Minas e Energia:

- Estabelecendo data para publicação do POTEE;
- Alterando significativamente o processo de consolidação, redefinindo algumas atribuições dos agentes envolvidos;
- Instituinto a criação dos Grupos de Estudos da Transmissão (GET), sob coordenação da EPE, e;
- Determinando a atualização do documento de Critérios e Procedimentos para elaboração dos Estudos de Planejamento da Transmissão, e das Diretrizes para elaboração dos Relatórios Técnicos (R2, R3, R3 e R5).

#### **Emissão de Resoluções Autorizativas – REA:**

##### **REA nº 8.798, de 5 de maio de 2020**

Estabelece as parcelas adicionais de RAP referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas a CEEE-GT, e serviços prestados, em função do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Santa Maria 1 – Alegrete 1 na Subestação Santa Maria 3 no valor de: R\$ 211.117,43 vigente a partir de 01/07/2020, acrescidos de R\$ 137.116,04 pagos em 1 ciclo 2020/2021.

##### **REA nº 8.919, de 2 de junho de 2020**

Estabelece as parcelas adicionais de RAP referentes a operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas à CEEE-GT em função do Contrato de Concessão nº 01/2011-ANEEL (SE Porto Alegre 13 e seccionamento LT 230 kV GRA2-PAL10 para a SE Jardim Botânico) no valor de R\$ 242.319,65 a vigente partir de 01/07/2020, acrescidos de R\$ 538.501,26 pagos no ciclo 2020/2021.

##### **REA nº 8.926, de 2 de junho de 2020**

Autoriza a postergação em 4 (quatro) meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujos prazos definidos nos atos de outorga sejam posteriores a 11 de março de 2020 – data da declaração de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Determina ao ONS que disponibilize para ANEEL relação atualizada com a priorização dos empreendimentos passíveis de autorização, consolidados pelo planejamento setorial.

##### **REA nº 8.948, de 9 de junho de 2020**

Autoriza a CEEE-GT, Contrato de Concessão nº 055/2011, a implantar reforços na Subestação Porto Alegre 9 (empreendimento: T2020-042 - SE Porto Alegre 9: seccionamento de uma das barras de 230 kV e instalação de novo IB) e estabelece os valores das correspondentes parcelas da RAP no valor de R\$ 3.227.975,00, com prazo de entrada em operação comercial de até 56 meses.

##### **REA nº 9.173, de 18 de agosto de 2020**

Autoriza a CEEE-GT, Contrato de Concessão nº 055/2011, a implantar reforços na Subestação Nova Prata 2 (empreendimento: T2020-048 - SE Nova Prata 2 - Substituição dos 3 TFs 230/69 kV – 50 MVA por 2 TFs 230/69 kV – 165 MVA) e estabelece os valores das correspondentes parcelas da RAP no valor de R\$ 5.674.237,94 com prazo de entrada em operação comercial de até 47 meses.

##### **REA nº 9.356 de 20 de outubro de 2020.**

Autoriza a CEEE-GT, Contrato de Concessão nº 055/2011, a implantar reforços na Subestação Cidade Industrial (empreendimento: T2020-059 - SE Cidade Industrial: Substituição dos transformadores 230/138 kV e 230/23 kV, dos barramentos de 23 kV e instalação de bancos de capacitores) e estabelece os valores das correspondentes parcelas da RAP no valor de R\$ 16.743.100,23 com prazo de entrada em operação comercial de até 43 meses.

#### Fiscalizações:

Ofício nº 397/2020-SFE/ANEEL (processo 48500.004743/2020-04) - A Área de Transmissão foi objeto em 24/09/2020 de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica referente a perturbação verificada em 15/01/2020 às 15h04min que envolveu o sistema elétrico do sul do estado do Rio Grande do Sul.

Ofícios nº 17/2020-SFE/ANEEL e nº 18/2020-SFE/ANEEL - A CEEE-GT, assim como as demais Transmissoras do setor elétrico - foi submetida a análise e fiscalização de todos os Reforços e Melhorias do SGPMR (Sistema de Gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços, do ONS).

#### Campanhas de Fiscalizações de Desligamentos Forçados:

Ofício 343/2020 - SFE/ANEEL - A Área de Transmissão foi convocada por reunião por vídeo conferência para tratar dos Planos de Resultados pactuados com SFE/ANEEL referentes a 8 linhas de transmissão de 230 kV e 1 (uma) subestação de 230 kV. Foi realizada apresentação técnica para cada Plano de Resultados pela CEEE-GT.

Ofício nº 452/2020-SFE/ANEEL - Realizada em 12/11/2020 reunião técnica por vídeo conferência com os técnicos da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade referente à Análise dos desligamentos forçados do ciclo 2019-2020, onde foi apresentado diagnóstico para os desligamentos forçados de 7 linhas de transmissão de 230 kV e 1 (uma) subestação de 230 kV.

### 4.4. Indicadores Operacionais

#### 4.4.1. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade de Geração

Indicadores operacionais de geração - Usinas Hidrelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's):

- As Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS (Usinas Tipo I) são reguladas por disponibilidade, devendo manter a disponibilidade móvel nos últimos 60 meses, igual ou superior a estabelecida pela ANEEL.
- Enquadram-se nesse critério as UHE's Leonel de Moura Brizola, Itaúba e Passo Real. As três usinas encerraram 2020 atendendo a esse indicador.
- DGH60: A disponibilidade geral equivalente das usinas representa o percentual de tempo médio ponderado pela potência de cada máquina disponível para a geração de energia elétrica. O valor do mês de dezembro de 2019, que corresponde à média acumulada nos últimos 05 anos, ficou em 92,70%, conforme demonstrado na tabela 04.

**Tabela 04**

DGH60											Meta		
Disponibilidade Média móvel 60 meses, ponderado pela Potência Instalada das Usinas Despachadas Centralizadamente													
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	
Itaúba	92,70%	92,71%	92,44%	92,69%	92,93%	93,12%	93,34%	93,39%	93,45%	93,43%	93,72%	93,77%	92,32%
Jacui	94,14%	94,14%	94,20%	94,29%	94,35%	94,38%	94,38%	94,41%	93,95%	93,97%	93,97%	93,97%	92,83%
Passo Real	94,86%	94,04%	93,34%	94,45%	94,14%	93,73%	93,49%	92,87%	92,83%	92,95%	92,89%	92,89%	92,32%
Média no ano	93,42%	93,27%	92,99%	93,36%	93,47%	93,50%	93,59%	93,51%	93,44%	93,45%	93,62%	93,65%	92,43%

As demais UHE's e PCH's da CEEE-GT são reguladas por produção de energia. A meta da CEEE-GT é gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada instalação. Apesar de a ANEEL não estabelecer disponibilidade mínima para os empreendimentos não despachados centralizadamente (usinas Tipo III), esse indicador é acompanhado com vistas à maximização do tempo disponível para geração de energia.

#### 4.4.2. Indicadores Operacionais e de Produtividade de Transmissão

##### Capacidade Instalada:

Esse indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da transmissão em operação. Em 2020, a TESB energizou a subestação Candelária 2, composta por dois transformadores 230/69 kV de 83 MVA, acrescentando 166 MVA de potência instalada ao sistema de transmissão. Foram também adquiridos três transformadores no ano de 2020 por novos equipamentos de mesma potência à anterior para substituição: um de 138/69 kV - 54 MVA para a subestação Osório 2 e dois de 138/23 kV - 37,5 MVA para a subestação Scharlau. Destes, dois foram energizados no próprio ano ficando um da SE Scharlau com

previsão de energização para fevereiro de 2021. Ainda, foi realizada a reforma de um transformador 138/13,8 kV - 25 MVA na subestação Pelotas 3.

**Índice de Qualidade da Rede Básica – Operação e Manutenção (QRB):** Esse indicador consiste no percentual remanescente da receita da transmissão, referente aos ativos da Rede Básica (RB), após os descontos decorrentes da Parcela Variável (PV) estimada sobre os eventos de operação e manutenção.

A tabela 05 demonstra os valores obtidos nos últimos 05 anos.

**Tabela 05**

Valores do Indicador QRB					
Indicador (%)	2016	2017	2018	2019	2020
Qualidade Rede Básica	99,21%	98,44%	99,36%	99,21%	98,79%

**Índice de Qualidade Demais Instalações de Transmissão – Operação e Manutenção (QDIT):** Esse indicador consiste no percentual remanescente da receita da transmissão, referente aos ativos provenientes das Demais Instalações de Transmissão (DIT), após os descontos decorrentes da Parcela de Ajuste Qualidade DIT (PA) estimada sobre os eventos de operação e manutenção. Destaca-se que em 05 (cinco) meses no ano de 2019 (fevereiro, março, agosto, setembro e novembro) o indicador atingiu o índice máximo, ou seja, 100%.

A tabela 06 demonstra os valores obtidos nos últimos 05 anos.

**Tabela 06**

Valores do Indicador QDIT					
Indicador (%)	2016	2017	2018	2019	2020
Qualidade Demais Instalações de Transmissão	98,65%	99,10%	99,21%	99,62%	99,64%

## 5. Investimentos

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no parque gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão atendem à determinação do contrato de concessão e têm o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica. Em 2020, o valor total investido foi de R\$ 109,63 milhões<sup>1</sup>.

### 5.1. Modernização Tecnológica

Ao longo de 2020, foram implementadas melhorias nos sistemas de Gestão Empresarial (ERP) e Comercial (SGC), além da consolidação de painéis de indicadores que auxiliam a gestão no monitoramento do desempenho operacional e estratégico da Companhia.

Visando garantir a segurança dos Sistemas Corporativos, em 2020, foram realizadas atualizações de versões dos Sistemas Corporativos e Banco de Dados, além da consolidação na utilização da ferramenta de prevenção a vazamento de dados (Data Loss Prevention – DLP), a qual realiza o monitoramento e controle de todas as informações trafegadas através das portas USB dos computadores.

Ainda sobre segurança foram realizadas modernizações na análise de e-mails e servidores de arquivos. Para e-mails foi adquirido e implantado uma nova solução de AntiSpam; para servidores de arquivos foi adquirido e implantado novos *Storages* para armazenamento e backups de dados, bem software para backup/restore.

Visando garantir a segurança dos backups dos sistemas corporativos, iniciou-se em 2020, com previsão de conclusão no 1º trimestre de 2021, um projeto para realizar a guarda dos backups corporativos em um segundo ambiente. Denominado de “Backup Externo”, este projeto é composto de rack inteligente ( com nobreak, climatização, controle/combate a incêndio e monitoramento) e *Storage* para armazenamento dos backups dos sistemas corporativos.

<sup>1</sup> Este valor de investimento considera valores de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado nas Sociedades de Propósito Específico (SPE's). Em 2020 foi realizado neste tipo de investimento R\$ 54,33 milhões, sendo R\$ 52,6 milhões na TESB e R\$ 1,73 milhão no Complexo Eólico Povo Novo.

O novo Portal de Internet, que modernizou o acesso às informações da Companhia, entrou em produção em maio de 2020. Desenvolvido pelos próprios funcionários, com adoção de tecnologia Open Source, esse novo Portal gerou custos mínimos para a Companhia.

A transformação digital também foi foco em 2020. O Projeto Mobilidade CEEE-GT, iniciado em 2019, seguiu seu cronograma de implantação, estando totalmente implantado em novembro de 2020. O Projeto consistiu na implantação de solução de tecnologia móvel, integrada ao SAP/PM, permitindo que as equipes de campo recebam Ordens de Serviço e Notas de Inspeção via dispositivo móvel interligado com o Sistema Convex. A solução contratada já é utilizada por outras empresas do setor elétrico, como Furnas, Eletronorte e Cemig e permite maior eficiência na execução das atividades de Operação e Manutenção, sem a necessidade de utilização de formulários em papel.

Na área de geração, após a conclusão, em 2019, das obras de automação e telecomando da UHE Ernestina e das PCHs Guarita e Capigui, além da automação da UHE Passo Real, o foco durante o ano de 2020 foi o planejamento e a elaboração das especificações técnicas para a modernização das UHEs Jacuí, Canastra e da PCH Bugres.

Na área de transmissão, no ano de 2020 foi concluída a desativação do último centro de operação regional que ainda permanecia em operação, com a transferência da subestação Maçambará para o Centro de Operação de Instalações da CEEE-GT (COI). Com isso, todas as subestações teleassistidas da CEEE-GT são controladas a partir do COI, localizado em Porto Alegre. Estruturado em 2016, com o objetivo de unificar a operação remota de todas as subestações da Transmissão, o COI passou a operar em 2017, inicialmente responsável pelo telecomando de 18 unidades, encerrando 2020 com 51 subestações comandadas remotamente e contribuindo para o incremento da disponibilidade do sistema de transmissão. Durante o ano de 2020 também foi implementada a teleassistência em três subestações (Caxias do Sul 2, Dona Francisca e Taquara) que até então eram operadas localmente em regime ininterrupto e iniciada a operação da nova subestação Candelária 2, da TESB.

## **5.2. Geração**

### **5.2.1. Expansão e Modernização da Geração**

A expansão e a modernização da geração têm como objetivo o aumento de sua participação no mercado através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia, em especial as Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Eólicas.

Em termos de modernização, importante mencionar que durante o ano de 2020 a CEEE-GT planejou, especificou e orçou a obra da UHE Jacuí, que permitirá a revitalização das Unidades Geradoras, bem como de seus sistemas e equipamentos auxiliares. O valor orçado supera os R\$ 320 milhões, e a conclusão da obra está prevista para o ano de 2025.

Na UHE Jacuí, de forma emergencial (em razão de um evento de desprendimento das grades da tomada d'água da Usina), foi realizada a Inspeção do Túnel de Adução, que fazia parte do escopo de modernização, e que apontou a necessidade de algumas reformas nas estruturas civis da tomada d'água e comportas. O laudo técnico da inspeção apontou uma boa condição estrutural do túnel, passível de suportar uma maior vazão d'água e, conseqüentemente, um aumento de potência disponível na Usina.

Outro destaque se dá à conclusão das especificações técnicas para a modernização da Usina de Bugres, cuja contratação será realizada de forma integrada com a sua ampliação, cujo término está previsto para o ano de 2022.

No quadro 02, observam-se as principais expectativas de realização, para os próximos anos, no âmbito da expansão da geração.

## Quadro 02

Expansão da Geração - Obras							
Empreendimento	Tipo	Ação	Localização	Potência (MW)	Situação em 2020	Investimento total (milhões)	Execução
João Amado	AHE	Construção	Coronel Bicaco/RS	3,00	Realizados alguns serviços de campo. Aguarda contratação de consultoria para gestão dos projetos de expansão.	R\$ 21,10	2023/2025
Santa Rosa	PCH	Ampliação	Três de Maio/RS	5,10	Projeto de ampliação concluído. Próxima etapa: Encaminhar EPE para determinação de orçamento e garantia física.	R\$ 33,51	2022/2024
Forquilha	PCH	Ampliação	Maximiliano de Almeida/RS	8,90	Encerrada etapa de orçamentos para revisão do Projeto Básico e reprojeto das estruturas dos vertedouros. Em andamento a contratação do novo PB.	R\$ 47,10	2023/2025
Bugres	PCH	Ampliação	Canela/RS	6,50	Aprovados PB alternativo e Sumário Executivo. Projeto cadastrado na EPE. Processo de licenciamento ambiental encaminhado para FEPAM.	R\$ 30,69	2021/2022
Complexo Eólico Povo Novo	CGE	Construção	Rio Grande/RS	52,50	Retomada das obras autorizadas pela Diretoria Executiva. Em andamento a reestruturação do projeto com a busca de fornecedor alternativo para o gerador WEG. Negociação com proprietários rurais para assinatura de contratos de arrendamento em andamento.	R\$ 335,43	2021/2024

### 5.2.2. Manutenção e Operação da Geração

As ações de manutenção e operação da geração objetivam manter o percentual ótimo de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. Em 2020, a companhia alcançou o indicador de disponibilidade de suas usinas de 93,55% para as usinas despachadas centralizadamente. Isso é resultado da soma de esforços operacionais e do investimento realizado em manutenção e operação da geração, promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, da qualidade, da segurança e da rentabilidade da produção de energia elétrica.

No que tange à Segurança de Barragens, a Geração realizou em 2020 as inspeções nas estruturas gerando as Inspeções de Segurança Regular (ISR). O resultado destas serão inseridas no Formulário de Segurança de Barragens (FSB) 2020 diretamente no site da ANEEL.

Em Setembro de 2020 a CEEE-GT recebeu a transferência de posse, por parte do Governo do Estado, da Barragem de Laranjeiras. Estrutura construída há mais de 60 anos, pelo antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), a barragem se encontrava sem ser aproveitada e sem manutenção. Por conta de inspeções e apontamentos a CEEE GT demandou ações emergenciais para regularizar em um curto espaço de tempo sua segurança. Agora, se encontra inserida na rotina de inspeções e manutenções da equipe responsável pela segurança de barragens, a qual dará continuidade em 2021 nas ações para sua revitalização.

## 5.3. Transmissão

### 5.3.1. Expansão e Modernização das Instalações da Transmissão

A expansão da transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica, atendendo as autorizações emitidas pela ANEEL e aos Pareceres de Acesso emitidos pelo ONS em favor das Distribuidoras. No quadro 03, observam-se as obras de grande porte com as respectivas localizações, as quais tiveram por foco a expansão da transmissão da CEEE-GT através de empreendimentos em andamento ao longo de 2020.

Dentre as obras relacionadas, cabe destacar a nova Subestação 230/138kV Cachoeirinha 3, a qual foi arrematada pela CEEE-GT no Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2020. Este empreendimento será de grande importância para garantir confiabilidade energética às regiões do Vale dos Sinos e Metropolitana do Rio Grande do Sul.

**Quadro 03**

Expansão da Transmissão - Obras e Serviços em Subestações e Linhas de Transmissão				
Região	Instalação	Investimento (R\$)	Escopo	Situação em 12/2020
Litoral	SE Osório 2	5.908.084,57	Substituição do TR-3 - 138/69 kV (54 MVA) Novo CT 138kV TR-3 Novo CT 69kV TR-3	Concluídas
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 10	2.907.983,24	Novos ELs 13,8kV	
INVESTIMENTO SUBTOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS		R\$ 8.816.067,81		
Central	SE Julio de Castilhos 1	9.870.000,00	Novo EL 138kV UJAC Novo EL 138kV SMA1	Em andamento
Central	LT 138kV Ramal Julio de Castilhos 1	8.689.116,53	Seccionamento da LT 138kV UJAC-SMA1 na SE JCA1 Instalação de cabo OPGW na LT	
Hortênsias	SE Usina Canastra	8.327.519,23	Substituição do TR-2 - 138/69 kV (35,25 MVA) Novo CT 138kV TR-2 Novo CT 69kV TR-2 Novo EL 69kV UBUG	
Alto do Jacuí	SE UHE Jacuí	13.300.000,00	Substituição de equipamentos Substituição de SPCS Instalação de sistema de oscilografia	
Vale do Rio dos Sinos	SE Sanremo	11.500.000,00	Novo EL 138kV CIN Novo EL 138kV SCH	
Vale do Rio dos Sinos	LT 138kV Ramal Sanremo	4.400.000,00	Seccionamento da LT 138kV CIN-SCH na SE SRM Instalação de cabo OPGW na LT	
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Cachoeirinha 3	115.000.000,00	Nova SE 230/138kV Seccionamento de LTs 138 kV e 230 kV	
INVESTIMENTO SUBTOTAL DE OBRAS EM ANDAMENTO		R\$ 171.086.635,76		
Paranhana - Encosta da Serra	SE Taquara	11.000.000,00	Novo EL 138 kV Igreja C1 Novo EL 138 kV Igreja C2	Em licitação
INVESTIMENTO SUBTOTAL DE OBRAS EM LICITAÇÃO		R\$ 11.000.000,00		
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>		<b>R\$ 190.902.703,57</b>		

Por sua vez, a Companhia prevê investimentos na ordem de R\$ 1,49 bilhão nos próximos cinco anos visando atender as obras consolidadas no Plano de Outorga de Transmissão de Energia Elétrica 2018 (POTEE 2018), assim como aquelas associadas a Melhorias e Pequenos Reforços. Deste montante total, atualmente já estão comprometidos 140 milhões do orçamento plurianual 2021-2025.

Ainda em relação ao rol de obras consolidadas no POTEE 2018, a Área de Transmissão protocolou, ao longo dos anos de 2019 e 2020, 12 (doze) formulários (PRORETs) na ANEEL, que contêm informações detalhadas acerca do escopo, do custo e dos prazos para a execução das referidas obras. Destas 12 obras, conforme tabela 07, a ANEEL emitiu, até o presente momento, duas Resoluções Autorizativas (SE NPR 2 e SE CIN). Por sua vez, os demais PRORETs continuam em análise pela Agência.

**Tabela 07**

Empreendimentos	Status	Data do Protocolo ou Nº da REA	Investimentos Estimados (milhões)	
			Parcial	Total
SE Porto Alegre 9 (PAL 9) / 2º TR	Em Análise pela ANEEL	23/04/2019	R\$ 613,70	R\$ 749,50
SE Porto Alegre 6 (PAL 6)		17/04/2020		

SE Porto Alegre 13 (PAL 13)			
SE Polo Petroquímico (PPE)			
SE Eldorado do Sul (ELD)			
SE Scharlau (SCH)		28/05/2020	
SE Taquara / 3º Banco de TRs (TAQ)			
SE Canoas (CNA 1)			
SE Campo Bom (CBO)		16/07/2020	
SE Caxias 2 (CAX 2)			
SE Nova Prata 2 (NPR 2)		9.173/2020	R\$ 29,20
SE Cidade Industrial (CIN)	Autorizada	9.356/2020	R\$ 106,60

A CEEE-GT, além de suas iniciativas próprias no campo da expansão de transmissão, participa de empreendimentos de transmissão concedidos em parceria com outras empresas, através de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE's), em leilões realizados pela ANEEL. A seguir estão discriminados os empreendimentos concluídos em participações em 2020:

**Quadro 04**

Expansão da Transmissão - SPEs - Início de Operação em 2020			
SPE	Participação CEEE-GT	Instalação	Escopo
TESB	94,2%	SE Candelária 2	Nova Subestação - 2 Transformadores 230/69 kV - 83 MVA
TESB	94,2%	LT 230 kV Ramal Candelária 2	Seccionamento da LT 230kV UITA-NSR na SE CDL2

### 5.3.2. Manutenção e Operação da Transmissão

Em 2020, foram concluídos 480 melhorias ou reforços de pequeno porte no sistema de transmissão. As atividades compreenderam a substituição de equipamentos já superados ou em final de vida útil. Todas as substituições promoverão receita adicional a ser definida pela ANEEL na próxima revisão tarifária. Os reforços realizados até 30 de abril de 2020 já tiveram sua receita definida pela ANEEL e constam na Resolução Homologatória N° 2.725/2020. As atividades contidas no escopo da ação envolvem investimentos em obras e serviços no sistema, incluindo subestações, linhas de transmissão e serviços de telecomunicação, visando o atendimento dos parâmetros definidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema e pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Também os indicadores de realização da manutenção alcançaram níveis superiores à meta de 90% de realização mesmo em um ano atípico devido às restrições impostas pela pandemia de Covid 19, o que determinou muitas alterações e adaptações na forma de trabalho das equipes de campo.

Os Macroprocessos Operação e Manutenção do segmento de Transmissão participaram ativamente das atividades do Sistema de Gestão da CEEE-GT (SG-GT), o qual foi preparado em 2020 para buscar a certificação nas normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e ISO 45001 (Segurança e Saúde Ocupacional) para o escopo de Manutenção Preventiva da Subestação Canoas 1. A auditoria principal ocorreu em janeiro de 2021, ocasião em que a CEEE-GT recebeu a recomendação da equipe auditora para a certificação. A confirmação pelo órgão certificador ocorreu em fevereiro, quando a Companhia recebeu os certificados para o seu Sistema de Gestão.

## 6. Balanço Social – Indicadores Sociais

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2020 (valor em mil R\$)			Dezembro 2019 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	1.294.882			1.238.443		
Resultado operacional (RO)	650.642			582.675		
Folha de pagamento bruta (FPB)	202.444			209.356		
<b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>	<b>Valor (em mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (em mil R\$)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Plano de Saúde	4.580	2%	0%	4.739	2%	0%
Saúde e Segurança Ocupacional	125	0%	0%	158	0%	0%
Serviços Médicos e Laboratoriais	471	0%	0%	587	0%	0%
Vestuário, EPIs e Equipamento de Proteção	355	0%	0%	663	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	59	0%	0%	74	0%	0%
Alimentação	15.194	8%	1%	15.548	8%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.379	1%	0%	1.543	1%	0%
Previdência Privada	107.154	53%	8%	114.232	56%	9%
Encargos Sociais Compulsórios	55.956	28%	4%	58.226	29%	4%
Participação nos Lucros ou Resultados	15	0%	0%	2.191	1%	0%
Vale Transporte - Excedente	87	0%	0%	201	0%	0%
Outros Benefícios	18	0%	0%	6	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>185.393</b>	<b>92%</b>	<b>14%</b>	<b>198.168</b>	<b>94%</b>	<b>16%</b>
<b>3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	<b>Valor (em mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (em mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	3.361	1%	0%	3.566	1%	0%
Cultura	71	0%	0%	35	0%	0%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>3.432</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>3.601</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	144.880	22%	11%	126.449	19%	10%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>148.312</b>	<b>23%</b>	<b>11%</b>	<b>130.050</b>	<b>20%</b>	<b>10%</b>
<b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>	<b>Valor (em mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (em mil R\$)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Meio Ambiente	524	0%	0%	787	0%	0%
Poda e Desmatamento	6.640	1%	1%	6.468	1%	0%
Outros	57	0%	0%	7	0%	0%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>7.221</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>7.262</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%
<b>5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.038			1.051		
Nº de admissões durante o período	2			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	600			442		
Nº de estagiários(as)	36			38		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	487			422		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	151			150		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,62%			19,31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	42			44		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,69%			0,69%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	17			17		
<b>6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>	<b>Em 2020:</b>			<b>Em 2019:</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,75			20,31		
Número total de acidentes de trabalho**	1			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivar e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizar e incentivar	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizar e incentivar
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2020: R\$1.423.560			Em 2019: R\$1.389.762		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,10% governo 24,21% acionistas	20,99% colaboradores(as) 22,70% terceiros	___%	21,83% governo 42,24% acionistas	22,17% colaboradores(as) 13,77% terceiros	___%
<b>7 - OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo					
<b>Escolaridade</b>	<b>Em 2020</b>			<b>Em 2019</b>		
Graduados	653			646		
Ensino Médio	374			393		
Ensino Fundamental	8			9		
Ensino Fundamental Incompleto	3			3		
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.						
** Acidentes com perda de tempo						

## 6.1. Indicadores Sociais

### 6.1.1. Perfil da Força de Trabalho

A Companhia encerrou o ano de 2020 com 1.038 colaboradores, sendo que 18 colaboradores foram desligados do quadro de pessoal. A força de trabalho é formada, majoritariamente, por assistentes técnicos, técnicos e engenheiros, representando uma equipe multidisciplinar.

Em virtude da Cisão da CEEE-GT, a ocorrer em 2021, os colaboradores de Área Meio tiveram em 2020 a oportunidade de escolher entre os negócios de Geração e Transmissão, resultando no seguinte quantitativo da Tabela 08.

**Tabela 08**

Área Meio - G	Área Meio - T	Geração	Transmissão	Total
34	113	213	678	1038

Pela natureza jurídica da empresa, sociedade de economia mista, para contratações de novos colaboradores há a necessidade legal de realização de concursos públicos. Dentro da estrutura organizacional da CEEE-GT inexistem Cargos em Comissão (CCs), eis que não existe lei específica criando esses cargos, consoante disposição do artigo 32 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

A taxa de rotatividade (*turnover*) é historicamente baixa e, assim como nos anos anteriores, manteve-se nesse padrão, representando como taxa média 0,08%. Abaixo, algumas características dos colaboradores:

**Tabela 09**

Gênero	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total
Feminino	69	20	62	151
Masculino	78	193	616	887
Total	147	213	678	1038

O gênero feminino representa 14,55% da força de trabalho.

**Tabela 10**

Faixa Etária	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total
20-30	0	0	08	08
31-40	55	73	213	341
41-50	55	87	250	392
51-55	15	21	93	129
56-60	15	22	82	119
61 +	7	10	32	49
Total	147	213	678	1038

A faixa etária de 31 a 40 anos representa 32,85%, e, por sua vez, na de 41 a 50 anos estão 37,76% da força de trabalho. Além disso, as faixas acima de 51 anos representam 28,61%.

**Tabela 11**

Tempo de empresa	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total geral
01-10	22	31	126	179
11-20	102	156	421	679
21-30	7	10	50	67
31-40	15	14	74	103

41+	1	2	7	10
Total geral	147	213	678	1038

Um total de 65,41% da força de trabalho possui de 11 a 20 anos de tempo de empresa.

**Tabela 12**

Grau de instrução	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total geral
Pós-Graduação/ Espec	62	31	95	188
Superior completo	55	113	297	465
Ens.médio Técnico	11	66	262	339
Ens.médio completo	18	2	15	35
EF completo 9º ano	0	0	8	8
EF incompleto (6-9)	1	1	1	3
Total geral	147	213	678	1038

A CEEE-GT conta com 44,80% dos colaboradores com nível de instrução superior e com 18,11% de pós-graduados (especialização, mestrado, doutorado).

### 6.1.2. Remuneração e Pacote de Benefícios

#### 6.1.2.1. Remuneração

A política de remuneração, mediante o Plano de Cargos e Salários – PCS, implementado em 2006, apresenta diretrizes acerca do enquadramento e da evolução ocupacional e salarial dos colaboradores. Do sistema de promoções do PCS, as dinâmicas ocorrem pelos seguintes tipos: antiguidade em anos pares que permite um reajuste de até 3%, merecimento em anos ímpares que permite um reajuste de até duas referências salariais e desenvolvimento profissional em dinâmica mensal conforme vagas e pontuação.

Em 2020, foram promovidos pelo PCS, a título de antiguidade, 1049 colaboradores, representando um incremento médio de 2,87% na rubrica Antiguidade PCS. Quanto ao desenvolvimento profissional, foram promovidos 10 colaboradores conforme demonstrado na tabela 13.

**Tabela 13**

Carreira/Nível	Pleno	Sênior	Total
Administrativa	03	00	03
Operacional	03	02	05
Técnica	02	00	02
Superior	00	00	00
Total	08	02	10

#### 6.1.2.2. Pacote de Benefícios

Os benefícios ofertados pela CEEE-GT estão amparados sob o aspecto legal e previstos em acordos sindicais.

#### Principais Benefícios oferecidos pela CEEE-GT:

Assistência Médica e Odontológica	Gratificação Especial
Vale-Refeição e Alimentação	Incentivo à Instrutoria Interna
Vale Transporte	Auxílio a Colaboradores Pais de Pessoas com Deficiência
Auxílio-Creche	Auxílio a Colaboradores com Deficiência Física
Ajuda de Custo	Empréstimos Consignados

### 6.1.3. Carreira e Desenvolvimento

#### 6.1.3.1. Oportunidade de Atuação em Liderança e Assessoramento

A CEEE-GT possui na sua estrutura organizacional 145 posições referentes a funções de confiança com natureza gerencial ou de assessoramento, sendo que em 2020 houve a redução de uma função gratificada como resultado da reestruturação organizacional.

Em relação ao quadro de 2020, o gênero feminino ocupa 18,62% das posições.

**Tabela 14**

Gênero	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total
Feminino	13	4	10	27
Masculino	18	25	75	118
Total	31	29	85	145

#### 6.1.3.2. Desenvolvimento dos Colaboradores

A CEEE-GT promoveu a capacitação profissional dos seus empregados, através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências alinhadas às atividades desenvolvidas na organização.

Em 2020, foi realizada na área de geração a carga horária total de treinamentos de 3.376 horas, representando a média de horas de 14,04 horas por empregado, e na área de transmissão, por sua vez, foi o total de 5.456 horas a título de carga horária de treinamentos, representando a média de 14,67 horas por empregado.

Nas tabelas abaixo, na coluna Média de Horas de Treinamento/Participantes é apresentada a média de horas de treinamentos que o empregado esteve em treinamento na sala de aula. Enquanto na coluna Média Treinados Ativos/Participantes é apresentado o percentual de empregados treinados, com relação ao total de empregados ativos.

**Tabela 15**

CEEE Geração/2020					
MÊS	Total de Carga Horária	Participantes	Total de Colaboradores Ativos	Média de Horas de Treinamento Participantes	Média Treinados Ativos / Participantes
JAN	234	25	425	9,36	5,88%
FEV	862	256	424	3,37	60,38%
MAR	174	22	422	7,91	5,21%
ABR	260	130	420	2	30,95%
MAI	144	22	420	6,55	5,24%
JUN	196	11	420	17,82	2,62%
JUL	218	24	420	9,08	5,71%
AGO	118	17	419	6,94	4,06%
SET	140	15	417	9,33	3,60%
OUT	704	91	417	7,74	21,82%
NOV	192	76	416	2,53	18,27%

DEZ	134	20	417	6,7	4,80%
TOTAL	3.376	709	417	7,44	14,04%

**Tabela 16**

CEEE Transmissão/2020					
MÊS	Total de Carga Horária	Participantes	Total de Colaboradores Ativos	Média de Horas de Treinamento Participantes	Média Treinados Ativos / Participantes
JAN	272	29	628	9,38	4,62%
FEV	943	444	629	2,12	70,59%
MAR	1.042	169	630	6,17	26,83%
ABR	66	39	630	1,69	6,19%
MAI	265	61	629	4,34	9,70%
JUN	524	22	629	23,82	3,50%
JUL	290	35	626	8,29	5,59%
AGO	280	34	625	8,22	5,44%
SET	136	21	626	6,48	3,35%
OUT	1.250	167	624	7,49	26,76%
NOV	260	34	624	7,65	5,45%
DEZ	128	36	621	3,56	5,80%
TOTAL	5.456	1.091	621	7,43	14,67%

As condições atípicas do ano de 2020 promoveram modificações relevantes no que tange às capacitações de forma presencial. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto Nº 55.154, de 1º de abril de 2020, Art. 7º, definiu que, para prevenção e saúde dos trabalhadores, os treinamentos presenciais deveriam ser suspensos. Diante deste cenário, a área de desenvolvimento de pessoas precisou se reinventar para dar continuidade ao processo de capacitação dos colaboradores. Em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia de Informação, grande parte da programação dos treinamentos presenciais não precisou ser descontinuada. Utilizando a plataforma Webex, foram realizadas capacitações no formato on-line e ao vivo, o que facilitou a integração e troca de conhecimento entre instrutores e alunos. Desta forma, foi possível a realização de treinamentos fundamentais para a CEEE-GT, como a preparação para implantação do sistema Sigga Brizzo, o curso de Usuário Final da Solução de Mobilidade GT, entre outros. Foram realizados também treinamentos na modalidade EAD, como por exemplo, a capacitação para todos os colaboradores referente à Gestão de Ativos.

#### **Principais capacitações em 2020 pela CEEE-GT**

Geração:

Certificação dos Operadores da Geração  
 Introdução à Gestão de Ativos  
 Usuário-Final Solução de Mobilidade GT

Transmissão:

Operação de Subestações Telecontroladas  
 Introdução à Gestão de Ativos  
 Usuário-Final Solução de Mobilidade GT

#### 6.1.4. Programa de Aposentadoria e Desligamento (PDI)

A Companhia estruturou e aprovou junto ao Governo do Estado e do seu Conselho de Administração um Plano de Demissão Consensual Incentivado (PDCI), sendo este apresentado pela Diretoria Executiva aos representantes dos sindicatos em 26 de novembro de 2020. Contudo, ele não foi perfectibilizado pois os sindicatos não firmaram a proposta do Programa via acordo coletivo de trabalho.

#### 6.2. Pesquisa e Desenvolvimento

A CEEE-GT aplicou R\$ 2,7 milhões durante o ano de 2020 em projetos com foco em inovações de forma a enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico.

- Desenvolvimento de Metodologia para realização de modelagem de subestações em 3 dimensões. Executora: Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF;
- Pesquisa da eficiência de técnicas de redução de ruído em subestações urbanas visando o conforto da comunidade. Executora: Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF;
- Desenvolvimento e Aplicação de controladores de chaves seccionadoras de alta tensão. Executora: Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF.

Neste mesmo período os seguintes projetos tiveram continuidade:

- Inserção da geração solar fotovoltaica urbana conectada à rede em Porto Alegre – FASE II. Executora: Universidade Federal Santa Maria - UFSM e Universidade Federal do Rio Grande Sul – UFRGS. O projeto desenvolveu uma Usina Solar Fotovoltaica de 550kWp que está em operação no Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF do Estado do Rio Grande do Sul;
- Desenvolvimento e Aplicação de Sistema Integrado Inovador visando a Renovação do Parque de Transformadores da CEEE-GT – Fase II Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM;
- Desenvolvimento de uma Metodologia para Monitoramento e Controle de Vegetação Interferente com Linhas de Transmissão, Considerando os Riscos à Operação do Sistema Elétrico. Executora: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB;
- Desenvolvimento de uma Metodologia e Dispositivo para Avaliar o Desempenho de Disjuntores de Alta Tensão em Operação nas Subestações. Executora: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB;
- Projeto e Desenvolvimento de um Carregador de Banco de Baterias para Emprego em Subestação de Energia Elétrica. Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM.

Além disso, ocorreu a contratação de 01 (um) projeto representando um investimento na ordem de R\$ 1,14 milhão para desembolso para os próximos anos. O referido projeto é intitulado “*Estudo de técnicas de Blending para previsão de tempestades com descargas elétricas atmosféricas no setor de energia elétrica*” sendo executora pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

#### 7. Desempenho Econômico e Financeiro

A CEEE-GT encerrou o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$ 278,9 milhões, frente aos R\$ 588,3 milhões do ano de 2019 (valores reapresentados devido ao reprocessamento dos ativos de contrato).

Esta redução de 52,60% no resultado líquido é derivada, principalmente, da remensuração dos ativos de contrato conforme as orientações do Ofício CVM SEP 004/2020. Para adequada mensuração do Ativo Contratual da CEEE-GT deve-se considerar as seguintes premissas para o recálculo:

- Reclassificação do Ativo Financeiro RBSE para Ativo Contratual;
- Identificar margens de construção e O&M;

- Taxa de remuneração dos contratos sendo a TIR implícita após aplicação das margens;
- Taxa de remuneração – TIR – imutável durante a execução contratual;
- Aplicar os efeitos da RTP sendo: para O&M por competência de acordo com a execução contratual e demais alterações diretamente no resultado.

O reprocessamento dos ativos de contrato com as margens e TIR obtidas para cada projeto resultou em reapresentação do saldo inicial (31/12/2019) e um acréscimo no resultado de R\$ 197,1 diretamente na conta de Lucros Acumulados. O resultado inicialmente publicado era de R\$ 391,2 milhões.

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$ 682,2 milhões em 2020 comparado aos R\$ 618,6 milhões em 2019, representando uma variação de 10,29% no período. Esta variação é decorrente, principalmente, do acréscimo nas receitas operacionais de geração e transmissão.

A receita operacional líquida no exercício de 2020 foi de R\$ 1.294,9 milhões, representando variação de 4,56% frente aos R\$ 1.238,4 milhões apresentados no exercício de 2019.

O custo com energia elétrica apresentou aumento de 43,85%, totalizando R\$ 152,2 milhões no exercício de 2020 comparados aos R\$ 105,8 milhões em 2019. Este aumento foi provocado no custo com energia elétrica, basicamente pela aquisição de energia adicional. Essa transação foi realizada com o objetivo de acessar créditos retidos na CCEE por inadimplência na liquidação do Mercado de Curto Prazo e venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Os custos de operação e despesas operacionais apresentaram redução de 8,49%, totalizando R\$ 521,8 milhões em 2020 comparados aos R\$ 570,3 milhões no exercício de 2019.

A Companhia reportou investimento de R\$ 55,3 milhões no ano de 2020 entre ativos da concessão e ativos da concessionária, que representou redução de 33,6% em relação a 2019.

O endividamento com instituições financeiras aumentou 18,70%, chegando a R\$ 680,5 milhões do exercício de 2020, frente aos R\$ 573,3 milhões no exercício de 2019.

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	1.587.679	1.490.056	6,55
Deduções da Receita Operacional.....	(292.797)	(251.613)	16,37
Receita Operacional Líquida.....	1.294.882	1.238.443	4,56
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(540.061)	(534.143)	1,11
Custo com Energia Elétrica.....	(152.216)	(105.817)	43,85
Custo de Operação.....	(387.845)	(428.326)	(9,45)
Lucro Operacional Bruto.....	754.821	704.300	7,17
Despesas Operacionais.....	(134.012)	(141.952)	(5,59)
Outras Receitas.....	32.575	22.343	45,80
Outras Despesas.....	(6.074)	(656)	825,91
Resultado do Serviço.....	647.310	584.035	10,83
Depreciação e Amortização.....	34.928	34.543	1,11
Resultado de Participações Societárias.....	(75.375)	44.249	(270,34)
EBITDA.....	682.238	618.578	10,29
Margem EBITDA.....	52,69%	49,95%	5,48
Receita/Despesa Financeira.....	(167.150)	(31.085)	437,72
IR e CS.....	(125.889)	(8.864)	1.320,23
Resultado Líquido do Período.....	278.896	588.335	(52,60)

## 7.1. Resultados do Exercício

### 7.1.1 Receita Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês dezembro de 2020 com uma receita operacional bruta de R\$ 1.587,7 milhões representando um acréscimo de 6,55% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.490 milhões.

A Resolução Homologatória nº 2.725 de 15 de julho de 2020 estabeleceu a nova RAP da Transmissora que totaliza para o ciclo 2020/2021 R\$ 868,7 milhões, adicionada a uma parcela de ajuste de R\$138,1 que será por três ciclos tarifários. Esta RAP representa um aumento de 38,1% sobre a RAP anterior que era de R\$ 729,3. O crescimento da receita é devido principalmente à variação do IPCA com impacto positivo na receita e pela entrada em operação de projetos de reforços e melhorias. Esse reajuste foi impactado, também, pelo resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do contrato 055/2001, homologada provisoriamente pela REH 2.709/2020. Ainda sobre a RTP da Transmissora o valor d parcela de ajuste homologada, R\$ 56,6 milhões refere-se à remuneração do custo de capital próprio sobre o valor dos ativos da RBSE desde a prorrogação da Concessão. E outros R\$63,5 milhões relativos aos valores de RBNI retroativos a 2018.

A Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020, reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A RAG homologada é de R\$ 132,5 milhões para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2020-2021 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), Ajustes de Indisponibilidade ou Desempenho Apurados (Ajl), Encargos de Conexão e Uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão, além de Encargos como a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e os custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE), eventuais ajustes e a devida atualização monetária.

No segmento de Geração, foi verificado aumento de 18,09% na Receita Bruta, passando de R\$ 456,3 milhões registrados em 2020, para R\$ 386,4 milhões em 2019. Essa variação é decorrente do reajuste tarifário aprovado para os ciclos tarifários de 2019/2020 e 2020/2021 e do maior fluxo de energia negociada na ambiente de contratação livre (ACL).

No segmento de Transmissão houve um aumento de 19,16% na receita bruta, passando de R\$ 875,7 milhões para R\$ 1.043,5 milhões em 2020. Este aumento da receita decorre do reajuste e revisão tarifários vigentes homologados em julho de 2020.

O aumento na Remuneração do Ativo da Concessão Contratual de 32,65% refere-se à remensuração dos fluxos de caixa dos ativos de contrato realizada a partir da aprovação provisória da Revisão Tarifária Periódica das RAP's dos contratos de Concessão 055/2001.

O acréscimo na Amortização do Ativo da Concessão Contratual está diretamente relacionada ao reprocessamento dos fluxos de caixa dos ativos de contrato, devido as novas receitas homologadas de pela ANEEL em julho de 2020.

A redução da receita com Energia de Curto Prazo em 53,15% está relacionada diretamente ao maior volume de energia negociado no Ambiente de Contratação Livre e, conseqüentemente menor no Mercado de Curto Prazo, combinado ao Preço de Liquidação e de Diferenças menor no período.

#### ***7.1.2. Deduções da Receita Bruta***

As deduções da receita operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrasetoriais. Houve acréscimo de 16,37% nas deduções operacionais, totalizando R\$ 292,8 milhões em 2020 frente aos R\$ 251,6 milhões de 2019. Este incremento deve-se substancialmente pelo incremento de 28,27% na CDE estabelecida pela ANEEL e pelo aumento do PIS e da COFINS, tributos diretamente relacionados ao aumento do faturamento.

#### ***7.1.3. Receita Líquida Operacional***

A Receita Operacional Líquida (ROL) é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. A receita líquida em dezembro de 2020 foi de R\$ 1.294,9 milhões, já em dezembro de 2019 foi de R\$ 1.238,4 milhões, refletindo crescimento de 4,56%.

#### 7.1.4. Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e é segregado em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que em 2020 aumentaram em 1,11% passando de R\$ 534,1 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 540,1 milhões em dezembro de 2020, sendo o Custo de Energia Elétrica comprada para revenda o item de maior impacto.

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica aumentou em 43,85% passando de R\$ 105,8 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 152,2 milhões em dezembro de 2020. Este aumento foi provocado basicamente pela maior volume de energia adquirida no Mercado de Curto Prazo com objetivo de acessar créditos de inadimplência para venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- **Custo de Operação:** O custo de operação apresentou uma redução de 9,45% resultando em dezembro de 2020 no valor de R\$ 387,8 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$ 428,3 milhões. Esta variação é explicada pela diminuição nas rubricas de Custo de Construção e Outros.

#### 7.1.5. Despesas Operacionais

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa e inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais apresentaram uma redução de 5,59% em relação a dezembro de 2019, passando de R\$ 141,95 milhões para R\$ 134 milhões em dezembro de 2020.

As principais variações foram: i) Provisão para contingências cíveis e trabalhistas, ingresso de processos classificados como perda provável e da revisão de premissas utilizadas no cálculo das contingências, excluindo-se o redutor aplicado nas fases iniciais; ii) reversão da provisão de perda sobre o valor recuperável no investidas do Complexo Eólico Povo Novo; e iii) aumento das provisões regulatórias relativa a compra de energia da COPEN.

#### LAJIDA / EBITDA

O EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

A variação positiva de 10,29% do EBITDA em dezembro de 2020, em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se ao incremento da Receita Operacional Bruta em 6,55% e pela redução dos Custos e despesas Operacionais em 1,0%.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Líquida .....	1.294.882	1.238.443
( - ) Custos e Despesas Operacionais.....	(674.073)	(676.095)
( - ) Outras Despesas/Receitas Operacionais .....	26.501	21.687
= Resultado Operacional .....	647.310	584.035
( + ) Depreciação/Amortização .....	34.928	34.543
<b>EBITDA</b>	<b>682.238</b>	<b>618.577</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>52,69%</b>	<b>49,95%</b>

(\*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

## 7.2. Resultado Líquido

O Resultado Líquido do período foi de R\$ 278,9 milhões, reduziu 52,6% em relação a 2019, cujo Lucro Líquido totalizou R\$ 588,3 milhões, após reapresentações.

## 7.3. Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2020, o saldo da dívida da Empresa totalizou em R\$ 680,5 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

2020	Saldo da Dívida em 31/12/2020		
	Indexador	Saldo(R\$ mil)	Participação no Total (%)
<b>Saldo Devedor da Dívida Interna</b>		<b>37.045</b>	<b>5,444%</b>
Moeda Nacional- BNDES	TJLP	37.045	5,444%
<b>Saldo Devedor da Dívida Externa</b>		<b>643.486</b>	<b>94,556%</b>
Moeda Estrangeira - AFD	US\$	256.800	39,908%
Moeda Estrangeira - BID	US\$	386.686	60,092%
<b>Saldo Devedor da Dívida</b>		<b>680.531</b>	<b>100,000%</b>

## 7.4. Ingressos Extra-Operacionais

Em 2020, não houve liberação de recursos financeiros de instituições financeiras para a CEEE-GT.

## 8. Auditores Independentes

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Grant Thornton Independentes S/S, na elaboração de suas demonstrações financeiras. A empresa foi homologada como vencedora do certame licitatório LIC6000002529 em 11.12.2020, cuja adjudicação do objeto foi publicada em Diário Oficial do Estado em 22.12.2020. O objeto da licitação trata da realização dos serviços de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao encerramento do exercício de 2020, do exercício de 2021 e seus trimestres.

Em 21.01.2021, o contrato CEEEGT/5000004861 foi assinado para execução dos serviços de auditoria relativos ao encerramento do exercício de 2020.

O contrato conta com o valor de R\$ 713.557,45, referente a 3.118 horas de trabalho, para a auditoria do exercício de 2020, tendo como prazo estimado para a execução do objeto a data de 31.05.2021. No escopo do contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras societárias, a empresa deverá realizar os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

Além dos serviços prestados à geradora e transmissora, a Auditoria Independente da Grant Thornton Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (valor de R\$ 573.958,33, e uma carga de 2.508 horas) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 61.789,78, e uma carga de 270 horas), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT representa 52,88% em relação aos honorários totais pagos pelo Grupo.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à Lei Nº 13.303/2016. Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade.

### **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor Presidente

**Giovani Francisco da Silva**  
Diretor

**Gustavo Balbino Dias da Costa**  
Diretor

**André Boff Cruz**  
Diretor

**Lucio do Prado Nunes**  
Diretor

**Carlos Augusto Tavares de Almeida**  
Diretor

**Balanco Patrimonial**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	593.253	311.362	182.196	603.386	319.575	186.601
Investimentos em Títulos do Governo .....	11	121.188	119.140	102.734	121.188	119.140	102.734
Concessionárias e Permissórias .....	6	149.302	110.390	101.333	151.070	111.883	101.551
Tributos a Recuperar .....	7	18.345	2.027	22.117	18.511	2.190	22.279
Estoques .....	8	16.583	20.356	27.509	16.583	20.356	27.509
Ativo de Concessão - Contratual .....	13	684.644	548.331	399.660	711.427	573.946	424.478
Pagamentos Antecipados .....	14	1.574	1.573	1.075	1.859	1.730	1.107
Investimentos Mantidos para Venda .....	16	-	-	445.567	-	-	445.567
Outros Créditos a Receber .....	9	110.902	102.773	96.842	108.294	86.853	85.110
		1.695.791	1.215.952	1.379.033	1.732.318	1.235.673	1.396.936
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Tributos a Recuperar .....	7	5	5	6	5	5	6
Aplicações Financeiras .....	5	7	7	9	7	7	9
Depósitos Judiciais .....	12	119.731	84.945	45.722	148.340	110.677	70.682
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	15.8	68.068	121.681	78.068	-	39.695	12.500
Ativo de Concessão - Contratual .....	13	1.952.779	2.041.588	2.057.437	2.278.143	2.376.757	2.400.863
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda .....		4.606	2.103	2.104	4.606	2.103	2.104
Outros Créditos a Receber .....	9	1.343	3.902	4.011	1.343	87.388	105.752
Créditos com Partes Relacionadas .....	10	313.016	373.164	373.240	313.016	373.164	373.164
Investimentos .....	15	840.097	773.588	361.673	545.608	353.389	(90.217)
Imobilizado .....	16	511.446	525.965	542.917	511.505	658.355	677.480
Direito de Uso .....	16.1	14.714	13.845	-	14.714	13.845	-
Intangível .....	17	26.574	35.034	42.696	26.952	35.412	43.074
		3.852.386	3.975.827	3.507.883	3.844.239	4.050.797	3.595.417
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.548.177</b>	<b>5.191.779</b>	<b>4.886.916</b>	<b>5.576.557</b>	<b>5.286.470</b>	<b>4.992.353</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Fornecedores .....	18	44.008	38.193	137.197	45.935	41.623	142.923
Obrigações Trabalhistas .....	19	38.999	43.912	35.761	39.020	43.918	35.773
Obrigações Fiscais .....	20	36.392	30.219	27.439	37.548	34.030	29.979
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	50.321	41.055	38.984	50.321	41.055	38.984
Arrendamentos a Pagar .....	21.7	7.232	3.706	-	7.232	3.706	-
Provisão para Benefícios a Empregados .....	22	147.802	133.029	137.355	147.802	133.029	137.355
Obrigações da Concessão .....	23	59.617	56.974	59.762	59.768	56.974	59.762
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	24	53.264	33.777	37.148	53.264	33.777	37.148
Outros Passivos .....	25	23.422	15.735	19.644	25.522	16.105	24.905
Dividendos Obrigatórios .....		2.762	106.561	140.806	2.762	106.561	140.806
Juros Sobre Capital Próprio .....	27.3.5	74.051	-	-	74.051	-	-
		537.870	503.161	634.096	543.225	510.778	647.635
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	630.209	532.199	548.359	630.209	532.199	548.359
Arrendamentos a Pagar .....	21.7	7.975	10.257	-	7.975	10.257	-
Provisão para Benefícios a Empregados .....	22	1.360.948	1.154.523	943.113	1.360.948	1.154.523	943.113
Obrigações Fiscais .....	20	-	-	-	5.798	5.881	6.528
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	24	276.907	202.667	149.818	277.918	207.781	152.539
Obrigações da Concessão .....	23	25.385	19.764	14.371	25.385	19.764	14.371
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	26	99.347	97.958	200.965	99.347	97.958	200.965
Outros Passivos .....	25	71.858	64.881	58.441	69.491	118.477	115.341
		2.472.629	2.082.249	1.915.067	2.477.071	2.146.840	1.981.216
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital Social .....	27.1	1.565.633	915.633	915.633	1.565.633	915.633	915.633
Reserva de Capital .....	27.4	-	650.000	-	-	650.000	-
Outros Resultados Abrangentes .....	27.2	(1.157.784)	(893.634)	(668.774)	(1.157.784)	(893.634)	(668.774)
Reserva Legal .....	27.3.1	67.091	53.146	31.176	67.091	53.146	31.176
Reserva Estatutária .....	29.3.4	-	-	62.354	-	-	62.354
Reserva de Retenção de Lucros .....	27.3.3	-	208.712	-	-	208.712	-
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído .....	27.3.2	1.641.080	945.932	841.576	1.641.080	945.932	841.576
Reserva de Incentivos Fiscais .....	27.3.4	421.658	421.658	1.009.304	421.658	421.658	1.009.304
Lucros Acumulados .....		-	304.922	146.484	-	304.922	146.484
		2.537.678	2.606.369	2.337.753	2.537.678	2.606.369	2.337.753
Participação dos não controladores .....		-	-	-	18.583	22.483	25.749
		2.537.678	2.606.369	2.337.753	2.556.261	2.628.852	2.363.502
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.548.177</b>	<b>5.191.779</b>	<b>4.886.916</b>	<b>5.576.557</b>	<b>5.286.470</b>	<b>4.992.353</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração do Resultado**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	29	<b>1.294.882</b>	<b>1.238.443</b>	<b>1.327.191</b>	<b>1.276.559</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>(540.061)</b>	<b>(534.143)</b>	<b>(593.559)</b>	<b>(602.383)</b>
Custo com Energia Elétrica	30	(152.216)	(105.817)	(152.216)	(105.817)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(93.227)	(49.433)	(93.227)	(49.433)
Encargo de Uso do Sistema		(58.989)	(56.384)	(58.989)	(56.384)
Custo de Operação	31	(387.845)	(428.326)	(441.343)	(496.566)
Pessoal e Administradores		(269.730)	(275.774)	(269.730)	(275.774)
Material		(3.916)	(6.508)	(5.561)	(6.508)
Serviço de Terceiros		(42.828)	(41.871)	(49.863)	(46.116)
Depreciação e Amortização		(16.615)	(20.085)	(16.615)	(20.085)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso		(6.901)	(3.389)	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção		(45.727)	(76.576)	(92.679)	(140.537)
Outros		(2.128)	(4.123)	6	(4.157)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>754.821</b>	<b>704.300</b>	<b>733.633</b>	<b>674.176</b>
Despesas Operacionais		(134.012)	(141.952)	(312.003)	(145.008)
Despesas com Vendas .....	31	3.764	(1.306)	3.764	(1.306)
Despesas Gerais e Administrativas .....	31	(92.935)	(95.803)	(261.106)	(98.450)
Outras Despesas Operacionais .....	31	(44.841)	(44.843)	(54.661)	(45.252)
Outras Receitas	32	32.575	22.343	32.575	22.343
Outras Despesas	32	(6.074)	(656)	(6.074)	(656)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>647.310</b>	<b>584.035</b>	<b>448.131</b>	<b>550.855</b>
Resultado de Participações Societárias		(75.375)	44.249	119.936	76.295
Resultado Financeiro Líquido	33	(167.150)	(31.085)	(164.194)	(31.915)
Rendas de Aplicações Financeiras		11.162	15.512	11.222	15.637
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos		(148.933)	(9.509)	(148.933)	(9.509)
Encargos de Dívidas		(22.075)	(24.373)	(22.075)	(24.373)
Encargos Sobre Arrendamentos		(1.020)	(1.086)	(1.020)	(1.086)
Outras Receitas/Despesas Financeiras		(6.284)	(11.629)	(3.388)	(12.584)
Resultado Operacional		404.785	597.199	403.873	595.235
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>		<b>404.785</b>	<b>597.199</b>	<b>403.873</b>	<b>595.235</b>
Imposto de Renda Corrente .....	34	(80.240)	(84.245)	(81.392)	(84.535)
Imposto de Renda Diferido .....	34	(11.743)	90.810	(11.743)	90.810
Contribuição Social Corrente .....	34	(40.984)	(31.173)	(41.467)	(31.337)
Contribuição Social Diferida .....	34	7.078	15.744	7.078	15.744
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>278.896</b>	<b>588.335</b>	<b>276.349</b>	<b>585.917</b>
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	28	29,33	60,77	29,06	60,52
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	28	29,33	60,77	29,06	60,52
<b>Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora</b>		-	-	<b>278.896</b>	<b>588.335</b>
<b>Atribuído ao Acionista Não Controlador</b>		-	-	<b>(2.547)</b>	<b>(2.418)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>278.896</b>	<b>588.335</b>	<b>276.349</b>	<b>585.917</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>(258.567)</b>	<b>(218.595)</b>	<b>(258.567)</b>	<b>(218.595)</b>
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	<b>11</b>	(1.176)	20.541	(1.176)	20.541
Venda de Títulos do Governo .....	<b>11</b>	-	(673)	-	(673)
Perda Atuarial .....	<b>27.2</b>	(257.791)	(231.687)	(257.791)	(231.687)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes .....	<b>11</b>	400	(6.776)	400	(6.776)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>		<b>20.329</b>	<b>369.740</b>	<b>17.782</b>	<b>367.322</b>
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora				20.329	369.740
Atribuído ao Acionista Não Controlador				(2.547)	(2.418)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	CONTROLADORA							CONSOLIDADO			
	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucro					Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
		Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutaria					
Saldos em 31/12/2018 - Divulgados	915.633	-	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	(487.463)	2.372.580	16.238	2.388.818
Ajuste Ofício CVM 04/2020	-	-	-	-	-	-	-	(181.311)	(34.827)	9.511	(25.316)
Saldos em 01/01/2019 - Reapresentado	915.633	-	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	146.484	2.337.753	25.749	2.363.502
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	588.335	-	588.335	(2.418)	585.917
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(848)	(848)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	19.868	19.868	-	19.868
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	(6.776)	(6.776)	-	(6.776)
Registro da Perda Atuarial	27.2	-	-	-	-	-	-	(231.686)	(231.686)	-	(231.686)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(218.594)	(218.594)	-	(218.594)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	9.496	(9.496)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	3.230	3.230	-	3.230
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	9.496	(6.266)	3.230	-	3.230
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	21.970	-	-	-	(21.970)	-	-	-
Provisão para Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(104.355)	-	(104.355)	(104.355)
Constituição da Reserva de Capital	-	650.000	(587.646)	-	-	(62.354)	-	-	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	208.712	(208.712)	-	-	-
Constituição da Reserva Dividendos não distribuídos	-	-	-	-	104.356	-	-	(104.356)	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	915.633	650.000	421.658	53.146	945.932	-	208.712	304.922	(893.634)	22.483	2.628.852
Aumento de Capital	650.000	(650.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.353)	(1.353)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	278.896	-	278.896	(2.547)
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	(4.897)	-	-	-	-	(4.897)	(4.897)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)	(1.176)	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	400	400	400
Registro da Perda Atuarial	27.2	-	-	-	-	-	-	-	(257.791)	(257.791)	(257.791)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(258.567)	(258.567)	(258.567)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	8.460	(8.460)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.877	-	2.877
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	8.460	(5.583)	2.877	2.877
Proventos Intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(74.051)	-	(74.051)	(74.051)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(12.949)	-	(12.949)	(12.949)
Total de Proventos Intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(87.000)	-	(87.000)	(87.000)
Destinação do Resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	13.945	-	-	-	(13.945)	-	-	-
Constituição da Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	208.712	-	(208.712)	-	-	-	-
Constituição da Reserva Dividendos não distribuídos	-	-	-	-	491.333	-	-	(491.333)	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	1.565.633	-	421.658	67.091	1.641.080	-	-	-	(1.157.784)	18.583	2.556.261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado		Reapresentado	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício</b>	<b>278.896</b>	<b>588.335</b>	<b>276.349</b>	<b>585.917</b>
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos	149.002	20.610	149.002	20.610
Encargos de Dívidas Provisionados	22.768	25.459	22.768	25.459
Depreciação e Amort de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	34.928	34.543	34.928	34.543
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.375	(44.249)	(119.936)	(76.295)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	93.727	49.478	89.624	51.871
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd de Liquidação Duvidosa	56	(733)	56	(733)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.665	(106.554)	4.665	(106.554)
Resultado na alienação de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	551	193	551	193
(Reversão) Constituição de impairment de ativos	(124.501)	-	8.245	48.854
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(3.224)	4.135	(3.224)	4.135
Varição Líquida do Ativo Financeiro e Contratual	2.404	(56.284)	(3.340)	(59.466)
IRPJ / CSLL pagos	(115.981)	(117.593)	(119.130)	(109.345)
Outros	433	2.339	75	1.846
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>	<b>419.099</b>	<b>399.679</b>	<b>340.633</b>	<b>421.035</b>
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>52.837</b>	<b>50.760</b>	<b>155.416</b>	<b>70.954</b>
Concessionárias e Permissionárias	(38.968)	(8.324)	(39.243)	(9.599)
Tributos a Recuperar	(16.318)	20.091	(16.321)	20.090
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	2	-	2
Estoques	3.773	7.153	3.773	7.153
Dividendos Recebidos	91.243	50.261	91.243	50.261
Pagamentos Antecipados	(1)	(498)	(129)	(623)
Créditos com partes relacionadas	60.148	76	60.148	-
Depósitos Judiciais	(34.786)	(39.223)	(37.663)	(39.995)
Ativo Contratual	(4.181)	20	31.507	20
Bens e Direitos Destinados à Alienação	(2.503)	1	(2.503)	1
Outros Créditos a Receber	(5.570)	21.201	64.604	43.644
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(34.902)</b>	<b>(157.051)</b>	<b>(90.061)</b>	<b>(175.172)</b>
Fornecedores	5.815	(99.004)	4.312	(101.300)
Obrigações Trabalhistas	(4.913)	8.151	(4.898)	8.145
Obrigações Fiscais	109.205	120.373	109.616	112.749
Provisão para Benefícios a Empregados	(36.592)	(24.072)	(36.592)	(24.072)
Obrigações da Concessão	8.264	2.605	8.415	2.605
Pagamento de Encargos de Dívidas	(22.022)	(24.623)	(22.022)	(24.623)
Dividendos Obrigatórios	(109.323)	(143.012)	(109.323)	(143.012)
Outros Passivos	14.664	2.531	(39.569)	(5.664)
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>437.034</b>	<b>293.388</b>	<b>405.988</b>	<b>316.817</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(105.997)</b>	<b>(125.417)</b>	<b>(73.031)</b>	<b>(145.038)</b>
(Aumento) redução de Investimentos	(108.299)	1.505	(40.049)	1.505
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(4.765)	(5.217)	(4.824)	(3.044)
Aquisição de Ativo Intangível	(819)	(1.516)	(819)	(1.516)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	53.613	(43.613)	39.695	(27.195)
Aumento Ativo Contratual	(45.727)	(76.576)	(67.034)	(114.788)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(49.146)</b>	<b>(38.805)</b>	<b>(49.146)</b>	<b>(38.805)</b>
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Pagamentos de arrendamentos	(6.459)	(3.272)	(6.459)	(3.272)
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(42.687)	(35.533)	(42.687)	(35.533)
<b>REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>281.891</b>	<b>129.166</b>	<b>283.811</b>	<b>132.974</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	311.362	182.196	319.575	186.601
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	593.253	311.362	603.386	319.575

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração do Valor Adicionado**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
			Reapresentado		Reapresentado
<b>RECEITAS</b>					
Receita Operacional Bruta .....	29	1.587.677	1.490.056	1.621.240	1.534.218
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa .....	31	3.764	(1.306)	(13.657)	(1.306)
Outras Receitas e Despesas .....		26.501	23.046	26.501	23.046
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(260.594)</b>	<b>(226.639)</b>	<b>(476.013)</b>	<b>(301.910)</b>
Material .....	31	(3.916)	(6.508)	(5.561)	(6.515)
Serviços de Terceiros .....	31	(42.828)	(41.871)	(51.211)	(47.503)
Custo de Energia Comprada .....	31	(152.216)	(105.817)	(152.216)	(105.817)
Outros Custos Operacionais .....	31	(2.135)	(2.259)	(2.135)	(2.259)
Custo de Construção .....	31	(45.727)	(76.576)	(92.679)	(108.527)
Outras Despesas Operacionais .....	31	(13.772)	6.392	(172.211)	(31.289)
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>1.357.348</b>	<b>1.285.157</b>	<b>1.158.071</b>	<b>1.254.048</b>
(-) Depreciação e Amortização .....	31	(26.671)	(30.097)	(26.671)	(30.097)
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso .....	31	(6.901)	(3.389)	(6.901)	(3.389)
(-) Provisões .....	31	(46.601)	(62.928)	(44.450)	(62.928)
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		<b>1.277.175</b>	<b>1.188.743</b>	<b>1.080.049</b>	<b>1.157.634</b>
(+) Resultado de Participações Societárias .....		(75.375)	44.249	119.896	76.295
(+) Receitas Financeiras .....	33	155.965	158.129	159.345	158.253
<b>(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>1.357.765</b>	<b>1.391.121</b>	<b>1.359.291</b>	<b>1.392.182</b>
Distribuição do Valor Adicionado					
<b>Pessoal</b>		<b>298.709</b>	<b>308.111</b>	<b>299.376</b>	<b>309.091</b>
Remuneração Direta .....		157.755	156.039	158.409	157.008
Benefícios .....		21.287	24.864	21.300	24.875
Plano de Benefícios Previdenciais .....		96.903	103.779	96.903	103.779
Compromissos Previdenciais .....		10.251	10.453	10.251	10.453
F.G.T.S. ....		12.513	12.976	12.513	12.976
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>456.909</b>	<b>303.354</b>	<b>459.891</b>	<b>304.899</b>
Federais .....		454.223	297.050	457.205	298.595
Estaduais .....		128	838	128	838
Municipais .....		2.558	5.466	2.558	5.466
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		<b>323.251</b>	<b>191.322</b>	<b>323.675</b>	<b>192.276</b>
Despesas de Locações .....	31	136	2.108	136	2.108
Despesas Financeiras .....	33	323.115	189.214	323.539	190.168
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>278.896</b>	<b>588.335</b>	<b>276.349</b>	<b>585.917</b>
Lucro Líquido do Período .....		278.896	588.335	276.349	585.917
<b>TOTAL</b>		<b>1.357.765</b>	<b>1.391.122</b>	<b>1.359.291</b>	<b>1.392.183</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras  
em 31 de Dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) –, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de economia mista sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 66,06% do seu capital total. A CEEE-GT foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; prestar serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; explorar sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB). Em janeiro de 2014, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A. e Zhejiang United Engineering CO Ltda transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014, foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$ 25.000; durante o exercício de 2015, o montante de R\$ 9.947; no exercício de 2016, o valor de R\$ 176.710; em 2018, o montante de R\$ 86.020; e, em 2020, R\$ 60.459. Essas somas totalizaram R\$ 377.429, que foram integralizados pela CEEE-GT na (TESB). A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 94,22%.

No segmento de geração, a CEEE-GT exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPES) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99% e o capital social integralizado, de R\$ 151.118.

#### 1.1. Das Concessões

##### 1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro. Essa legislação possibilitou a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencessem até 2017 seriam comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobririam somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição. Em atendimento à legislação, em 04 de dezembro de 2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei nº 12.783/2013, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, por outro lado, 12 de 14 das demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia no regime de cotas. Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

\* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nessas condições. O vencimento da atual concessão é indefinido.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259, de 21/07/1999, tem registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG).

Em 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, foi definido que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas.

O Decreto n. 10.135, de 28 de novembro de 2019, alterou a redação do Decreto 9.271/2018, que regulamenta os Art. 26, 27, 28 e 30 da Lei nº 9.074/1995. Ele permite a outorga de novo contrato de concessão para aquelas concessionárias públicas de geração que passarão por processo de desestatização. Além de obter uma nova concessão de 30 anos, as empresas desestatizadas poderão migrar seus contratos para o regime de produção independente e negociar a energia no mercado livre (procedimento de “descotização”).

Para fazer parte do processo, o novo Decreto diz que é preciso que a outorga em vigor da concessionária pública tenha prazo de vencimento acima de 3 anos e 6 meses, e a licitação seja concluída em até, no máximo, 18 meses antes do fim do prazo de sua validade. Ainda, são permitidas exceções para os casos em que o prazo remanescente da outorga seja inferior a 42 meses e possa haver interesse na desestatização. Nesses casos, estados e municípios teriam que formalizar requerimento de adesão ao novo modelo em até 90 dias após a publicação do Decreto. Já o processo de privatização deve estar concluído em até seis meses antes do término do contrato ou da outorga.

Essas alterações possibilitariam que o poder público (de estados e municípios) tenha prazo suficiente para realizar as privatizações. Além disso, as mudanças permitem também que o Poder Concedente (União) tenha o prazo necessário para realizar uma nova licitação se a empresa não optar pela desestatização.

O Decreto publicado define os novos pilares traçados pelo Poder Concedente, visando a modernização do setor elétrico ao incentivar a migração das usinas hidrelétricas do regime de serviço público para o regime de produção independente de energia. Assim, as usinas irão comercializar a energia elétrica livremente no mercado regulado ou no mercado livre. Em contrapartida, a empresa passa a assumir os riscos dessa operação, tais como o risco hidrológico, cabendo a ela adotar a melhor estratégia de comercialização.

Alinhado com a intenção positivada no Decreto, em janeiro de 2020, o acionista controlador da CEEE-GT formalizou pedido de renovação da concessão da UHE Itaúba, desde já comunicando que se encontra em curso processo de desestatização. O valor da outorga calculado pelo MME foi de R\$ 1.395.760.

#### *1.1.2. Barragem Laranjeiras – Três Coroas - RS*

A barragem das Laranjeiras fica na divisa dos municípios de Canela e Três Coroas. Foi construída pelo governo federal nos anos 60 e depois cedida ao governo estadual, mas nunca chegou a entrar em operação e não há registro de realização de manutenção. Em 25 de setembro as secretarias do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Meio Ambiente e Infraestrutura emitiram termo declaratório que reconhece a posse da barragem de Laranjeiras em favor da CEEE-GT. Atualmente, não há planejamento para tornar a barragem operacional, ainda que a CEEE-GT trabalhe para retomar as condições de segurança nessa estrutura.

#### *1.1.3. Concessão de Transmissão*

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

##### *1.1.3.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL*

Em 1º de outubro de 2001, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O contrato de concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em, 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579. Foi definido o montante de R\$ 661.086, a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000 e relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

No que tange às instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autoriza o Poder Concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (RAP), nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada 05 anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da

receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

#### **1.1.3.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL**

Em 19 de dezembro de 2002, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

## **1.2. Desestatização**

Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR), da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tem o objetivo de ampliar receitas e é condicionante para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma, foi autorizada a alienação ou a transferência da participação societária e dos seus ativos, bem como o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na *holding* e nas suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES está coordenando o projeto, que compreendem estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização.

Em 31 de março de 2020, a Administração publicou Fato Relevante, informando a acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT. A expectativa é de que os leilões de desestatização dos negócios de geração e transmissão sejam realizados no em 2021.

### 1.2.1 – Cisão da CEEE GT

Em continuidade ao processo de desestatização, como medida preparatória à alienação, faz-se necessário a Cisão Parcial da CEEE-GT com incorporação da parcela cindenda inerente à atividade de Geração por uma nova sociedade, para prosseguimento da reorganização societária e efetiva conclusão do processo de desestatização das Companhias.

Neste contexto, foi criada em outubro de 2020 a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), CNPJ 39.881.421/0001-04, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-G irá operar o contrato de concessão de geração de energia elétrica nº 025/2000, incorporando a parcela cindenda da CEEE-GT inerente à atividade de Geração.

Preliminarmente, o relatório de proposição do modelo de cisão da CEEE-GT foi produzido pelo BNDES e Consórcio Minuano Energia, teve como objetivo fundamental, do ponto de vista econômico-financeiro e estratégico, a alocação dos acervos patrimoniais para constituir as parcelas cindida (Transmissão) e cindenda (CEEE-G), empresas resultantes da Cisão Parcial da CEEE-GT.

A Cisão Parcial justifica-se, pois permitirá a efetiva segregação das atividades de Transmissão das atividades de Geração, o que representará, para as companhias, diminuição de custos administrativos e operacionais, bem como uma estrutura de capital adequada para as atividades de Geração, que serão vertidas para a Incorporadora e a manutenção de uma estrutura de capital aderente para as atividades de Transmissão, que ficam na parcela cindida.

Adicionalmente, tendo em vista que a CEEE-GT está em um processo de desestatização por meio do qual a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, acionista controlador da Companhia e, por consequência, da Incorporadora, deve alienar a totalidade de sua participação acionária na Companhia e na Incorporadora, a Cisão Parcial com Incorporação também se justifica para fins de maximização do valor de mercado da Companhia e da Incorporadora.

A Cisão Parcial com Incorporação será realizada em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Incorporação da Companhia, celebrado em 28 de janeiro de 2021. A data-base das informações contábeis consideradas foi 30 de junho de 2020, considerando as informações contábeis auditadas da Companhia segregadas por Unidades de Negócio (Geração e Transmissão), em conformidade NBC TG 22 (R2).

Em 18 de fevereiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) aprovou a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) (“Incorporadora” e “Cisão Parcial”).

A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”). Uma vez verificada a Condição Suspensiva, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á a fim de deliberar acerca da confirmação da verificação da Condição Suspensiva e da eficácia da Cisão Parcial com Incorporação.

## 1.3. Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

### 1.3.1. Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Desde então, no Brasil, o Governo Federal publicou diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como para mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o Estado de Calamidade Pública.

Os governos estaduais e municipais também publicaram suas normatizações para combater a pandemia. Dentre elas estavam ações para restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços não essenciais, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A partir de 13 de março de 2020 a CEEE-GT adotou medidas que contribuíram com os esforços governamentais para prevenir e mitigar os efeitos no local de trabalho, dentre essas medidas, estão:

- criação de comissão para avaliar e acompanhar a situação no âmbito da empresa, propondo medidas de prevenção e contenção relacionadas ao COVID-19;
- adoção do tele trabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade, evitando deslocamentos e potencial risco de contágio;
- orientações às equipes técnicas, assim como o fornecimento de materiais de proteção, com vistas a assegurar o andamento normal dos trabalhos de manutenção, permitindo a adequada operação na geração e transmissão de energia elétrica, em especial àqueles responsáveis pela segurança e saúde da população;
- reforços de campanha de comunicação interna para medidas de prevenção e contenção à COVID - 19;
- acompanhamento dos empregados com suspeita ou confirmação de contágio por COVID-19, promovendo orientações aos mesmos e às suas chefias;
- prestação de atendimento psicológico na modalidade on-line;
- aquisição de máscaras para todos os empregados e medição de temperatura corporal de todos que acessam as dependências da sede corporativa;
- participação nos fóruns nacionais com troca de experiências sobre o gerenciamento da situação no âmbito do setor elétrico brasileiro e internacional.

#### **Medidas de assistência governamental**

Diante deste cenário, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração, com o objetivo de auxiliar as empresas na redução das implicações econômicas da pandemia, com destaque para as seguintes:

- postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente;
- referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020, possibilitou o pagamento parcelado em seis parcelas com vencimento a partir do mês de julho, sem a incidência de atualização de multa e encargos;
- redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como por exemplo: DCTF, EFD, ECD e ECF;
- isenção do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias;

A maior parte dessas medidas apuradas até a emissão destas demonstrações contábeis possuíam caráter temporário, servindo para minimizar os reflexos negativos da pandemia.

## Impacto nas demonstrações financeiras

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a CEEE-GT vem acompanhando as repercussões do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, avaliando constantemente os efeitos reais e potenciais nas suas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no seu desempenho econômico, sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando às mesmas):

- **Reconhecimento de receita:**

A Companhia vem avaliando os impactos das diversas medidas para conter a disseminação de contágios do COVID-19 sobre o reconhecimento das suas receitas com o Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e com o suprimento de energia elétrica. No período dessas demonstrações contábeis não foram identificados impactos significativos na receita operacional bruta que ensejassem qualquer modificação nas políticas de reconhecimento de receita.

- **Provisão de perda esperada:**

A Companhia avalia frequentemente o nível de inadimplência em sua carteira de contratos, sendo que não foram observadas variações significativas no nível de inadimplência do seu contas a receber na posição de 31 de dezembro de 2020 que indicassem qualquer registro complementar de perda estimada além das já reconhecidas nessas demonstrações contábeis.

- **Postergação dos tributos, contribuições federais e outros encargos:**

A Companhia utilizou da prerrogativa de postergação do recolhimento dos tributos e contribuições federais e prorrogou para agosto, outubro e novembro o pagamento de R\$ 29,5 milhões dos tributos PIS e COFINS relativos às competências de março, abril e maio de 2020, respectivamente.

- Referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Companhia manteve o pagamento em suas respectivas datas de vencimentos ordinárias, o que perfazia o montante de R\$ 3,1 milhões, não optando pela opção de parcelamento.

- A redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 provocou uma economia na apuração destes encargos na ordem de R\$ 462 mil reais.

- **Valor realizável de estoques:**

Não são esperadas provisões de perdas sobre os saldos dos estoques de investimento e de O&M (Operação e Manutenção) além das perdas registradas pelos inventários periódicos.

- **Custos fixos do processo produtivo:**

Não existem custos fixos represados atinentes aos processos operacionais da Companhia que não estejam registrados na demonstração do resultado do período destas demonstrações contábeis.

- **Recuperabilidade de ativos:**

A Companhia avalia os possíveis impactos das ações para o combate da disseminação à COVID-19 sobre as premissas imputadas nos fluxos de caixa de seus ativos financeiros e contratuais, de forma a identificar qualquer elemento que leve ao ajuste de tais premissas. Ajustes de premissas poderiam levar à manutenção dos níveis de registros de perda de valor recuperável sobre os ativos. Para estas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, não foram identificados elementos que levassem a modificar estas premissas ou registrar qualquer perda adicional.

- **Empréstimos e financiamentos:**

A Companhia não deixou de adimplir com suas parcelas de empréstimos e financiamentos vencidas no período destas demonstrações contábeis. Os reflexos provocados pela desvalorização cambial da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foram reconhecidos no resultado e no balanço patrimonial do período, representando uma elevação da despesa com variação cambial no montante de R\$ 126 milhões no acumulado do exercício de 2020 ante ao exercício anterior.

- **Investimentos:**

A Companhia mantém a execução de seus investimentos em níveis satisfatórios para sustentar a adequada operação de suas linhas de transmissão, subestações e usinas de geração. Além disso, não foram observados, até o momento, qualquer risco de quebra contratual por parte dos fornecedores no que diz respeito ao fornecimento de materiais e prestação de serviços que possa comprometer os investimentos da Companhia.

- **Arrendamentos:**

Conforme disposições da Deliberação CVM Nº 859, de 07 de julho de 2020, a Companhia avaliou os possíveis impactos da COVID-19 em seus contratos de arrendamento mercantil. Como resultado disso, não foram encontradas modificações de contratos que levassem à manutenção dos pagamentos ou prazos previstos nos fluxos de caixa para mensuração das rubricas de ativos de direito de uso ou de arrendamentos a pagar.

A CEEE-GT continua acompanhando as informações relacionadas à COVID-19 e monitorando constantemente as variáveis macroeconômicas e regulatórias, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos nos informes da Companhia, sendo que, até a data de publicação desta demonstração contábil, não foram encontrados impactos que mereçam divulgação.

## **2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO**

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo. O objetivo é produzir alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios, visando à manutenção e à preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Essas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

## **3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

### **3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras – e somente elas –, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos – as orientações e as interpretações técnicas –, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Demonstrações Financeiras compreendem:

#### *a) Demonstrações Financeiras Individuais*

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Isso porque as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem da norma IFRS aplicável demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações financeiras. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas.

### *b) Demonstrações Financeiras Consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) –, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Isso foi possível porque não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em 19 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia concluiu a presente demonstração financeira, submetendo-a as análises do Comitê de Auditoria Estatutário.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 08 de abril de 2021.

#### *3.1.1. Base de Mensuração*

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

#### *3.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional*

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### *3.1.3. Lucro Líquido por Ação*

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído –, em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 29.

### **3.2. Uso de Estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou

quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

#### *Transações e venda de energia elétrica na CCEE*

A Companhia registra compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil, a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### *Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD*

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais. Assim, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

#### *Passivos contingentes*

As provisões para passivos contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir da avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

#### *Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego*

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

#### *Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido*

Periodicamente, a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o estimado pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

#### *Ativo Contratual*

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos ativos de contrato, por considerar os riscos e os prêmios específicos do negócio. Quando a Companhia presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

#### *Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo*

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

### Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados considerando a vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

### Ativo Intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, basicamente *softwares* e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para esses ativos. A estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

### 3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e das suas controladas: Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB), Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/12/2020	31/12/2019
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	94,22%	92,63%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada consolidada integralmente está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado. Aparecem, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

#### 4.1. Ativos e Passivos Financeiros

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

#### 4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

#### 4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 03 meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

#### 4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

#### 4.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

#### 4.6. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias, observando as diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

#### 4.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

#### 4.8. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

#### 4.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

#### 4.10. Ativo Contratual da Concessão

Com base na análise dos Contratos de Concessão e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão e os novos investimentos nas usinas de geração que operam pelo regime de cotas.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão recebidos através da Receita Anual Permitida de Transmissão ou Receita Anual de Geração – RAG e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

Ao longo da implantação, a Companhia reconhece um Ativo Contratual, em contrapartida de receita de construção e melhorias, à medida que vão sendo satisfeitas as obrigações de performance de construção e melhoria de infraestrutura, até o limite dos custos praticados na condição em que estes possam ser recuperados.

A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

A amortização do Ativo Contratual é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Contratual é calculada com base na taxa interna de retorno - TIR, através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

#### **4.11. Investimentos**

##### **4.11.1. Investimentos em controladas**

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

##### **4.11.2. Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

##### **4.11.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill**

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

#### **4.12. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **4.13. Intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **4.14. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)**

##### **4.14.1. Ativos Financeiros**

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

##### **4.14.2. Ativos Não Financeiros**

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **4.15. Arrendamento Mercantil**

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. A Administração adotou os comandos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos em suas demonstrações contábeis findadas em 31 de dezembro de 2019.

#### **4.16. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações**

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras.

#### **4.17. Valor Justo**

I. Ativo Contratual: O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

II. Ativo Intangível da Concessão: representa o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, a parcela da infraestrutura já existente correspondente ao ativo intangível foi mensurada pelo seu valor justo (Valor Novo de Reposição – VNR reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória da Companhia). Após a renovação do contrato de concessão, o intangível com origem nos serviços de construção e melhorias é registrado ao custo de aquisição ou construção. O intangível da concessão está apresentado reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear.

III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### **4.18. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

#### **4.19. Outros Ativos e Passivos**

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **4.20. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

#### **4.21. Provisão para Benefícios a Empregados**

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

#### **4.22. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### **4.23. Reconhecimento da Receita**

##### **4.23.1. Receita da Geração**

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

##### **4.23.2. Receita da Transmissão**

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE e RBNI) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE-GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

##### **4.23.2.1. Receita de Construção**

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

##### **4.23.2.2. Receita Financeira**

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

#### **4.24. Despesa Financeira**

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

#### **4.25. Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### **4.26. Transações com Partes Relacionadas**

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 38.

#### **4.27. Informações por Segmento**

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo. A Companhia, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

#### **4.28 Questões Ambientais**

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA.

#### **4.29. Demonstração do Resultado**

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

#### **4.30. Reapresentação dos saldos comparativos**

A CEEE-GT, em conexão com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes retrospectivos na mensuração dos seus: (i) ativos de transmissão - Rede Básica de Sistemas Existentes (RBSE), até então classificados como ativos financeiros, passando a tratá-los como ativos de contrato nos termos do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes; e (ii) alteração da taxa de remuneração dos seus demais ativos de transmissão considerando os novos critérios estabelecidos na orientação emitida pela CVM. Adicionalmente a Companhia avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras. Os ajustes retrospectivos foram efetuados para manter a mesma base comparativa.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê NBC TA 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2018		01/01/2019	31/12/2018		01/01/2019
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
			-			-
<b>ATIVO</b>	<b>4.978.373</b>	<b>(91.457)</b>	<b>4.886.916</b>	<b>5.074.299</b>	<b>(81.946)</b>	<b>4.992.353</b>
Ativo Circulante	1.379.376	(343)	1.379.033	1.373.060	23.876	1.396.936
Ativo de Concessão - Contratual	116.890	282.770	a 399.660	117.489	306.989	a 424.478
Ativo de Concessão - Financeiro	282.770	(282.770)	b -	282.770	(282.770)	b -
Outros créditos a receber	97.185	(343)	96.842	85.453	(343)	85.110
Outras contas do ativo circulante	882.531		882.531	887.348		887.348
Ativo Não Circulante	3.598.997	(91.114)	3.507.883	3.701.239	(105.822)	3.595.417
Ativo de Concessão - Contratual	772.424	1.285.013	a 2.057.437	1.040.993	1.359.870	a 2.400.863
Ativo de Concessão - Financeiro	1.412.735	(1.412.735)	b -	1.412.735	(1.412.735)	b -
Investimentos	325.065	36.608	e 361.673	(37.260)	(52.957)	(90.217)
Outras contas do ativo não circulante	1.088.773		1.088.773	1.284.771		1.284.771
<b>PASSIVO</b>	<b>4.978.373</b>	<b>(91.457)</b>	<b>4.886.916</b>	<b>5.074.299</b>	<b>(81.946)</b>	<b>4.992.353</b>
Passivo Circulante	634.096	-	634.096	647.636	-	647.636
Passivo Não Circulante	1.971.697	(56.630)	1.915.067	2.037.845	(56.630)	1.981.215
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	257.595	(56.630)	c 200.965	257.595	(56.630)	c 200.965
Outras contas do passivo não circulante	1.714.102		1.714.102	1.780.250		1.780.250
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.372.580</b>	<b>(34.827)</b>	<b>2.337.753</b>	<b>2.388.818</b>	<b>(25.316)</b>	<b>2.363.502</b>
Outros Resultados Abrangentes	(487.463)	(181.311)	(668.774)	(487.463)	(181.311)	(668.774)
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	146.484	146.484	-	146.484	146.484
Participação Não Controladores				16.238	9.511	25.749
Provisão para perda em investimentos	-		-			
Outras contas do patrimônio líquido	2.860.043	-	2.860.043	2.860.043		2.860.043

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019		31/12/2019	31/12/2019		31/12/2019
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
<b>ATIVO</b>	<b>5.046.387</b>	<b>145.392</b>	<b>5.191.779</b>	<b>5.132.963</b>	<b>153.507</b>	<b>5.286.470</b>
Ativo Circulante	1.082.632	133.320	1.215.952	1.079.831	155.842	1.235.673
Ativo de Concessão - Contratual	122.677	425.654	a 548.331	125.770	448.176	a 573.946
Ativo de Concessão - Financeiro	319.357	(319.357)	b -	319.357	(319.357)	b -
Outros créditos a receber	75.750	27.023	j 102.773	59.830	27.023	j 86.853
Outras contas do ativo circulante	564.848		564.848	634.704		634.704
Ativo Não Circulante	3.963.755	12.072	3.975.827	4.053.132	(2.335)	4.050.797
Ativo de Concessão - Contratual	824.892	1.216.696	a 2.041.588	1.090.951	1.285.806	a 2.376.757
Ativo de Concessão - Financeiro	1.254.969	(1.254.969)	b -	1.254.969	(1.254.969)	b -
Depósitos Judiciais	45.545	39.400	d 84.945	71.277	39.400	d 110.677
Investimentos	762.643	10.945	e 773.588	425.961	(72.572)	e 353.389
Outras contas do ativo não circulante	1.075.706	-	1.075.706	1.209.974	-	1.209.974
<b>PASSIVO</b>	<b>5.046.387</b>	<b>145.392</b>	<b>5.191.779</b>	<b>5.132.963</b>	<b>153.507</b>	<b>5.286.470</b>
Passivo Circulante	503.161	-	503.161	510.778	-	510.778
Passivo Não Circulante	2.110.486	(28.237)	2.082.249	2.175.077	(28.237)	2.146.840
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	163.267	39.400	d 202.667	165.988	39.400	205.388
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	165.595	(67.637)	c 97.958	165.595	(67.637)	c 97.958
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.432.740</b>	<b>173.629</b>	<b>2.606.369</b>	<b>2.447.108</b>	<b>181.744</b>	<b>2.628.852</b>
Outros Resultados Abrangentes	(762.341)	(131.293)	a e c (893.634)	(762.341)	(131.293)	a e c (893.634)
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	304.922	304.922	-	304.922	304.922
Participação Não Controladores				14.368	8.115	22.483
Outras contas do patrimônio líquido	3.195.081	-	3.195.081	3.195.081		3.195.081

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019 Divulgado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Divulgado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado
Receita Operacional	1.295.784	194.272	1.490.056	1.339.946	188.994	1.528.940
Disponibilização do Sistema de Transmissão	875.696	-	875.696	877.317	4.640	f 881.957
Amortização Ativo Contratual	(413.372)	(9.006)	a e b (422.377)	(413.372)	(9.006)	a e b (422.378)
Remuneração do Ativo Contratual	275.384	203.278	a e b 478.662	302.525	193.495	a e b 496.020
Receita de Construção	75.576	-	75.576	91.818	(195)	g 91.683
Deduções da Receita Operacional	(251.613)	-	(251.613)	252.381	-	252.381
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.044.171</b>	<b>194.272</b>	<b>1.238.443</b>	<b>1.087.565</b>	<b>188.994</b>	<b>1.276.559</b>
Custo com Energia Elétrica	(105.817)	-	(105.817)	(105.817)	-	(105.817)
Custo de Operação	(428.326)	-	(428.326)	(494.400)	(2.166)	(496.566)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>510.028</b>	<b>194.272</b>	<b>704.300</b>	<b>487.348</b>	<b>186.828</b>	<b>674.176</b>
Despesas operacionais	(143.312)	1.360	j (141.952)	(146.368)	1.360	j (145.008)
Outras receitas e despesas Operacionais	20.214	1.473	a e b 21.687	20.214	1.473	a e b 21.687
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>386.930</b>	<b>197.105</b>	<b>584.035</b>	<b>361.194</b>	<b>188.188</b>	<b>550.855</b>
Resultado de Participações Societárias	44.249	-	44.249	69.400	6.895	i 76.295
Resultado financeiro, líquido	(31.085)	-	(31.085)	(31.915)	-	(31.915)
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>	<b>400.094</b>	<b>197.105</b>	<b>597.199</b>	<b>398.679</b>	<b>195.083</b>	<b>595.235</b>
Tributos	(8.864)	-	(8.864)	(9.318)	-	(9.318)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>391.230</b>	<b>197.105</b>	<b>588.335</b>	<b>389.361</b>	<b>195.083</b>	<b>585.917</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes da reclassificação 31/12/2019	Reclassificação	Reapresentação após efeitos 31/12/2019	Apresentação antes da reclassificação 31/12/2019	Reclassificação	Reapresentação após efeitos 31/12/2019
<b>RECEITAS</b>	<b>1.295.784</b>	<b>197.104</b>	<b>1.492.888</b>	<b>1.339.946</b>	<b>197.104</b>	<b>1.537.050</b>
Receita Operacional Bruta	1.295.784	194.272	a 1.490.056	1.339.946	194.272	a 1.534.218
Outras receitas	20.214	2.832	a 23.046	20.214	2.832	a 23.046
(-) JINSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(226.639)	-	(226.639)	(294.466)	(7.444)	(301.910)
Outras despesas operacionais	5.152	-	5.152	(23.845)	(7.444)	(31.289)
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.088.053</b>	<b>197.104</b>	<b>1.285.157</b>	<b>1.064.388</b>	<b>189.660</b>	<b>1.254.048</b>
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>991.639</b>	<b>197.104</b>	<b>1.188.743</b>	<b>967.974</b>	<b>189.660</b>	<b>1.157.634</b>
(+) Resultado de Participações Societárias	44.249	-	44.249	69.399	6.895	e 76.295
<b>(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>1.194.017</b>	<b>197.104</b>	<b>1.391.121</b>	<b>1.195.628</b>	<b>196.556</b>	<b>1.392.182</b>
<b>REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>391.230</b>	<b>197.104</b>	<b>588.335</b>	<b>389.361</b>	<b>196.556</b>	<b>585.917</b>
Lucro (Prejuízo) do Período	391.230	197.104	588.335	389.361	196.556	585.917

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	391.230	197.105	588.335	389.361	196.556	585.917
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa						
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	20.610	-	20.610	20.610	-	20.610
Encargos de Dívidas Provisionados	24.270	1.189 k	25.459	24.270	1.189 k	25.459
Receitas de Juros com Partes Relacionadas	(21.662)	21.662 k	-	(21.662)	21.662 k	-
Depreciação e Amort. de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	(31.154)	65.697 k	34.543	(31.154)	65.697 k	34.543
Resultado de Equivalência Patrimonial	(44.500)	251 a / e	(44.249)	(69.651)	(6.644) a / e	(76.295)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	110.836	(61.358) k	49.478	110.836	(58.965) k	51.871
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd. de Liquidação Duvidosa	1.306	(2.039) k	(733)	1.306	(2.039) k	(733)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(92.000)	(14.554) k	(106.554)	(92.000)	(14.554) k	(106.554)
Resultado na alienação de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	(193)	386 k	193	(193)	386 k	193
(Reversão) Constituição de Impairment de ativos	-	- k	-	-	48.854 k	48.854
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(8.950)	13.085 k	4.135	(8.950)	13.085 k	4.135
Variação Líquida do Ativo Financeiro e Contratual	(121.179)	64.895 k	(56.284)	(121.179)	61.713 k	(59.466)
IRPJ e CSLL pagos	-	(117.593) k	(117.593)	-	(109.345) k	(109.345)
Outros	-	2.339 k	2.339	850	996 k	1.846
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>	<b>228.614</b>		<b>399.679</b>	<b>202.444</b>	<b>218.591</b>	<b>421.035</b>
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(1.593)</b>		<b>50.760</b>	<b>(3.808)</b>		<b>70.954</b>
Concessionárias e Permissonárias	(10.363)	2.039 k	(8.324)	(11.638)	2.039 k	(9.599)
Tributos a Recuperar	(20.091)	40.182 k	20.091	(20.092)	40.182 k	20.090
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	2 k	2	-	2 k	2
Estoques	(7.153)	14.306 k	7.153	(7.153)	14.306 k	7.153
Dividendos Recebidos	49.807	454 j	50.261	49.807	454 j	50.261
Investimentos em Títulos do Governo	(7.456)	7.456 k	-	(7.456)	7.456 k	-
Pagamentos Antecipados	(498)	- k	(498)	(659)	36 k	(623)
Creditos com partes Relacionadas	-	76 k	76	-	- k	-
Depósitos Judiciais	177	(39.400) k	(39.223)	(595)	(39.400) k	(39.995)
Ativo Financeiro	(32.250)	32.250 k	-	(32.250)	32.250 k	-
Direito de Uso	13.845	(13.845) k	-	13.845	(13.845) k	-
Ativo Contratual	58.255	(58.235) k	20	58.255	(58.235) k	20
Bens e Direitos Destinados à Alienação	1	- k	1	1	- k	1
Outros Créditos a Receber	(45.867)	67.068 k	21.201	(45.873)	89.517 k	43.644
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(28.125)</b>		<b>(157.051)</b>	<b>(29.547)</b>		<b>(175.172)</b>
Fornecedores	(99.004)	-	(99.004)	(99.359)	(1.941) k	(101.300)
Obrigações Trabalhistas	8.151	-	8.151	8.151	(6) k	8.145
Obrigações Estimadas	-	-	-	83	(83) k	-
Obrigações Fiscais	2.780	117.593 k	120.373	2.570	110.179 k	112.749
Provisão para Benefícios a Empregados	106.327	(130.399) k	(24.072)	106.327	(130.399) k	(24.072)
Obrigações da Concessão	(2.605)	5.210 k	2.605	(2.605)	5.210 k	2.605
Pagamento de Encargos de Dívidas	(23.436)	(1.187) k	(24.623)	(23.436)	(1.187) k	(24.623)
Créditos com Partes Relacionadas	21.738	(21.738) k	-	21.738	(21.738) k	-
Dividendos Obrigatórios	(34.245)	(108.767) k	(143.012)	(34.245)	(108.767) k	(143.012)
Outros Passivos	(7.830)	10.361 k	2.531	(8.770)	3.106 k	(5.664)
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>198.897</b>		<b>293.388</b>	<b>169.090</b>		<b>316.817</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>						
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(34.198)		(125.417)	(19.615)		(145.038)
Aumento de Investimentos	2.682	(1.177) k	1.505	2.682	(1.177) k	1.505
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	5.217	(10.434) k	(5.217)	5.890	(8.934) k	(3.044)
Aquisição de Ativo Intangível	1.516	(3.032) k	(1.516)	1.516	(3.032) k	(1.516)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(43.613)	- k	(43.613)	(29.703)	2.508 k	(27.195)
Aumento Ativo Contratual	-	(76.576) k	(76.576)	-	(114.788) k	(114.788)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>						
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	(35.533)		(38.805)	(16.501)		(38.805)
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(35.533)	-	(35.533)	(35.533)	-	(35.533)
Pagamento de Arrendamentos	-	(3.272) k	(3.272)	-	(3.272) k	(3.272)
Partes Relacionadas	-	-	-	19.032	(19.032) k	-
<b>REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>129.166</b>		<b>129.166</b>	<b>132.974</b>		<b>132.974</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	182.196		182.196	186.601		186.601
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	311.362		311.362	319.575		319.575

- Ativo Contratual - Esta reapresentação refere-se à remensuração dos ativos de transmissão considerando as novas premissas estabelecidas na orientação emitida pela CVM.
- Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE) - Esta reapresentação refere-se a ajuste de classificação e mensuração dos seus ativos de transmissão – RBSE, até então classificados como ativos financeiros.
- Imposto de Renda e Contribuição Social - Esta reapresentação refere-se ao ajuste sobre a parcela anteriormente reconhecida em Outros Resultados Abrangentes relativa ao Ativo Financeiro.
- Esta reapresentação refere-se aos ajustes nos depósitos judiciais anteriormente eram apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das provisões para contingências no passivo não circulante.
- Esta reapresentação refere-se aos ajustes de equivalência patrimonial nas investidas.
- Refere-se a receita de remensuração do Ativo Contratual nas investidas.

- g) Refere-se ao ajuste efetuado na Receita de Construção nas investidas.
- h) Refere-se ao ajuste efetuado ao Custo de Construção da Controlada TESB.
- i) Refere-se a ajuste no reconhecimento de equivalência patrimonial.
- j) Refere-se a diferença de dividendos não apropriados em 2019 e ajustes de exercícios anteriores.

#### 4.31. Novas normas e interpretações

##### 4.31.1. Normas Revisadas e Vigentes:

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinações de negócios;
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro;
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros;
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material.

Aprovadas as revisões dos pronunciamentos técnicos, através da Deliberação CVM nº 854, avaliados pela Companhia, os pronunciamentos em questão, não apresentam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

##### 4.31.2. Normas Revisadas e não vigentes

- CPC 11 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante).

A Companhia está analisando os impactos dos pronunciamentos referenciados acima, com exceção, do pronunciamento IFRS 17 – Contrato de Seguros, cuja norma ainda não foi emitida no Brasil.

Em relação aos normativos que restam em discussão no IASB, com vigência futura, a Companhia segue acompanhando as discussões e, além disso, não verifica possibilidades de impactos significativos.

#### 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>					
Numerário Disponível .....	5.1	14.769	1.635	15.478	2.517
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL .....	5.2	578.484	309.727	587.908	317.058
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>593.253</u>	<u>311.362</u>	<u>603.386</u>	<u>319.575</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fundo Bradesco Empresas .....		7	7	7	7
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>

##### 5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$ 14.769 (R\$ 1.635, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

##### 5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$ 578.484 (R\$ 309.727, em 31 de dezembro de 2019) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL), instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

## 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de Energia .....	22.266	21.278	22.266	21.278
Encargos de uso da Rede .....	120.910	85.380	122.678	86.873
Energia de Curto Prazo - CCEE .....	9.839	7.310	9.839	7.310
Títulos de Crédito a Rebeber .....	395	474	395	474
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.108)	(4.052)	(4.108)	(4.052)
	<u>149.302</u>	<u>110.390</u>	<u>151.070</u>	<u>111.883</u>

### 6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$ 4.108 (R\$ 4.052 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 03 meses.

	31/12/2019	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		31/12/2020
		ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia .....	11	-	-	11
Encargos de uso da Rede .....	4.041	1.305	(1.249)	4.097
	<u>4.052</u>	<u>1.305</u>	<u>(1.249)</u>	<u>4.108</u>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>				
PIS/COFINS a Compensar .....	235	281	239	281
INSS a Compensar .....	182	211	182	211
IRPJ e CSLL a Compensar .....	16.717	637	16.717	637
IRPJ e CSLL Base Negativa .....	1.211	898	1.373	1.061
	<u>18.345</u>	<u>2.027</u>	<u>18.511</u>	<u>2.190</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
PIS/COFINS a Compensar .....	2	1	2	1
IRPJ e CSLL a Compensar .....	1	1	1	1
Doutros Créditos a Compensar .....	2	3	2	3
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>

## 8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Estoque de Operação .....	16.583	20.356	16.583	20.356
	<u>16.583</u>	<u>20.356</u>	<u>16.583</u>	<u>20.356</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinadas à alienação, todos valorados a preço médio.

## 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D .....	9.1	14.804	12.251	14.804	12.251
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		5.713	7.707	5.713	7.707
Aluguel de Postes e Serviços Prestados .....		8.262	12.709	8.262	12.709
Cedência de Funcionários .....	36	566	481	566	481
Conta Gráfica CEEE-PAR .....	9.4/36	279	-	279	-
Dividendos a Receber.....	9.2	33.915	34.101	33.915	34.101
Custos a Reembolsar.....	9.3	24.317	28.689	21.309	12.357
Alienação de Bens e Serviços.....		1.903	455	1.903	455
Outros Devedores .....		21.139	6.380	21.539	6.792
		<u>110.902</u>	<u>102.773</u>	<u>108.294</u>	<u>86.853</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Outros .....		1.343	3.902	1.343	87.388
		<u>1.343</u>	<u>3.902</u>	<u>1.343</u>	<u>87.388</u>

### 9.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O valor de R\$ 14.804 (R\$ 12.251, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL. (vide nota explicativa 23.1).

### 9.2. Dividendos a Receber

O valor de R\$ 33.915 (R\$ 7.078, em 31 de dezembro de 2019), refere-se a dividendos declarados pelas investidas, com a seguinte composição: Ceran, R\$ 18.171; Enercan, R\$ 10.318; Ventos do Sul R\$5.389 e ETAU, R\$ 47.

### 9.3. Custos a Reembolsar

O valor de R\$ 24.317 (R\$ 28.689, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos contratos de prestação de serviços que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

### 9.4. Conta Gráfica CEEE Par

O valor de R\$ 279 em 31 de dezembro de 2020 refere-se a pagamentos realizados pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT relativos à Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

## 10. MÚTUO CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) – mutuante – e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) – mutuária –, no valor de até R\$ 150.000, com regramento contratual de devolução em 24 meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu o primeiro aditivo ao contrato, alterando o valor para R\$ 300.000 e mantendo o prazo de 24 meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho nº 1.384, de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo, com prazo de vigência de até 24 meses para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$ 335.212.

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho nº 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo, com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas (CAENMF), pertencente à CEEE-D, permitindo amortizar R\$ 293.869 do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL, de acordo com o Despacho nº 1.716, anuiu a celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), que teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282, da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente, em 15 de agosto de 2018, a Agência Reguladora emitiu o Despacho nº 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000, pelo prazo de 24 meses. Mensalmente, a CEEE-D liquidava a parcela relativa aos juros pactuados. Em 2020, a CEEE-D pagou a CEEE-GT o montante de R\$ 86.283.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$ 313.016.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial .....	373.164	373.240
Apropriação e Encargos.....	26.135	21.662
Recebimento de Encargos .....	(13.923)	(21.738)
Recebimento Principal .....	(72.360)	-
Saldo Final	<u>313.016</u>	<u>373.164</u>

Em 06 de maio de 2020, foi assinado o novo Instrumento de Refinanciamento do saldo devedor do Contrato de Mútuo com objetivo de reperfilamento da dívida. O refinanciamento é de R\$ 359.333, valor atualizado até 05 de maio de 2020. No instrumento está previsto pagamento do montante em 24 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento no dia 15 de cada mês. Os encargos financeiros serão calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI), *pro rata die*, contados da data de liberação dos valores até a data da efetiva liquidação.

A CEEE-D pagará à CEEE-GT 23 parcelas, respeitando o teto financeiro de R\$ 7.300 mensais, composto pela soma do principal e dos juros. A parcela final contemplará a da integralidade do saldo residual existente. Em caso de atrasos, sobre as parcelas inadimplidas, incidirá multa de 2% e a variação de 100% do CDI, *pro rata die*, aplicados cumulativamente desde a data do vencimento até a data do pagamento.

Em 23 de julho de 2020, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo celebrado em 06 de maio de 2020. O objeto do 1º TA é o oferecimento de garantias pela CEEE-D, que consistem nos direitos creditórios provenientes da venda de energia elétrica da CEEE-D através do Contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas.

O contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT em 24 de julho de 2020 e estabelece os termos e as condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato de Mútuo e no Primeiro Termo Aditivo. A Distribuidora vinculou à CEEE-GT, até a liquidação final das obrigações, os recursos resultantes do recebimento das faturas de fornecimento depositadas na conta centralizadora mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-GT pode acionar o mecanismo de execução das garantias nas hipóteses de inadimplemento previstas (atraso de três parcelas consecutivas ou alternadas ou atraso superior a 30 dias da 24ª parcela).

Em 25 de agosto de 2020 através do despacho nº 2.740 a ANEEL anuiu à novação do contrato de mútuo celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT.

## 11. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em Títulos do Governo .....	121.188	119.140	121.188	119.140
	<u>121.188</u>	<u>119.140</u>	<u>121.188</u>	<u>119.140</u>

### 11.1. Descrição

O saldo de R\$ 121.188 (R\$ 119.140, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à liquidação judicial do processo nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar (CRC), originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – RESP nº 435.948-RS –, proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto à Advocacia Geral da União (AGU), com autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda, assim como com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Receita Federal do Brasil (RFB), da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Eletrobras.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304, inerente à Conta de Resultados a Compensar, apurado na data base de 27 de dezembro de 2011. Desse montante, foram compensados de forma direta com a União débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que totalizavam o montante de R\$ 55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$ 1.153.631, que foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e dos juros:
  - Principal – em parcela única, na data de vencimento do título;
  - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09 e 18 de dezembro de 2012 e 17 de dezembro de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranches para a Companhia, nos valores de R\$ 451.310, de R\$ 459.759 e de R\$ 365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

### 11.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento”, levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B).

O Termo de Acordo estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012. A segunda e a terceira tranches foram transferidas em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranches estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobras, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012, a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

Desde a adoção da norma IFRS 9 (NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros), esse ativo é classificado como Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

### 11.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do

patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a., calculados *pró-rata-die*).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

#### 11.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2019	119.140	22.290	13.253	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	8.466	-	-	8.466	-
Valorização do valor justo .....	(1.176)	-	(1.176)	-	-
Juros Recebidos.....	(5.242)	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	2.479	400	-	(2.879)
Posição em 31/12/2020	121.188	24.769	12.477	8.466	(2.879)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22.4, as NTN-Bs estão vinculadas às garantias do empréstimo com o BNDES.

#### 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais.....	76.686	45.545	105.295	71.277
Depósitos Judiciais Vinculados.....	43.045	39.400	43.045	39.400
	119.731	84.945	148.340	110.677

O valor de R\$ 76.686 (R\$ 45.545, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável.

O valor de R\$ 43.045 (R\$ 39.400, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências passivas classificadas como perda provável.

#### 13. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante .....	684.644	548.331	711.427	573.946
Não Circulante .....	1.952.779	2.041.588	2.278.143	2.376.757
	2.637.423	2.589.919	2.989.570	2.950.703

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração aplica o modelo "Ativo Contratual", em observância à norma NBC TG 47. Considera-se que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida) e à RAG (Receita Anual de Geração), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas atinentes aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às Resoluções Autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo

de caixa em relação aos valores de investimento realizados. Nesse contexto, as receitas autorizadas não preveem margens de construção, não havendo ganhos ou perdas de eficiência nessa fase, ou, se existem, são próximos a zero.

O contrato de concessão nº 055/2001, foi prorrogado até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Esses ativos, classificados anteriormente como Ativo Financeiro, a partir de 01 de janeiro de 2020, passaram a ser classificados como ativo contratual, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (nota 4.30).

### 13.1. Movimento do Ativo de Concessão – Contratual

	CONSOLIDADO						
	CONTROLADORA					Contrato 001/2011 TESB	Total Consolidado
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNl	Contrato 025/2000 Geração	Total Controladora		
Saldo em 01 de janeiro de 2019	46.972	1.436.722	887.412	85.990	2.457.096	368.244	2.825.340
(+) Receita de Construção (Adições).....	-	-	52.142	24.434	76.576	31.951	108.527
(+) Receita Financeira.....	18.399	324.693	132.172	3.398	478.662	17.358	496.020
(-) Baixas.....	-	-	-	(18)	(18)	-	(18)
(-) Amortização do período.....	(25.171)	(277.963)	(112.690)	(6.554)	(422.378)	(14.176)	(436.554)
(-) Outros.....	-	-	-	(20)	(20)	(42.593)	(42.613)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	40.200	1.483.452	959.036	107.231	2.589.919	360.784	2.950.703
(+) Receita de Construção (Adições).....	-	-	40.511	5.215	45.726	21.307	112.759
(+) Receita Financeira.....	24.642	346.362	171.597	3.326	545.927	16.978	1.108.832
(-) Amortização do período.....	(19.755)	(359.047)	(162.589)	(6.939)	(548.330)	(11.234)	(1.107.894)
(-) Outros.....	-	-	3.876	305	4.181	(35.688)	(27.326)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	45.087	1.470.767	1.012.431	109.138	2.637.423	352.147	2.989.570
Em 31 de Dezembro de 2020 - Circulante	15.916	453.400	208.307	7.021	684.644	26.783	711.427
Em 31 de Dezembro de 2020 - Não Circulante	29.171	1.017.367	804.124	102.117	1.952.779	325.364	2.278.143

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$2.989.570 é composto por: R\$ 1.470.767 referentes ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 RBSE; R\$ 1.012.431 referentes ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 RBNl; R\$ 45.087 referentes à infraestrutura vinculada ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002; R\$ 109.138 referentes ao Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000; e R\$ 352.147 referentes ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 001/2011, da Controlada TESB.

A Receita Anual Permitida (RAP), prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNl), classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 163.867. Já a Parcela de Ajuste (PA) é de R\$ 63.982. Para esses ativos, a receita de Operação e Manutenção (O&M) é estimada em 19,04% da RAP e a remuneração reconhecida em 2020 pela taxa implícita do contrato é de 14,7% a.a.

A Receita Anual Permitida (RAP) prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002, classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 14.787. A receita de O&M é estimada em 30% da RAP e a remuneração reconhecida, em 2019, pela taxa implícita do contrato é de 37,0% a.a.

Os ativos do Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Contratual, tem sua Receita Anual de Geração (RAG) de R\$ 132.484 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746/2020, contemplando o valor de R\$ 50.179 de receita adicional para a remuneração do capital e dos investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão. A receita de O&M é estimada em 95% da RAG e, em 2020, a remuneração reconhecida pela taxa implícita do contrato é de 3,14% a.a.

### 13.2. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurados o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil tanto econômica quanto estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

#### 14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pagamentos Antecipados.....	1.574	1.573	1.859	1.730
	<u>1.574</u>	<u>1.573</u>	<u>1.859</u>	<u>1.730</u>

O valor de R\$ 1.574 (R\$1.573, em 31 de dezembro de 2019) corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativas às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidores livres e/ou autoprodutores com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

#### 15. INVESTIMENTOS

##### 15.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	837.208	895.198	542.719	474.999
Avaliadas pelo método de custo.....	2.889	2.889	2.889	2.889
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	-	(124.499)	-	(124.499)
	<u>840.097</u>	<u>773.588</u>	<u>545.608</u>	<u>353.389</u>

##### 15.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	ETAU	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
<b>Controladas</b>				
TESB.....	435.753	94,22%	342.190	92,63%
Ventos de Curupira.....	58.890	99,99%	55.929	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	26.146	99,99%	24.639	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	66.347	99,99%	62.759	99,99%
<b>Coligadas</b>				
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Ceran.....	120.000	30,00%	120.000	30,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%
TSLE.....	379.861	49,00%	379.861	49,00%
TPAE.....	38.146	9,65%	38.146	9,65%
FOTE.....	234.835	49,00%	128.325	49,00%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

### 15.3 Controladas

#### 15.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB)

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB).

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu, através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro, a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016, a Companhia integralizou capital na investida, no montante de R\$ 176.710, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Durante o exercício de 2018, houve nova integralização por parte da CEEE-GT, no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações. Foi acompanhada pela acionista Procable e houve cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

Em março de 2020, a CEEE-GT integralizou o montante de R\$ 60.459. Os demais acionistas não acompanharam o aumento de capital, reduzindo sua participação no capital social da investida.

A participação acionária da CEEE-GT passou de R\$ 316.970 para R\$ 377.429, mediante emissão de 93.878.717 novas ações, representando 94,22% do capital social da TESB.

Em setembro de 2020 a TESB revisou as premissas que compõem o seu fluxo de caixa do ativo contratual da concessão. Ao longo dos exercícios de 2019 e 2020 a TESB vem aumentando de forma relevante os níveis de investimento nos seus ativos, causando incremento na ordem de 44% na sua RAP para o ciclo 2020/2021. A receita anual permitida passou de R\$ 14,2 milhões, homologada no ciclo anterior, para R\$ 20,5 milhões nesse ciclo atual que finda em junho de 2021. Além disso, a empresa estima um CAPEX de mais R\$ 90 milhões para a conclusão integral das obras previstas no contrato de concessão até outubro de 2021, o que incrementará mais R\$ 10,9 milhões na RAP da concessão, conforme consta no Anexo IV da Resolução Homologatória Nº 2.275/2020. Diante desses cenários, observando as orientações da Norma NBC TG 47, a investida revisou as premissas do seu fluxo de caixa do ativo contratual para determinação do novo valor justo em 30/09/2020,

gerando um ganho no registro do novo valor justo na ordem de R\$ 140 milhões. Para a CEEE-GT, o reflexo desta revisão de premissas foi a reversão da provisão para perda do valor recuperável na ordem de R\$ 9,5 milhões e um registro de ganho por equivalência patrimonial de R\$ 126 milhões para o encerramento destas demonstrações contábeis.

### *15.3.2. Complexo Eólico Povo Novo*

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5 MW.

Em 05 de fevereiro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou Despacho nº 276, habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013, referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE-GT participa de 3 consórcios vencedores, relativos ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira: formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira, cuja potência instalada é de 23,1 MW;
- Consórcio Povo Novo: formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo, cuja potência instalada é de 8,4 MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz: formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz, cuja potência instalada é de 21 MW;

Em 26 de fevereiro de 2014, foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, a Ventos de Curupira S.A e a Ventos de Vera Cruz S.A. O capital social subscrito em cada empresa foi de R\$ 10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões em Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões em Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018, ocorreu nova integralização nos montantes de R\$ 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$ 24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Em 2020 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 1.441 em Ventos de Povo Novo, R\$ 2,851 em Ventos de Curupira e R\$ 3.499 em Ventos de Vera Cruz.

A participação da CEEE-GT nas empresas, após a integralização de capital de abril de 2020, é de R\$ 26.078 em Ventos de Povo Novo, R\$ 58.775 em Ventos de Curupira e R\$ 66.252 em Ventos de Vera Cruz, representando 99,99% de participação nos empreendimentos.

Considerando a retomada das obras do Complexo Eólico Povo Novo, a CEEE-GT vem fazendo aportes financeiros no empreendimento, ao mesmo tempo em que acompanha a situação dos processos judiciais vinculados às SPE's.

### *15.3.3 Valor Recuperável dos Ativos ou Impairment*

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso. O valor em uso é dado pelo valor presente de uma expectativa de fluxos futuros de caixa derivados de um determinado ativo ou de uma unidade geradora de caixa. Em resumo, o valor recuperável é o montante de benefícios econômicos que se espera obter com a venda ou com o uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

A NBC TG 01 (R4) se aplica a todos os ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. Estende-se aos ativos dos balanços utilizados para equivalência patrimonial e consolidação total ou proporcional.

Anualmente a Companhia estima o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas, com base no valor em uso, que é mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuro estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e nas projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$ 44 milhões em 2017. Já no exercício de 2018, ocorreu contabilização de R\$ 10,4 milhões como reversão da perda

anteriormente reconhecida. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 não há registros de perdas com valor recuperável registrados na Controlada TESB.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016, R\$ 9 milhões em 2017 e R\$ 1,65 milhão em 2018, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

O laudo elaborado em 2019 para o teste de recuperabilidade das empresas do Complexo Eólico Povo Novo não indicou necessidade de complementação dos valores já reconhecidos como perda de valor recuperável.

Para 30 de setembro de 2020 as SPE's do Complexo Eólico Povo Novo elaboraram Teste de Impairment, considerando as seguintes premissas:

- Calculado com base no fluxo de caixa, ou seja, nas estimativas futuras de entradas e saídas de caixa decorrentes do uso do ativo na operação;
- O fluxo de caixa baseado em premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa por parte da administração;
- A este fluxo de caixa futuro foi aplicada uma taxa de desconto;
- Início da Operação em julho de 2024;
- Receita Projetada:
  - Conforme garantia física de cada parque:
    - Ventos de Vera Cruz: 8,2 MW médios.
    - Ventos de Povo Novo: 2,9 MW médios.
    - Ventos de Curupira: 9,2 MW médios.
  - Tarifa dos CCEARs atualizada pelo IPCA anualmente para 2024, R\$ 190,35 MWh;
  - Tarifa utilizada no ACL (Ambiente de Comercialização Livre), para vendas de sobras de energia em Ventos de Vera Cruz e Povo Novo, e integralmente em Ventos de Curupira, conforme relatórios da curva forward, de R\$ 186,68 MWh;
  - Encargos Setoriais, conforme legislação vigente (FNDCT, MME, P&D; RGR e Taxa de Fiscalização);
  - Impostos com base no lucro presumido;
  - Custos de O&M, estimativa com base na proposta recebida em maio de 2020, reajustada pelo IPCA, projetado para realização a partir do segundo semestre de 2024;
  - Valor de R\$ 750 mil para atendimentos dos custos de O&M das demais estruturas do projeto, como obras civis, subestação e linha de transmissão.
  - Investimento em Capex considerou a proposta mais vantajosa entre as demais recebidas do ponto de vista global.
  - A taxa de desconto aplicada foi calculada conforme metodologia do WACC - Weighted Average Cost of Capital, ou Custo Médio Ponderado de Capital, com taxa de 5,76%.

Cálculo Impairment Complexo Eólico Povo Novo

Taxa de Desconto Real	5,76%
Valor Presente Líquido - VPL	(45.404)
Valor Ativo Imobilizado em 30 de setembro 2020	134.953
Impairment Societário	(134.953)

O Valor Presente (VP) do fluxo de caixa projetado, para as operações do Empreendimento da CEPN – Complexo Eólico Povo Novo foi de R\$ (45.404) milhões, face aos R\$ 134.953 milhões contabilizados no ativo imobilizado do CEPN, sendo R\$ 49.405 milhões em Ventos de Curupira, R\$ 25.583 milhões em Ventos de Povo Novo e R\$ 59.965 milhões em Ventos de Vera Cruz.

Os valores relativos a perda ao valor recuperável foram reconhecidos integralmente nas SPE's do CEPN em 30 de setembro de 2020.

Na Controladora CEEE GT, foram revertidos, em 30 de setembro de 2020, os valores de R\$ 114.950 anteriormente registrados como perda de valor recuperável no CEPN, considerando a avaliação dos investimentos por equivalência patrimonial.

#### **15.4. Coligadas**

##### **16.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A (FOTE)**

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A (FOTE), com a seguinte composição acionária: Eletrosul, 51% e CEEE-GT, 49%.

A Sociedade tem como objetivo construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

Todas as linhas de transmissão e subestações estão concluídas, a exceção da LT Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C2, com prazo de conclusão previsto para junho de 2021.

##### **15.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A (TSLE)**

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul, 51% e CEEE-GT, 49%.

A Sociedade tem como objetivo construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281 km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo – Marmeleiro, com extensão aproximada de 154 km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52 km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525 kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

A TSLE é uma empresa operacional com todas as suas subestações e linhas de transmissão concluídas.

#### *15.4.3. Companhia Energética Rio das Antas (CERAN)*

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas (CERAN), para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, que somam potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e, em 29 de novembro de 2006, entrou em operação a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008, começou a operar a segunda unidade geradora e, em 06 de junho de 2008, a terceira. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e, em 12 de março de 2009, com a terceira unidade geradora.

#### *15.4.4 Transmissora Porto Alegrense Ltda (TPAE)*

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda (TPAE) com a seguinte composição acionária: Procable, 80% e CEEE-GT, 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda (TPAE) venceu o Leilão da ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18, para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable, pela preparação dos projetos básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2019, foi aprovado aumento de capital da TPAE, no entanto a CEEE-GT optou por não acompanhar a integralização de capital, reduzindo sua participação de 20% para 9,65%.

#### *15.4.5 Jaguari Energética S.A*

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da Empresa, reduzindo sua participação para 10,5%.

#### *15.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)*

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) firmou o Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, bem como às subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a essas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A*

Em 23 de abril de 2013, a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A. O objetivo era a entrada da CEEE-GT nessa

sociedade, no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$ 890.

A Empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013, a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A. Assinalou, assim, a entrada da CEEE-GT nessa sociedade, no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$687.

A Empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3, em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nessa sociedade. A Companhia entrou com percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$ 507.

A SPE é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3, em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.10. Ventos do Sul Energia S.A*

Em 15 de dezembro de 2014, a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nessa sociedade. O percentual é de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, de R\$ 18.174.

A SPE é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios, com capacidade total de geração de 150 MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade na aquisição, está disposto abaixo:

Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	<u>168.264</u>
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> )	<u><u>18.174</u></u>

#### 15.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015, a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nessa sociedade. O percentual é de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 7.243.

A SPE é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9 MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

#### 15.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A (FCE), sociedade de propósito específicas (SPE), com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão da UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A (FCE), alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL, 51%; CEEE-GT, 9%; e Chapecoense, 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores. Em março de 2011, passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

#### 15.4.13. Campos Novos Energia S/A (ENERCAN)

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A (ENERCAN), localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade, em 17 de fevereiro de 2007, e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

## 15.5. Informações Financeiras das Investidas

### 15.5.1. Demonstrações Financeiras Controladas

Balanco Patrimonial	31/12/2020			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
<b>Ativo</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10.010	39	43	41
Outros Ativos Circulantes.....	28.935	359	66	42
Ativo Não Circulante.....	353.967	205	92	146
	<u>392.912</u>	<u>603</u>	<u>201</u>	<u>229</u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
Outros Passivos Circulantes.....	4.956	185	61	153
Outros Passivos Não Circulantes.....	66.429	3.596	1.885	3.607
Patrimônio Líquido.....	321.527	(3.178)	(1.745)	(3.531)
	<u>392.912</u>	<u>603</u>	<u>201</u>	<u>229</u>

Demonstração do Resultado	31/12/2020			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	32.260	22	7	20
Custo de Operação.....	(53.498)	-	-	-
Lucro Bruto.....	(21.238)	22	7	20
Despesas Operacionais.....	(23.893)	(59.619)	(26.554)	(67.924)
Resultado Financeiro.....	2.959	(1)	(1)	(1)
Lucro Antes dos Impostos.....	(42.172)	(59.598)	(26.548)	(67.905)
Impostos sobre o Lucro.....	(1.635)	-	-	-
Lucro Líquido.....	<u>(43.807)</u>	<u>(59.598)</u>	<u>(26.548)</u>	<u>(67.905)</u>

### 15.5.2. Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/12/2020			
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado
<b>Controladas</b>				
TESB.....	402.649	321.527	321.527	(43.808)
Ventos de Curupira.....	58.781	(3.178)	(3.178)	(59.598)
Ventos de Povo Novo.....	26.080	(1.745)	(1.745)	(26.548)
Ventos de Vera Cruz.....	66.257	(3.531)	(3.531)	(67.905)
<b>Coligadas</b>				
Chapecoense.....	714.509	934.349	934.349	280.465
Jaguari.....	17.680	16.844	16.844	(498)
Ceran.....	120.000	307.100	307.100	118.236
Enercan.....	200.787	503.896	503.896	308.765
TSLE.....	379.861	344.681	344.681	42.010
TPAE.....	38.146	45.241	45.241	2.206
FOTE.....	234.835	201.735	201.735	6.086
Etau.....	34.895	93.845	93.845	46.866
Palmares.....	114.116	126.444	126.444	16.107
Ventos da Lagoa.....	88.701	118.316	118.316	15.759
Ventos do Litoral.....	102.901	120.457	120.457	12.328
Ventos do Sul.....	964	34.047	34.047	65.781
Ventos dos Índios.....	63.641	80.150	80.150	(2.046)

## 15.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.013	2.013	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	-	(354)	-	(354)
	<u>2.889</u>	<u>2.535</u>	<u>2.889</u>	<u>2.535</u>

### 15.6.1. CGT Eletrosul

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da CGT ELETROSUL.

## 15.7. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2019	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros	Saldos em 31/12/2020
<b>Controladas</b>							
TESB.....	273.241	60.459	9.165	(41.275)	-	-	301.590
Ventos de Curupira.....	2.946	2.851	50.608	(59.592)	-	-	(3.187)
Ventos de Povo Novo.....	4.995	1.441	18.364	(26.545)	-	-	(1.745)
Ventos de Vera Cruz.....	14.855	3.499	46.008	(67.899)	-	-	(3.537)
<b>Coligadas</b>							
Chapecoense.....	92.219	-	-	25.242	(33.370)	-	84.091
Jaguari.....	1.900	-	-	(79)	-	-	1.821
Ceran.....	89.257	-	-	35.471	(32.598)	-	92.130
Enercan.....	29.989	-	-	20.113	(17.278)	-	32.824
TSLE.....	131.790	-	-	20.585	-	-	152.375
TPAE.....	4.112	-	-	143	(102)	-	4.153
FOTE.....	56.173	39.695	-	2.982	-	-	98.850
Etau.....	6.732	-	-	4.687	(2.035)	-	9.384
Palmares.....	12.317	-	-	1.611	(765)	(519)	12.644
Ventos da Lagoa.....	11.173	-	-	1.576	(749)	(168)	11.832
Ventos do Litoral.....	11.399	-	-	1.232	(585)	-	12.046
Ventos do Sul.....	588	-	-	6.578	(3.761)	-	3.405
Ventos dos Índios.....	8.220	-	-	(205)	-	-	8.015
Ágio Parques Eólicos.....	974	-	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	-	-	-	18.174
Outros investimentos	-	-	-	-	-	1.370	1.370
	<u>771.054</u>	<u>107.945</u>	<u>124.145</u>	<u>(75.375)</u>	<u>(91.243)</u>	<u>683</u>	<u>837.209</u>

## 15.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Complexo Eólico Povo Novo.....	8.468	14.527	-	-
FOTE.....	-	39.695	-	39.695
TESB.....	59.600	67.459	-	-
	<u>68.068</u>	<u>121.681</u>	<u>-</u>	<u>39.695</u>

## 16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	31/12/2018	Movimento	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
<b>Custo</b>								
Barragens.....	596.582	-	596.582	-	-	-	-	596.582
Terrenos.....	16.154	-	16.154	-	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.233	(105)	120.128	-	-	-	-	120.128
Máquinas e Equipamentos.....	527.479	1.066	528.545	-	(11.191)	1.427	-	518.781
Veículos.....	13.954	126	14.080	-	-	-	-	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.183	(35)	4.148	-	(20)	33	-	4.161
	<u>1.278.585</u>	<u>1.052</u>	<u>1.279.637</u>	<u>-</u>	<u>(11.211)</u>	<u>1.460</u>	<u>-</u>	<u>1.269.886</u>
<b>Depreciação</b>								
Barragens.....	(517.749)	(10.090)	(527.839)	(10.090)	-	-	-	(537.929)
Edificações.....	(110.422)	(563)	(110.985)	(580)	-	-	-	(111.565)
Máquinas e Equipamentos.....	(425.358)	(10.010)	(435.368)	(7.399)	10.654	6	-	(432.107)
Veículos.....	(12.978)	(384)	(13.362)	(258)	-	-	-	(13.620)
Móveis e Utensílios.....	(3.595)	(44)	(3.639)	(71)	20	(14)	-	(3.704)
	<u>(1.070.102)</u>	<u>(21.091)</u>	<u>(1.091.193)</u>	<u>(18.398)</u>	<u>10.674</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(1.098.925)</u>
<b>Fora do Escopo (reflexo do ICP001)</b>								
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.487	(35)	313.452	-	-	(8)	-	313.444
Depreciação.....	(19.099)	(316)	(19.415)	(349)	-	8	-	(19.756)
	<u>294.388</u>	<u>(351)</u>	<u>294.037</u>	<u>(349)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.688</u>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<u>502.871</u>	<u>(20.390)</u>	<u>482.481</u>	<u>(18.747)</u>	<u>(537)</u>	<u>1.452</u>	<u>-</u>	<u>464.649</u>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<u>40.046</u>	<u>3.438</u>	<u>43.484</u>	<u>7.273</u>	<u>-</u>	<u>(3.960)</u>	<u>-</u>	<u>46.797</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>542.917</u>	<u>(16.952)</u>	<u>525.965</u>	<u>(11.474)</u>	<u>(537)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>-</u>	<u>511.446</u>
	<b>CONSOLIDADO</b>							
	31/12/2018	Movimento	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
<b>Custo</b>								
Barragens.....	596.582	-	596.582	-	-	-	-	596.582
Terrenos.....	24.848	-	24.848	-	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.970	(105)	153.865	-	-	-	-	153.865
Máquinas e Equipamentos.....	482.088	1.066	483.154	-	(11.191)	1.427	-	473.390
Veículos.....	13.954	126	14.080	-	-	-	-	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.302	(35)	4.267	-	(20)	33	-	4.280
	<u>1.275.744</u>	<u>1.052</u>	<u>1.276.796</u>	<u>-</u>	<u>(11.211)</u>	<u>1.460</u>	<u>-</u>	<u>1.267.045</u>
<b>Depreciação</b>								
Barragens.....	(516.813)	(10.090)	(526.903)	(10.090)	-	-	-	(536.993)
Edificações.....	(79.992)	(563)	(80.555)	(580)	-	-	-	(81.135)
Máquinas e Equipamentos.....	(470.482)	(10.010)	(480.492)	(7.399)	10.654	6	-	(477.231)
Veículos.....	(12.939)	(384)	(13.323)	(258)	-	-	-	(13.581)
Móveis e Utensílios.....	(3.600)	(44)	(3.644)	(71)	20	(14)	-	(3.709)
	<u>(1.083.826)</u>	<u>(21.091)</u>	<u>(1.104.917)</u>	<u>(18.398)</u>	<u>10.674</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(1.112.649)</u>
<b>Fora do Escopo (reflexo do ICP001)</b>								
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.494	(35)	313.459	-	-	(8)	-	313.451
Depreciação.....	(19.094)	(316)	(19.410)	(349)	-	8	-	(19.751)
	<u>294.400</u>	<u>(351)</u>	<u>294.049</u>	<u>(349)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.700</u>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<u>486.318</u>	<u>(20.390)</u>	<u>465.928</u>	<u>(18.747)</u>	<u>(537)</u>	<u>1.452</u>	<u>-</u>	<u>448.096</u>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<u>191.162</u>	<u>1.265</u>	<u>192.427</u>	<u>7.332</u>	<u>(132.390)</u>	<u>(3.960)</u>	<u>-</u>	<u>63.409</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>677.480</u>	<u>(19.125)</u>	<u>658.355</u>	<u>(11.415)</u>	<u>(132.927)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>-</u>	<u>511.505</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração que não operam em regime de cotas, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ITG 01(R1)/NBC TG 47.

## 16.1 DIREITO DE USO

O valor de R\$ 14.714 (R\$ 13.845, em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao saldo do ativo de direito de uso. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajuste de Mensuração	Amortizações	Saldo em 31.12.2020
<b><i>NBC TG 06 (R3) - IFRS 16</i></b>					
Imóveis	3.330	-	(1.002)	(172)	2.156
Terrenos	68	-	(22)	(4)	42
Veículos	10.448	8.794	-	(6.726)	12.516
	<b>13.846</b>	<b>8.794</b>	<b>(1.024)</b>	<b>(6.902)</b>	<b>14.714</b>

Cronograma de Depreciação do Ativo de Direito de Uso:

Categoria	Saldo Residual 31.12.2020	2021	2022	2023	2024	2025 e seguintes
<i>Imóveis</i>	2.156	(187)	(209)	(232)	(257)	(1.272)
<i>Terrenos</i>	42	(4)	(5)	(6)	(5)	(21)
<i>Veículos</i>	12.516	(6.881)	(4.136)	(1.346)	(135)	(17)
	<b>14.714</b>	<b>(7.072)</b>	<b>(4.350)</b>	<b>(1.584)</b>	<b>(397)</b>	<b>(1.310)</b>

## 17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de dezembro 2018	48.351	48.729
Aquisições.....	1.516	1.516
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	49.867	50.245
Aquisições.....	819	819
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	50.686	51.064
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de dezembro 2018	(5.655)	(5.655)
Amortização do período.....	(9.178)	(9.178)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(14.833)	(14.833)
Amortização do período.....	(9.279)	(9.279)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(24.112)	(24.112)
Em 31 de Dezembro de 2019	35.034	35.412
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	26.574	26.952

O Intangível é composto pelas aquisições de *softwares*, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

## 18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de Uso da Rede .....	6.287	6.311	6.287	6.311
Suprimento de Energia Elétrica.....	9.288	7.638	9.288	7.638
Materiais e Serviços .....	10.637	10.659	12.564	14.089
Retenção Contratual .....	17.796	13.585	17.796	13.585
	<u>44.008</u>	<u>38.193</u>	<u>45.935</u>	<u>41.623</u>

## 19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Folha de Pagamento Líquida.....	6.616	6.398	6.616	6.398
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais .....	24.906	30.286	24.927	30.292
Retenções sobre a Folha de Pagamento .....	7.187	6.941	7.187	6.941
Prêmio Assiduidade .....	290	287	290	287
	<u>38.999</u>	<u>43.912</u>	<u>39.020</u>	<u>43.918</u>

O valor de R\$ 6.616 (R\$ 6.398, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros – diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (AFCEEE), Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (SENERGISUL) e a Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE) – e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

## 20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS .....	362	176	362	176
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS .....	5.238	3.805	5.252	6.615
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS .....	8.983	7.334	8.983	7.334
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS .....	1.615	1.592	1.615	1.592
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social .....	12.990	7.747	13.270	8.004
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	765	647
Outras .....	7.204	9.565	7.301	9.662
	<u>36.392</u>	<u>30.219</u>	<u>37.548</u>	<u>34.030</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	5.798	5.881
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.798</u>	<u>5.881</u>

## 21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

### 21.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

CREDOR	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2020							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não	Total
					Encargos	Principal	circulante	
				Principal	Principal			
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	30.321	37.044
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					-	6.723	30.321	37.044
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,59	2036	01	4.920	15.743	236.138	256.801
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	2,93	2037	01	-	22.935	363.750	386.685
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					4.920	38.678	599.888	643.486
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>					4.920	45.401	630.209	680.530

CREDOR	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não	Total
					Encargos	Principal	circulante	
				Principal	Principal			
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	37.066	43.789
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					-	6.723	37.066	43.789
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,59	2036	01	4.055	12.210	195.365	211.630
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	2,93	2037	01	757	17.310	299.768	317.835
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					4.812	29.520	495.133	529.465
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>					4.812	36.243	532.199	573.254

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 03 – Notas do Tesouro Nacional – Série B

### 21.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 01 de Janeiro de 2019.....	6.720	43.688	32.264	504.671	587.343
Encargos.....	3.460	-	20.810	-	24.270
Variação Monetária.....	-	-	1.874	18.735	20.609
Transferências.....	6.724	(6.724)	28.273	(28.273)	-
Taxa Administração.....	-	102	-	-	102
Amortizações de Principal.....	(6.721)	-	(28.810)	-	(35.531)
Amortizações de Encargos .....	(3.460)	-	(20.079)	-	(23.539)
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2019.....</b>	<b>6.723</b>	<b>37.066</b>	<b>34.332</b>	<b>495.133</b>	<b>573.254</b>
Encargos.....	2.763	-	18.985	-	21.748
Variação Monetária.....	-	-	6.554	142.448	149.002
Transferências.....	6.723	(6.723)	37.693	(37.693)	-
Taxa Administração.....	-	(22)	-	-	(22)
Amortizações de Principal.....	(6.723)	-	(35.964)	-	(42.687)
Amortizações de Encargos .....	(2.763)	-	(18.002)	-	(20.765)
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2020.....</b>	<b>6.723</b>	<b>30.321</b>	<b>43.598</b>	<b>599.888</b>	<b>680.530</b>

### 21.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

Em 28 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT). O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$ 2.567.

Em 21 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 59.104. A liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$ 20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim, respectivamente.

Ao longo de 2017, foi liberado o valor de US\$ 27.500, que corresponde a R\$ 87.305, referentes ao contrato BID, e US\$ 8.500, que corresponde a R\$ 28.076, referentes ao contrato AFD. Em junho de 2018, ocorreu a última liberação de R\$ 110.175, referente ao contrato BID.

Em novembro de 2019, a Companhia apresentou a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos do BID, e, em dezembro de 2019, a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos da AFD.

Entre os anos de 2012 a 2018 a CEEE-GT internalizou 14 parcelas, perfazendo o total de U\$ 147.760 ou R\$ 461.187, referente aos empréstimos do BID e da AFD. Essas dívidas estão vinculadas ao dólar e foram internalizadas sem qualquer mecanismo de proteção cambial.

Internalizações BID						
Data	Tranche	Valor US	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
18/02/2013	Reconh.	2.567.007	1,97	2,9%	2,9%	5.045.452
08/09/2014	2	3.000.000	2,24	3,4%	6,3%	6.726.000
12/08/2015	3	6.852.172	3,49	7,7%	14,0%	23.879.820
03/06/2016	4	9.000.000	3,58	10,2%	24,2%	32.202.000
05/12/2016	5	10.000.000	3,47	11,3%	35,4%	34.675.000
04/09/2017	6	17.500.000	3,13	19,7%	55,2%	54.845.000
04/12/2017	7	10.000.000	3,25	11,3%	66,5%	32.460.000
14/06/2018	8	29.736.817	3,71	33,5%	100,0%	110.174.908
<b>Total BID</b>		<b>88.655.996</b>	<b>3,38</b>			<b>300.008.180</b>

Internalizações AFD						
Data	Tranche	Valor US	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
04/03/2013	1	20.024.482	2,02	33,9%	33,9%	40.525.546
26/07/2013	2	8.142.478	2,30	13,8%	47,7%	18.711.416
21/03/2014	3	8.000.000	2,22	13,5%	61,2%	17.792.000
21/12/2015	4	5.120.050	3,97	8,7%	69,9%	20.316.358
20/12/2017	5	8.500.000	3,30	14,4%	84,2%	28.075.500
30/11/2018	6	9.316.947	3,84	15,8%	100,0%	35.758.441
<b>Total AFD</b>		<b>59.103.957</b>	<b>2,73</b>			<b>161.179.261</b>
<b>Total Geral</b>		<b>147.759.953</b>	<b>3,12</b>			<b>461.187.441</b>

### 21.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS GT, por meio da ampliação e da modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e da modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O contrato original abriu um crédito de até R\$ 236,34 milhões, em três subcréditos (Subcrédito A – investimento em obras de transmissão; Subcrédito B – máquinas e equipamentos com código FINAME; Subcrédito C – a ser aplicado em projetos sociais). O 3º Termo Aditivo reduziu o valor total para R\$ 71,8 milhões, mantendo os três subcréditos. A CEEE-GT recebeu em tranches o montante de R\$ 69,2 milhões.

O recurso era destinado aos investimentos da Companhia. Já o valor do crédito foi vinculado à relação de obras apresentadas e aprovadas pelo Banco para a tomada do financiamento, num total de 15 obras, relacionadas no 3º Termo Aditivo;

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES) títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do Contrato de Financiamento.

### 21.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo:

As parcelas de longo prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>PRINCIPAL</b>				
2021 .....	-	36.207	-	36.207
2022 .....	45.200	36.207	45.200	36.207
2023 .....	42.540	33.547	42.540	33.547
2024 .....	42.299	33.305	42.299	33.305
Após 2024 .....	500.170	392.932	500.170	392.932
	<b>630.209</b>	<b>532.199</b>	<b>630.209</b>	<b>532.199</b>

### 21.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>MOEDA / INDEXADOR</b>				
Dólar US\$.....	94,56%	92,36%	94,56%	92,36%
TJLP .....	5,44%	7,64%	5,44%	7,64%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 21.7. Arrendamentos a Pagar

Os valores de R\$ 7.232 (R\$ 3.706, em 31 de dezembro de 2019) no passivo circulante e de R\$ 7.975 (R\$ 10.257, em 31 de dezembro de 2019) no Passivo não circulante referem-se ao saldo arrendamentos a pagar, relativos aos contratos de locação da Companhia. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Categoria	Saldo em 01.01.2019	Movimentação	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajustes de Mensuração	Apropriação Encargos	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Circulante	Não Circulante	Saldo em 31.12.2020
<b>NBCTG 06 (R) - IFRS16</b>											
Imóveis	3.373	(47)	3.326	-	(988)	161	(159)	(145)	167	2.028	2.195
Terrenos	69	(1)	68	-	(22)	4	(4)	(3)	4	39	43
Veículos	13.792	(3.223)	10.569	8.928	-	855	(6.296)	(1.087)	7.061	5.908	12.969
	<b>17.234</b>	<b>(3.271)</b>	<b>13.963</b>	<b>8.928</b>	<b>(1.010)</b>	<b>1.020</b>	<b>(6.459)</b>	<b>(1.235)</b>	<b>7.232</b>	<b>7.975</b>	<b>15.207</b>

Encontra-se demonstrado abaixo o cronograma de pagamento das parcelas dos arrendamentos a pagar, distribuídos entre os saldos do circulante e não circulante:

Categoria	Saldo Residual 31.12.2020	Circulante		Não Circulante		
		2021	2022	2023	2024	2025 e seguintes
Imóveis	2.195	167	193	222	254	1.359
Terrenos	43	4	5	5	6	23
Veículos	12.969	7.061	4.329	1.422	157	-
	<b>15.207</b>	<b>7.232</b>	<b>4.527</b>	<b>1.649</b>	<b>417</b>	<b>1.382</b>

A Companhia informa que não utiliza de expedientes práticos nos quais possíveis contratos de baixo valor ou com prazos inferiores a doze meses não estivessem mensurados e divulgados nestas demonstrações contábeis.

## 22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE), concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, esse último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP).

Desde a reestruturação societária e patrimonial ocorrida em 2006 foi estabelecida a solidariedade das dívidas contraídas com a Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE) entre ambas as patrocinadoras, conforme previsto no artigo 6º da Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e ao Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1254/95 firmado junto à Fundação CEEE.

O contrato SF nº 1254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC.

No período de 2001 à dezembro de 2020 foi amortizado o montante de R\$ 307.212.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	22.1	290	224	290	224
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	22.3	4.866	4.332	4.866	4.332
Provisão Plano Único .....	36	30.068	29.272	30.068	29.272
Contrato 1254/95 - CEEEPREV .....	36	3.374	3.252	3.374	3.252
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	22.2	6.051	1.660	6.051	1.660
Provisão Plano CEEEPREV .....	36	57.705	46.205	57.705	46.205
Contrato 1254/95 - Plano Único .....	36	3.148	3.034	3.148	3.034
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....	22.4	42.300	45.050	42.300	45.050
		<u>147.802</u>	<u>133.029</u>	<u>147.802</u>	<u>133.029</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	22.1	3.869	2.869	3.869	2.869
Provisão Plano Único .....	22.3	183.282	118.152	183.282	118.152
Contrato 1254/95 - Plano Único .....	36	29.127	30.591	29.127	30.591
Provisão Plano CEEEPREV .....	22.2	918.404	761.107	918.404	761.107
Contrato 1254/95 - CEEEPREV .....	36	31.220	32.789	31.220	32.789
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....	22.4	195.046	209.015	195.046	209.015
		<u>1.360.948</u>	<u>1.154.523</u>	<u>1.360.948</u>	<u>1.154.523</u>
Total		<u>1.508.750</u>	<u>1.287.552</u>	<u>1.508.750</u>	<u>1.287.551</u>

### 22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Para isso, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

## 22.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício salgado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-GT. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses, o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido.

Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-GT, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício salgado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora.

A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213, de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano. E introduz nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98.

Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal que, em primeira instância foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual impede o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC.

Seguindo o entendimento do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do RS também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva. Concluiu que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-GT (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º, da CF e art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), o qual acabou por suspender a antecipação de tutela anteriormente concedida à CEEE-D. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

### 22.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº 30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### 22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/1956 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados. São os remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores, encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento dos servidores da ativa. Esse percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já tiver sido revisado com mais 30%, de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação aos ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária. É um compromisso previdenciário pós-emprego, de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral desses proventos.

No início do exercício de 2012, a CEEE-GT obteve o direito de receber da União 1,2 bilhão pelo pagamento dessas obrigações. O recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar (CRC), originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2.

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), uma nova ação (Processo Judicial nº 0002230-10.2015.4.01.3400). De natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, esse processo requer a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença, em caso de sucesso na ação.

## 22.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOADAS	2020			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,03% a.a.	2,97% a.a.	2,12% a.a.	3,36% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	3,03% a.a.	2,97% a.a.	2,12% a.a.	3,36% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	0,00%	N/A	N/A	0,00%
Expectativa de Inflação	3,32% a.a.	3,32% a.a.	3,32% a.a.	3,32% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	98,18%	100,00%	100,00%	98,18%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 male	UP-94 male	UP-94 male	BR-EM\$sb v. 2015 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-83 (Iam) male	N/A	N/A	BR-EM\$sb v. 2010 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	Nula	N/A	N/A	Nula
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE
Entrada em Aposentadoria	1 ano após preencher as carências regulamentares			2 anos após preencher as carências regulamentares

As premissas utilizadas para elaboração do cálculo atuarial foram aprovadas pelo Diretor Presidente em 09 de fevereiro de 2021.

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

## 22.6. Resultado da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

### CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.518.976)	(3.093)	(254.064)	(2.453.277)	<b>(4.229.410)</b>	(1.294.016)	(2.234)	(229.550)	(2.049.726)	<b>(3.575.526)</b>
Custo do serviço corrente	480	-	-	(6.024)	<b>(5.545)</b>	661	-	-	(6.398)	<b>(5.738)</b>
Custo de juros	(95.291)	(203)	(14.224)	(164.529)	<b>(274.247)</b>	(105.458)	(189)	(17.896)	(179.420)	<b>(302.963)</b>
Ganho / (perda) atuarial	(62.925)	(1.153)	(11.359)	(52.071)	<b>(127.509)</b>	(238.002)	(894)	(51.667)	(369.472)	<b>(660.034)</b>
Contribuições de participantes realizada no período	(2.651)	-	-	(1.564)	<b>(4.215)</b>	(2.981)	-	-	(1.509)	<b>(4.490)</b>
Benefícios pagos no período	124.573	290	42.301	159.040	<b>326.204</b>	120.820	224	45.049	153.249	<b>319.342</b>
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b><u>(1.554.791)</u></b>	<b><u>(4.159)</u></b>	<b><u>(237.346)</u></b>	<b><u>(2.518.425)</u></b>	<b><u>(4.314.721)</u></b>	<b><u>(1.518.976)</u></b>	<b><u>(3.093)</u></b>	<b><u>(254.064)</u></b>	<b><u>(2.453.277)</u></b>	<b><u>(4.229.410)</u></b>

### ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(1.063.541)	-	-	(1.507.722)	<b>(2.571.262)</b>	(1.156.878)	-	-	(1.609.924)	<b>(2.766.802)</b>
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(491.250)	(4.159)	(237.346)	(1.010.703)	<b>(1.743.458)</b>	(362.099)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	<b>(1.462.608)</b>
<b>Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b><u>(1.554.791)</u></b>	<b><u>(4.159)</u></b>	<b><u>(237.346)</u></b>	<b><u>(2.518.425)</u></b>	<b><u>(4.314.721)</u></b>	<b><u>(1.518.976)</u></b>	<b><u>(3.093)</u></b>	<b><u>(254.064)</u></b>	<b><u>(2.453.277)</u></b>	<b><u>(4.229.410)</u></b>
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto

### CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.156.878	-	-	1.609.923	<b>2.766.802</b>	1.004.297	-	-	1.352.425	<b>2.356.723</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	72.702	-	-	107.771	<b>180.473</b>	82.301	-	-	118.144	<b>200.445</b>
Ganhos / (perdas) atuariais	(74.186)	-	-	(109.378)	<b>(183.564)</b>	158.847	-	-	244.889	<b>403.736</b>
Contribuições do empregador	30.068	290	42.301	56.882	<b>129.541</b>	29.272	224	45.049	46.205	<b>120.750</b>
Contribuições de participantes do plano	2.651	-	-	1.564	<b>4.215</b>	2.981	-	-	1.509	<b>4.490</b>
Benefícios pagos pelo plano	(124.573)	(290)	(42.301)	(159.040)	<b>(326.204)</b>	(120.820)	(224)	(45.049)	(153.249)	<b>(319.342)</b>
<b>Valor justos dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b><u>1.063.541</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.507.722</u></b>	<b><u>2.571.262</u></b>	<b><u>1.156.878</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.609.924</u></b>	<b><u>2.766.802</u></b>

## 22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	(491.250)	(4.159)	(237.346)	(1.010.703)	<b>(1.743.458)</b>	(362.099)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	<b>(1.462.608)</b>
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	245.625	-	-	-	<b>245.625</b>	181.049	-	-	-	<b>181.049</b>
<b>Passivo Atuarial líquido reconhecido no final do exercício</b>	<b>(245.625)</b>	<b>(4.159)</b>	<b>(237.346)</b>	<b>(1.010.703)</b>	<b>(1.497.833)</b>	<b>(181.049)</b>	<b>(3.093)</b>	<b>(254.064)</b>	<b>(843.353)</b>	<b>(1.281.559)</b>

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(181.049)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	<b>(1.281.559)</b>	(144.860)	(2.234)	(229.550)	(697.300)	<b>(1.073.944)</b>
Pagamentos para o plano	30.068	290	42.301	56.882	<b>129.541</b>	29.272	224	45.048	46.205	<b>120.749</b>
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(83.829)	(1.153)	(11.359)	(161.450)	<b>(257.791)</b>	(54.543)	(894)	(51.667)	(124.584)	<b>(231.687)</b>
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(10.815)	(203)	(14.224)	(62.782)	<b>(88.024)</b>	(10.918)	(189)	(17.896)	(67.674)	<b>(96.677)</b>
<b>Passivo referente ao Benefício Definido</b>	<b>(245.625)</b>	<b>(4.159)</b>	<b>(237.346)</b>	<b>(1.010.703)</b>	<b>(1.497.833)</b>	<b>(181.049)</b>	<b>(3.093)</b>	<b>(254.064)</b>	<b>(843.353)</b>	<b>(1.281.559)</b>

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2020					2021- Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente líquido	(480)	-	-	6.024	<b>5.545</b>	(460)	-	-	6.809	<b>6.349</b>
Custo de juros	47.646	203	14.224	164.529	<b>226.601</b>	46.084	256	11.922	165.472	<b>223.733</b>
Retorno esperado dos ativos dos plano	(36.351)	-	-	(107.771)	<b>(144.122)</b>	(31.244)	-	-	(98.812)	<b>(130.056)</b>
<b>Total da despesa do exercício</b>	<b>10.815</b>	<b>203</b>	<b>14.224</b>	<b>62.782</b>	<b>88.024</b>	<b>14.379</b>	<b>256</b>	<b>11.922</b>	<b>73.470</b>	<b>100.027</b>

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(378.333)	(2.315)	(114.142)	(438.292)	<b>(933.083)</b>	(323.790)	(1.421)	(62.476)	(313.708)	<b>(701.395)</b>
Ganho/(perda) do exercício atual de responsabilidade da patrocinadora	(83.829)	(1.153)	(11.359)	(161.450)	<b>(257.791)</b>	(54.543)	(894)	(51.667)	(124.584)	<b>(231.687)</b>
<b>Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício</b>	<b>(462.163)</b>	<b>(3.468)</b>	<b>(125.502)</b>	<b>(599.742)</b>	<b>(1.190.874)</b>	<b>(378.333)</b>	<b>(2.315)</b>	<b>(114.143)</b>	<b>(438.292)</b>	<b>(933.083)</b>

## 22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

Demonstração de (Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação atuarial	2020							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEPREV BD	
	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais
<b>Varição</b>								
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	8.389	0,5%	42	1,0%	2.619	1,1%	(44.965)	-1,8%
Experiência da população	50.102	3,2%	1.111	26,7%	8.740	3,7%	89.254	3,5%
Alteração no fator de capacidade	4.434	0,3%	N/A	N/A	N/A	N/A	7.182	0,3%
Total das perdas / (ganhos)apuradas no exercício	<b>62.925</b>	<b>4,1%</b>	<b>1.153</b>	<b>27,7%</b>	<b>11.359</b>	<b>4,8%</b>	<b>52.071</b>	<b>2,1%</b>

### CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO

	2020	
	Plano Único	CEEPREV BD
Disponível	0,00%	0,00%
Realizável – Gestão Previdencial	6,98%	3,12%
Realizável – Gestão Administrativa	1,38%	4,00%
Títulos Públicos	58,11%	58,65%
Créditos Privados e Depósitos	6,97%	5,89%
Ações	5,67%	6,19%
Fundos de Investimentos	18,36%	17,91%
Investimentos Imobiliários	0,54%	0,43%
Empréstimos e Financiamentos	1,99%	3,81%
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2020							
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD				
<b>Taxa de desconto</b>								
Aumento de 0,5%	(65.830)	-4,23%	(171)	-4,11%	(5.184)	-2,18%	(134.749)	-5,35%
Redução de 0,5%	73.056	4,70%	184	4,42%	5.412	2,28%	144.254	5,73%
<b>Expectativa de Vida</b>								
Aumento da Expectativa em 1 ano	47.452	3,05%	149	3,58%	12.634	6,00%	59.479	2,36%
Redução da Expectativa em 1 ano	(47.623)	-3,06%	(148)	-3,56%	(12.236)	-5,76%	(63.554)	-2,52%
<b>Crescimento Salarial</b>								
Aumento de 0,5%	61.992	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A	5.612	0,22%

## 23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>				
Conta de Desenvol. Energético - Quota da CDE .....	8.972	7.591	8.972	7.591
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar .....	151	134	151	134
Recursos P&D .....	49.106	48.182	49.242	48.182
Recursos FNDCT .....	925	712	935	712
Recursos MME .....	463	355	468	355
	<u>59.617</u>	<u>56.974</u>	<u>59.768</u>	<u>56.974</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Recursos P&D .....	25.385	19.764	25.385	19.764
	<u>25.385</u>	<u>19.764</u>	<u>25.385</u>	<u>19.764</u>

### 23.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$ 14.804 (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. Dos recursos restantes, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

## 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis e possíveis. As contingências trabalhistas são atualizadas pela TR (taxa referencial) mais 1% de juros, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela SELIC (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Riscos Prováveis .....	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171	148.540	83.125	4.735	44	236.444
Riscos Possíveis .....	92	4.068	2.753	26.366	33.278	42.958	5.213	804	96.366	145.341
	<u>146.676</u>	<u>152.011</u>	<u>22.815</u>	<u>41.948</u>	<u>363.449</u>	<u>191.498</u>	<u>88.338</u>	<u>5.539</u>	<u>96.410</u>	<u>381.785</u>

	CONSOLIDADO									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Riscos Prováveis .....	146.977	148.386	20.239	15.582	331.182	151.261	85.518	4.735	44	241.558
Riscos Possíveis .....	92	48.598	2.753	26.366	77.808	42.958	5.213	804	96.366	145.341
	<u>147.069</u>	<u>196.984</u>	<u>22.992</u>	<u>41.948</u>	<u>408.990</u>	<u>194.219</u>	<u>90.731</u>	<u>5.539</u>	<u>96.410</u>	<u>386.899</u>

### 24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA				
	31/12/2020				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	53.058	206	-	-	53.264
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	93.526	147.737	20.062	15.582	276.908
Total geral	<u>146.584</u>	<u>147.943</u>	<u>20.062</u>	<u>15.582</u>	<u>330.171</u>

	CONSOLIDADO				
	31/12/2020				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	53.058	206	-	-	53.264
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	93.919	148.178	20.239	15.582	277.919
Total geral	<u>146.977</u>	<u>148.384</u>	<u>20.239</u>	<u>15.582</u>	<u>331.182</u>

CONTROLADORA					
31/12/2019					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	31.633	2.144	-		33.777
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	116.907	80.981	4.735	44	202.666
Total geral	148.540	83.125	4.735	44	236.444

CONSOLIDADO					
31/12/2019					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	31.633	2.144	-	-	33.777
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	119.628	83.374	4.735	44	207.780
Total geral	151.261	85.518	4.735	44	241.558

## 24.2. Movimentação da provisão para contingências

CONTROLADORA					
Movimentação da Provisão para Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2019	148.540	83.125	4.735	44	236.443
(+) Novos Ingressos .....	59.384	35.932	14.598	7.329	117.243
(-) Pagamentos .....	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos .....	(18.088)	(2.823)	(693)	(95)	(21.699)
(+) Atualização Monetária .....	11.116	33.729	7.222	8.304	60.371
(=) Saldo Final Dezembro /2020	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171

CONSOLIDADO					
Movimentação da Provisão para Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2019	151.261	85.518	4.735	44	241.558
(+) Novos Ingressos .....	59.384	35.932	14.775	7.329	117.420
(-) Pagamentos .....	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos .....	(20.416)	(4.775)	(693)	(95)	(25.979)
(+) Atualização Monetária .....	11.116	33.729	7.222	8.304	60.371
(=) Saldo Final Dezembro /2020	146.977	148.383	20.239	15.582	331.182

## 24.3. Revisão de premissas

A Companhia, visando um aprimoramento dos seus processos, revisou as premissas utilizadas nos cálculos de suas contingências. O resultado desse trabalho apontou que seriam necessários ajustes nas premissas utilizadas para mensurar a melhor estimativa dos valores de provisão nas suas demonstrações financeiras. O impacto nas provisões, em razão da mudança de estimativa, em junho de 2020 foi de R\$ 43.192. Esse valor aumentou os saldos passivos relacionados às contingências judiciais de forma prospectiva, impactando negativamente o resultado do período (vide nota explicativa 32).

## 24.4. Natureza das ações

### 24.4.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram

determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

#### 24.4.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

##### 24.4.2.1 Cíveis – COPEN Companhia de Petróleo Gás e Energia

A CEEE-GT é parte em processos judiciais movidos pela COPEN relativos a danos materiais e lucros cessantes. O advogado contratado para defesa os classificou a como perda possível. A Companhia os classifica como perda remota, considerando que ainda não possuem sentença. O valor estimado para os processos é de R\$ 271.126.

#### 24.4.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 20.062 constitui-se de valores relativos a encargos tributários incidentes em processo judiciais trabalhistas e cíveis, no montante de R\$ 8.456, bem como de valor referente à discussão administrativa de eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, de 19 de dezembro de 2007, na importância de R\$ 8.562. A Companhia classifica tais processos, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

##### 24.4.3.1. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais, a Companhia possui cerca de R\$ 35.580 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98.

## 25. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTE</b>				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos .....	107	103	107	103
Obrigações com Obras da Transmissão .....	5.700	7.500	5.700	7.500
Contrato de Compartilhamento ..... 25.1/36	4.899	-	4.899	-
Conta Gráfica CEEE-D ..... 25.2/36	2.047	1.028	2.047	1.028
Outros Credores .....	10.669	7.104	12.769	7.474
	<u>23.422</u>	<u>15.735</u>	<u>25.522</u>	<u>16.105</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Provisão Auto de Infração .....	33	5.003	33	5.003
Acordo Judicial Trabalhista.....	-	1.200	-	1.200
Comercialização de Energia na CEEE .....	62.483	50.741	62.483	50.741
Outros Credores .....	9.342	7.937	6.975	61.533
	<u>71.858</u>	<u>64.881</u>	<u>69.491</u>	<u>118.477</u>

### 25.1. Contrato de Compartilhamento

O valor de R\$ 4.899 refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa, celebrado em 01 de julho de 2020, com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), elaborado de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa 699/2016. Em 06 de novembro de 2020, através do Despacho nº 3.168, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu previamente à celebração do contrato de compartilhamento entre a CEEE D e a CEEE GT.

## 25.2. Conta Gráfica – Intercompany

O valor de R\$2.047 (R\$ 1.027 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

## 25.3. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

O valor de R\$ 62.483 (R\$ 50.741, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia (MAE) –, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica, prevista para novembro de 2002, remanescendo suspensos tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

### 26.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

#### 26.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reconhecimento do Custo Atribuído .....	28.208	36.667	28.208	36.667
Varição do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	18.904	13.253	18.904	13.253
Exclusão Temporária - NTN.B.....	53.945	52.306	53.945	52.306
Exclusão Temporária - Atualização da Indenização	904.798	912.569	904.798	912.569
Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16).....	14.714	13.845	14.714	13.845
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido .....	1.020.569	1.028.640	1.020.569	1.028.640
IR e CS Reconhecimento do Custo Atribuído .....	9.591	12.467	9.591	12.467
IR e CS Varição do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	6.427	4.506	6.427	4.506
IR e CS Exclusão Temporária - NTN.B .....	18.341	17.784	18.341	17.784
IR e CS Exclusão Temporária - Atualização da Indenização RBSE .....	307.632	310.275	307.632	310.275
IR e CS Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16) .....	5.002	4.706	5.002	4.706
Total do Passivo Fiscal Diferido (IR e CS Alíquota 34%).....	346.993	349.738	346.993	349.738

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 346.933.

#### 26.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprova a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT foi realizado na importância de R\$ 4.133, comparativamente ao exercício de 2019. O valor do crédito tributário totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$247.647.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56) .....	237.346	256.155	237.346	256.155
Provisão para Contingências Trabalhistas .....	146.585	109.197	146.585	109.197
Provisão para Contingências Fiscais, Cíveis e Regulatórias.....	159.433	83.335	159.433	83.335
Direito de Uso - IFRS 16 / CPC 06 .....	15.207	13.964	15.207	-
Total das Diferenças Temporárias .....	558.571	462.650	558.571	462.650
IR e CS Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56) .....	80.698	87.093	80.698	87.093
IR e CS Provisão para Contingências Trabalhistas .....	49.839	37.127	49.839	37.127
IR e CS Provisão para Contingências Fiscais, Cíveis e Regulatórias .....	54.207	28.334	54.207	28.334
IR e CS Direito de Uso - IFRS 16 / CPC 06 .....	5.171	4.748	5.171	4.748
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias .....	189.915	157.302	189.915	157.302
Base Negativa da CSLL .....	-	15.717	-	15.717
CSLL Diferida (Alíquota 9%) .....	-	1.415	-	1.415
Prejuízos Fiscais do IRPJ .....	230.929	372.256	230.929	372.256
IRPJ Diferido (Alíquota 25%) .....	57.731	93.064	57.731	93.064
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL .....	57.731	94.479	57.731	94.479
Saldo Contábil.....	247.646	251.781	247.646	251.781
Saldo Contábil Diferenças Temporárias.....	189.915	157.301	189.915	157.301
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL .....	57.731	94.479	57.731	94.479
Saldo Contábil Total.....	247.646	251.780	247.646	251.780

### 26.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Débitos Tributários Diferidos.....	346.993	349.738	346.993	349.738
Créditos Tributários Diferidos.....	(247.646)	(251.780)	(247.646)	(251.780)
Saldo Contábil Líquido.....	99.347	97.958	99.347	97.958

### 26.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Concessionária, com base em estudo técnico. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2020. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Exercício de 2021.....	11.821	23.443	11.821	23.443
Exercício de 2022.....	44.979	19.282	44.979	19.282
Exercício de 2023.....	32.329	14.031	32.329	14.031
Exercício de 2024.....	35.591	10.749	35.591	10.749
Exercício de 2025 .....	(5.381)	23.584	(5.381)	23.584
A partir do Exercício de 2026 .....	(19.992)	6.869	(19.992)	6.869
	99.347	97.958	99.347	97.958

## 27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 27.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.661.257 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.507.970 ações ordinárias e 153.287 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.565.633, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/12/2020						31/12/2019	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR .....	6.380.821	67,11	1.087	0,71	6.381.908	66,06	6.381.908	65,92
ELETOBRAS .....	3.067.035	32,26	87.639	57,17	3.154.674	32,65	3.154.674	32,59
CUSTODIA EM BOLSA - B3.....	26.765	0,28	13.026	8,50	39.791	0,41	54.150	0,56
MUNICÍPIOS.....	32.918	0,35	50.434	32,90	83.352	0,86	88.478	0,91
OUTROS .....	431	0,00	1.101	0,72	1.532	0,02	1.536	0,02
	<u>9.507.970</u>	<u>100,00</u>	<u>153.287</u>	<u>100,00</u>	<u>9.661.257</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. – Serviço de Escrituração de Ações.

Data base 31 de dezembro de 2020: São 363 acionistas, sendo 140 pessoas físicas, 83 pessoas jurídicas 129 prefeituras e 12 Estatais.

### 27.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	12.476	13.253
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	18.617	24.200
Perda Atuarial.....	(1.190.874)	(933.082)
Adoção CPC 47 .....	1.994	1.994
	<u>(1.157.787)</u>	<u>(893.635)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

### 27.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva de Retenção de Lucros, Reserva de Dividendos não Distribuídos e Reserva de Incentivos Fiscais.

#### 27.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2019, a Companhia destinou R\$ 21.970, em 2020 o montante destinado foi de R\$13.945, totalizando R\$ 67.091.

#### 27.3.2. Reserva de Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constituiu o montante de R\$ 604.136 registrado a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e, em 2018, R\$ 237.440. Em 2019, foram destinados R\$ 104.356, totalizando R\$ 945.932.

Esses dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2020, foi autorizado o cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, reduzindo a Reserva de Dividendos não Distribuídos em R\$ 4.898, passando o valor da reserva a R\$ 941.035 (vide nota explicativa nº 28.3).

Em 31 de dezembro de 2020 foram destinados R\$ 491.333 e acrescidos R\$ 208.712 com a reversão da Reserva de Retenção de Lucros, totalizando no final do exercício R\$ 1.641.080.

### 27.3.3. Reserva de Retenção de Lucros

Em dezembro de 2019 a Administração constituiu a Reserva de Retenção de Lucros, de acordo com artigo 196 da Lei 6404, no montante de R\$ 208.712, que se destina a atender o orçamento de capital.

Em dezembro de 2020 o valor constituído foi integralmente revertido para Reserva de Dividendos não Distribuídos.

### 27.3.4. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$ 1.153.687, correspondente à Conta de Resultados a Compensar (CRC), contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$ 10.728 e, R\$ 44.889, em 01 de janeiro de 2012, perfazendo total de R\$ 1.209.304. No exercício de 2017, foram capitalizados R\$ 200.000 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304. Em 2019, a Administração capitalizou o montante de R\$ 587.646, restando saldo de Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 421.658.

### 27.3.5 Juros sobre o capital próprio - Lei no 9.249/95

A Empresa tem como política distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% à Reserva Legal, imputando, em 2020, aos dividendos, os juros sobre o capital próprio. Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, no montante bruto de R\$87.000 e (R\$74.051 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte) correspondente a R\$8,9907745039 por ação ordinária e R\$9,8898519541 por ação preferencial. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio e sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes. O pagamento dos JSCP será efetuado no próximo exercício, em data fixada em Assembleia Geral e comunicado por meio de Aviso aos Acionistas.

A seguir estão detalhados os juros sobre o capital próprio:

	<b>JSCP</b>	<b>IRRF 15%</b>	<b>Líquido</b>
CEEE Par - 66,06%	57.379	8.607	48.772
Eletrobras - 32,65%	28.442	4.266	24.176
Demais acionistas - 1,29%	1.179	76	1.103
	<b>87.000</b>	<b>12.949</b>	<b>74.051</b>

### 27.4. Excesso de Reservas de Lucros

Em 2020 o montante das reservas de lucros superou o Capital Social da Companhia. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital ou pela distribuição de dividendos.

## 28. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

### 28.1. Básico

	CONTROLADORA		
	31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	274.322	4.574	278.896
Denominador Básico			
Média das Ações .....	9.512.327	158.621	9.670.948
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>28,84</u>	<u>28,84</u>	<u>28,84</u>
	31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	578.392	9.943	588.335
Denominador Básico			
Média das Ações .....	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>60,78</u>	<u>60,62</u>	<u>60,77</u>

### 28.2. Diluído

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro para as ações ordinárias.....	274.322	578.392
Lucro para as ações preferenciais.....	4.574	9.943
	<u>278.896</u>	<u>588.335</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias .....	9.512.327	9.516.732
Ações Preferenciais .....	158.621	164.014
	<u>9.670.948</u>	<u>9.680.746</u>
Lucro Diluído por Ação - R\$	<u>28,84</u>	<u>60,77</u>

### 28.3 Direito de Recesso, Recompra e Cancelamento de Ações

Em 19 de maio de 2020, na AGE nº 214, foi aprovada pelos acionistas a alteração do Estatuto Social da Companhia no tocante ao dividendo mínimo obrigatório. Essa alteração promove a adequação do percentual de dividendo obrigatório ao dividendo mínimo preconizado pelo artigo 202º, § 2º, da Lei 6.404/76. A partir dessa modificação, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei. Conforme disposto no artigo 136º, inciso III, e no artigo 137º da Lei nº 6.404/76. A redução do dividendo obrigatório ensejou o direito de recesso aos acionistas dissidentes, mediante o reembolso do valor das suas ações pelo seu valor patrimonial de dezembro de 2019, no valor de R\$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) por ação de emissão da Companhia.

De acordo com o disposto no artigo 137º, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes tiveram que exercer seu direito de reembolso no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata da AGE que aprovou a alteração estatutária da Companhia.

No período estabelecido, 04 acionistas exerceram o direito de recesso, cujos reembolsos foram efetuados em 31/07/2020, no montante de R\$ 4.898, correspondendo a 8.762 (oito mil setecentos e sessenta e duas) ações da classe ordinária e 10.727 (dez mil setecentos e vinte e sete) ações da classe preferencial. Na mesma data, foi aprovado o cancelamento dessas ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2020, foi autorizado o cancelamento de 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 8.762 (oito mil setecentos e sessenta e duas) ações da classe ordinária e 10.727 (dez mil setecentos e vinte e sete) ações da classe preferencial.

O cancelamento de ações não alterou do valor do capital social da Companhia, que continua ser de R\$ 1.565.632.410,67 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e sete centavos). O montante de R\$ 4.898 reduziu a reserva de lucros (reserva de dividendos não distribuídos).

## 29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita Bruta</b>				
Suprimento de Energia Elétrica .....	456.311	386.405	456.360	386.563
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....	1.043.494	875.696	1.049.956	881.957
Amortização Ativo Contratual .....	(548.331)	(422.378)	(548.331)	(422.378)
Remuneração do Ativo Contratual .....	545.927	478.662	562.905	496.020
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	44.551	95.095	44.551	95.095
Receita de Construção .....	45.727	76.576	55.800	91.683
	<u>1.587.679</u>	<u>1.490.056</u>	<u>1.621.241</u>	<u>1.528.940</u>
<b>Deduções da Receita</b>				
ICMS/ISS .....	(1.404)	(803)	(1.404)	(803)
PI/CFDINS .....	(138.718)	(118.032)	(139.320)	(118.800)
Quota RGR .....	(1.709)	(2.479)	(2.140)	(2.479)
Outros Encargos .....	(16.288)	(15.929)	(16.288)	(15.929)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT .....	(12.516)	(11.056)	(12.668)	(11.056)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE .....	(95.306)	(74.300)	(95.306)	(74.300)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr - CFURH .....	(22.732)	(25.812)	(22.732)	(25.812)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE .....	(4.124)	(3.202)	(4.192)	(3.202)
	<u>(292.797)</u>	<u>(251.613)</u>	<u>(294.050)</u>	<u>(252.381)</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<u>1.294.882</u>	<u>1.238.443</u>	<u>1.327.191</u>	<u>1.276.559</u>

### 29.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$ 456.311 (R\$ 386.405, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEALS) e da disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

### 29.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$ 1.043.494 (R\$ 875.696, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às receitas derivadas da prestação de serviços de transmissão. Essas receitas contemplam a quota de reintegração, a remuneração do capital investido e a operação e manutenção dos ativos de infraestrutura de transmissão.

### 29.3. Remuneração do Ativo Contratual

O valor de R\$ 545.927 (R\$ 478.622, em 31 de dezembro de 2019) na controladora e de R\$ 562.905 (R\$ 496.020, em 31 de dezembro de 2019) no consolidado é composto pela atualização do ativo contratual relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente (RBSE), e também pela atualização do Ativo Contratual referente às novas instalações de transmissão (RBNI).

## 30. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	(41.543)	(8.315)	(41.543)	(8.315)
Recontabilizações CCEE .....	(653)	(136)	(653)	(136)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros .....	(51.031)	(40.982)	(51.031)	(40.982)
Encargo de Uso do Sistema .....	(58.989)	(56.384)	(58.989)	(56.384)
	<u>(152.216)</u>	<u>(105.817)</u>	<u>(152.216)</u>	<u>(105.817)</u>

### 31. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

#### 31. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos .....	(163.066)	(164.194)	-	-	(27.339)	(28.958)	-	-	(190.405)	(193.152)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	(68.919)	(73.732)	-	-	(30.389)	(33.490)	-	-	(99.308)	(107.222)
INSS - Empregador .....	(29.545)	(30.496)	-	-	(5.148)	(5.440)	-	-	(34.692)	(35.936)
Administradores .....	(352)	(343)	-	-	(894)	(524)	-	-	(1.246)	(867)
Subtotal Pessoal / Administradores	(261.882)	(268.765)	-	-	(63.770)	(68.412)	-	-	(325.653)	(337.177)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE .....	(7.846)	(7.010)	-	-	-	-	-	-	(7.846)	(7.010)
Total Pessoal e Administradores	(269.729)	(275.775)	-	-	(63.770)	(68.412)	-	-	(333.499)	(344.187)
Material .....	(3.916)	(6.508)	-	-	(463)	(795)	-	-	(4.380)	(7.303)
Serviço de Terceiros .....	(42.828)	(41.871)	-	-	(14.645)	(9.932)	-	-	(57.473)	(51.803)
Depreciação e Amortização .....	(16.615)	(20.085)	-	-	(10.056)	(10.012)	-	-	(26.671)	(30.097)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso .....	(6.901)	(3.389)	-	-	-	-	-	-	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção .....	(45.727)	(76.576)	-	-	-	-	-	-	(45.727)	(76.576)
Despesas de Locação .....	0	(1.865)	-	-	(146)	(243)	-	-	(146)	(2.108)
Seguros .....	(3)	(4)	-	-	(226)	(200)	-	-	(229)	(204)
Tributos .....	(2.117)	(2.213)	-	-	(2.642)	(5.401)	-	-	(4.758)	(7.614)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.764	(1.306)	-	-	-	-	3.764	(1.306)
Provisão para Contingência Trabalhista .....	-	-	-	-	-	-	(55.717)	(40.293)	(55.717)	(40.293)
Provisão para Contingência Cível .....	-	-	-	-	-	-	(67.619)	(11.279)	(67.619)	(11.279)
Provisão para Contingência Fiscal .....	-	-	-	-	-	-	(15.621)	377	(15.621)	377
Outras Provisões .....	-	-	-	-	-	-	109.839	(5.333)	109.839	(5.333)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(11.171)	(6.461)	(11.171)	(6.461)
Outros .....	(10)	(40)	-	-	(988)	(808)	(4.552)	18.146	(5.550)	17.299
<b>TOTAL</b>	<b>(387.845)</b>	<b>(428.326)</b>	<b>3.764</b>	<b>(1.306)</b>	<b>(92.935)</b>	<b>(95.803)</b>	<b>(44.841)</b>	<b>(44.843)</b>	<b>(521.857)</b>	<b>(570.278)</b>

## 31. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos .....	(163.066)	(164.194)	-	-	(28.072)	(29.623)	-	-	(191.138)	(193.817)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	(68.919)	(73.732)	-	-	(30.389)	(33.490)	-	-	(99.308)	(107.222)
INSS - Empregador .....	(29.545)	(30.496)	-	-	(5.148)	(5.440)	-	-	(34.694)	(35.936)
Administradores .....	(352)	(343)	-	-	(894)	(524)	-	-	(1.246)	(867)
Subtotal Pessoal / Administradores	(261.882)	(268.765)	-	-	(64.503)	(69.077)	-	-	(326.386)	(337.842)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE .....	(7.846)	(7.010)	-	-	-	-	-	-	(7.846)	(7.010)
Total Pessoal e Administradores	(269.729)	(275.775)	-	-	(64.503)	(69.077)	-	-	(334.232)	(344.852)
Material .....	(5.561)	(6.508)	-	-	(463)	(795)	-	-	(6.025)	(7.303)
Serviço de Terceiros .....	(49.863)	(46.116)	-	-	(15.993)	(10.587)	-	-	(65.856)	(56.703)
Depreciação e Amortização .....	(16.615)	(20.085)	-	-	(10.056)	(10.012)	-	-	(26.671)	(30.097)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso .....	(6.901)	(3.389)	-	-	-	-	-	-	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção .....	(92.679)	(140.537)	-	-	-	-	-	-	(92.679)	(140.537)
Despesas de Locação .....	0	(1.865)	-	-	(146)	(243)	-	-	(146)	(2.108)
Seguros .....	(3)	(4)	-	-	(248)	(222)	-	-	(251)	(226)
Tributos .....	(2.117)	(2.213)	-	-	(2.729)	(5.837)	-	-	(4.845)	(8.050)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.764	(1.306)	(17.421)	-	-	-	(13.657)	(1.306)
Provisão para Contingência Trabalhista .....	-	-	-	-	-	-	(55.717)	(40.293)	(55.717)	(40.293)
Provisão para Contingência Cível .....	-	-	-	-	-	-	(67.619)	(11.279)	(67.619)	(11.279)
Provisão para Contingência Fiscal .....	-	-	-	-	-	-	(15.621)	377	(15.621)	377
Outras Provisões .....	-	-	-	-	-	-	109.839	(5.333)	109.839	(5.333)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(11.171)	(6.461)	(11.171)	(6.461)
Impairment .....	-	-	-	-	(146.839)	-	-	-	(146.839)	-
Outros .....	2.124	(74)	-	-	(2.709)	(1.677)	(14.372)	17.737	(14.957)	15.987
<b>TOTAL</b>	<b>(441.343)</b>	<b>(496.566)</b>	<b>3.764</b>	<b>(1.306)</b>	<b>(261.106)</b>	<b>(98.450)</b>	<b>(54.661)</b>	<b>(45.252)</b>	<b>(753.346)</b>	<b>(641.574)</b>

### 32. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
Ganho nas Alienações .....	3.725	3.708	3.725	3.708
Receita de Prestação de Serviços .....	23.955	15.304	23.955	15.304
Compartilhamento de Infraestrutura.....	149	3.157	149	3.157
Outras .....	4.746	174	4.746	174
	<u>32.575</u>	<u>22.343</u>	<u>32.575</u>	<u>22.343</u>
<b>OUTRAS DESPESAS</b>				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos .....	(4.377)	(75)	(4.377)	(75)
Outras .....	(1.697)	(581)	(1.697)	(581)
	<u>(6.074)</u>	<u>(656)</u>	<u>(6.074)</u>	<u>(656)</u>

### 33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicações Financeiras.....	11.162	15.512	11.222	15.637
Receitas Financeiras com Parcelamentos .....	10.840	5.463	10.840	5.463
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos. ....	99.725	102.070	99.725	102.070
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	31	3.258	31	3.258
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B .....	8.466	11.123	8.466	11.123
Outras Receitas Financeiras .....	25.742	20.703	28.641	20.703
Total Receita Financeira	<u>155.966</u>	<u>158.129</u>	<u>158.925</u>	<u>158.254</u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Dívidas .....	(22.075)	(24.373)	(22.075)	(24.373)
Encargos Sobre Arrendamentos.....	(1.020)	(1.086)	(1.020)	(1.086)
Despesas Financeiras com P&D .....	(1.555)	(3.093)	(1.555)	(3.093)
Despesa Financeira com Tributos.....	(1.325)	(1.134)	(1.325)	(1.134)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos. ....	(248.658)	(122.701)	(248.658)	(122.701)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	(4.762)	(2)	(4.762)	(2)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais .....	(22.652)	(22.134)	(22.652)	(22.134)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(1.128)	(2.848)	(1.128)	(2.848)
Outras Despesas Financeiras .....	(19.941)	(11.843)	(19.944)	(12.798)
Total Despesa Financeira	<u>(323.116)</u>	<u>(189.214)</u>	<u>(323.119)</u>	<u>(190.169)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>	<u>(167.150)</u>	<u>(31.085)</u>	<u>(164.194)</u>	<u>(31.915)</u>

### 34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL .....	404.785	404.785	400.093	400.093
IRPJ (15%) e CSLL (9%) .....	(42.502)	(36.431)	(42.010)	(25.206)
IRPJ - Adicional de 10% .....	(28.311)	-	(27.983)	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões .....	(70.813)	(36.431)	(69.993)	(25.206)
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014 .....	3.796	1.639	(20.613)	(7.421)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício .....	(29.106)	(12.061)	4.208	1.515
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	13.707	5.870	(172)	(61)
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações .....	(82.416)	(40.983)	(86.570)	(31.173)
Incentivo PAT = 4%.....	1.978	-	2.078	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	199	-	247	-
Total IRPJ e CSLL Corrente .....	(80.239)	(40.983)	(84.245)	(31.173)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias .....	25.216	9.078	37.510	9.148
Total IRPJ e CSLL Diferido - Prejuízos Fiscais .....	(35.332)	(1.415)	57.809	8.220
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS .....	(1.627)	(585)	(4.509)	(1.624)
IR CS Diferidos .....	(11.743)	7.078	90.810	15.744
Total IRPJ e CSLL .....	(91.982)	(33.905)	6.565	(15.429)
	(80.240)	(40.984)	(84.245)	(31.173)
	(11.743)	7.078	90.810	15.744

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil (TESB) e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB, em 31 de dezembro de 2020, a despesa de R\$ 1.635 referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

### 35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico NBC TG 22, apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

## 35.1. Balanço Patrimonial

### 35.1.1. Ativo

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>	<b>1.888.654</b>	<b>1.762.249</b>	<b>3.910.573</b>	<b>3.731.705</b>	<b>(251.050)</b>	<b>(302.175)</b>	<b>5.548.177</b>	<b>5.191.779</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>632.057</b>	<b>333.820</b>	<b>1.314.784</b>	<b>1.184.307</b>	<b>(251.050)</b>	<b>(302.175)</b>	<b>1.695.791</b>	<b>1.215.952</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	572.872	303.708	20.381	7.654	-	-	593.253	311.362
Investimentos em Títulos do Governo.....	33.206	32.644	87.982	86.496	-	-	121.188	119.140
Concessionárias e Permissonárias.....	37.764	26.205	111.538	84.185	-	-	149.302	110.390
Tributos a Recuperar.....	612	742	17.733	1.285	-	-	18.345	2.027
Estoques.....	4.186	8.986	12.397	11.370	-	-	16.583	20.356
Ativo de Concessão - Contratual.....	7.022	6.277	677.622	542.054	-	-	684.644	548.331
Pagamentos Antecipados.....	-	-	1.574	1.573	-	-	1.574	1.573
Investimentos Mantidos para Venda.....	(88.981)	(88.981)	88.981	88.981	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber.....	65.375	44.240	296.577	360.708	(251.050)	(302.175)	110.902	102.773
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.256.597</b>	<b>1.428.429</b>	<b>2.595.789</b>	<b>2.547.398</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.852.386</b>	<b>3.975.827</b>
Tributos a Recuperar .....	5	5	-	-	-	-	5	5
Aplicações Financeiras.....	7	7	-	-	-	-	7	7
Depósitos Judiciais .....	62.832	26.575	56.899	58.370	-	-	119.731	84.945
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	8.330	14.455	59.738	107.226	-	-	68.068	121.681
Ativo de Concessão - Contratual.....	102.116	145.940	1.850.662	1.895.648	-	-	1.952.779	2.041.588
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda...	4.211	1.708	395	395	-	-	4.606	2.103
Outros Créditos a Receber.....	309.070	371.505	5.289	5.561	-	-	314.359	377.066
Investimentos.....	306.291	382.121	533.806	391.467	-	-	840.097	773.588
Imobilizado.....	435.573	449.845	75.873	76.120	-	-	511.446	525.965
Direito de Uso .....	3.675	3.742	11.039	10.103	-	-	14.714	13.845
Intangível.....	24.487	32.525	2.087	2.509	-	-	26.574	35.034

### 35.1.2. Passivo

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>PASSIVO</b>	<b>1.888.654</b>	<b>1.762.249</b>	<b>3.910.573</b>	<b>3.731.705</b>	<b>(251.050)</b>	<b>(302.175)</b>	<b>5.548.177</b>	<b>5.191.780</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>350.625</b>	<b>534.634</b>	<b>438.295</b>	<b>270.702</b>	<b>(251.050)</b>	<b>(302.175)</b>	<b>537.870</b>	<b>503.161</b>
Fornecedores.....	18.975	16.987	25.033	21.206	-	-	44.008	38.193
Obrigações Trabalhistas.....	(16.085)	(6.463)	55.084	50.375	-	-	38.999	43.912
Obrigações Fiscais .....	8.162	11.947	28.230	18.272	-	-	36.392	30.219
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	12.932	12.241	37.389	28.814	-	-	50.321	41.055
Arrendamentos a Pagar .....	879	536	6.353	3.170	-	-	7.232	3.706
Provisão para Benefícios a Empregados.....	65.927	66.653	81.876	66.376	-	-	147.802	133.029
Obrigações da Concessão.....	19.774	19.344	39.843	37.630	-	-	59.617	56.974
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	21.693	9.247	31.571	24.530	-	-	53.264	33.777
Outros Passivos.....	262.488	347.418	11.984	(29.508)	(251.050)	(302.175)	23.422	15.735
Juros sobre Capital Próprio.....	2.955	-	71.096	-	-	-	74.051	-
Dividendos Obrigatórios.....	(47.074)	56.724	49.836	49.836	-	-	2.762	106.561
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.057.532</b>	<b>884.780</b>	<b>1.415.097</b>	<b>1.197.469</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.472.629</b>	<b>2.082.249</b>
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	161.144	125.067	469.065	407.132	-	-	630.209	532.199
Arrendamento a Pagar .....	2.885	3.225	5.090	7.032	-	-	7.975	10.257
Provisão para Benefícios a Empregados.....	725.061	606.995	635.886	547.528	-	-	1.360.948	1.154.523
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	194.010	125.231	82.897	77.436	-	-	276.907	202.667
Obrigações da Concessão.....	10.045	8.095	15.340	11.669	-	-	25.385	19.764
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	(106.667)	(42.938)	206.013	140.896	-	-	99.347	97.958
Outros Passivos.....	71.054	59.106	804	5.775	-	-	71.858	64.881
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>480.497</b>	<b>342.835</b>	<b>2.057.181</b>	<b>2.263.534</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.537.678</b>	<b>2.606.369</b>
Capital Social .....	451.084	97.789	1.114.549	817.844	-	-	1.565.633	915.633
Reserva de Capital .....	-	353.295	-	296.705	-	-	-	650.000
Outros Resultados Abrangentes .....	(454.379)	(307.322)	(703.405)	(586.312)	-	-	(1.157.784)	(893.634)
Reserva Legal.....	20.793	16.499	46.298	36.647	-	-	67.091	53.146
Reserva Estatutária.....	-	(24.775)	-	24.775	-	-	-	-
Reserva Especial de Lucros a realizar.....	0	113.441	(0)	95.271	-	-	0	208.712
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	334.688	106.151	1.306.392	839.782	-	-	1.641.080	945.932
Reserva de Incentivos Fiscais .....	128.311	(12.244)	293.347	433.901	-	-	421.658	421.658
Lucros (Prejuízos) Acumulados .....	(0)	-	0	304.922	-	-	(0)	304.922

## 35.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	430.017	433.112	868.480	808.356	(3.615)	(3.025)	1.294.882	1.238.443
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(258.812)	(235.604)	(284.864)	(301.564)	3.615	3.025	(540.061)	(534.143)
Custo com Energia Elétrica	(155.831)	(108.842)	-	-	3.615	3.025	(152.216)	(105.817)
Custo com Energia Elétrica .....	(93.227)	(49.433)	-	-	-	-	(93.227)	(49.433)
Encargo de Uso do Sistema .....	(62.604)	(59.409)	-	-	3.615	3.025	(58.989)	(56.384)
Custo de Operação	(102.981)	(126.762)	(284.864)	(301.564)	-	-	(387.845)	(428.326)
Pessoal e Administradores .....	(67.228)	(70.234)	(202.502)	(205.540)	-	-	(269.730)	(275.774)
Material .....	(960)	(1.249)	(2.956)	(5.259)	-	-	(3.916)	(6.508)
Serviço de Terceiros .....	(12.655)	(11.587)	(30.173)	(30.284)	-	-	(42.828)	(41.871)
Depreciação e Amortização .....	(13.926)	(17.066)	(2.689)	(3.020)	-	-	(16.615)	(20.085)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso .....	(898)	(486)	(6.003)	(2.902)	-	-	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção .....	(5.216)	(24.447)	(40.511)	(52.129)	-	-	(45.727)	(76.576)
Outros .....	(2.100)	(1.693)	(29)	(2.430)	-	-	(2.129)	(4.123)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	171.205	197.508	583.616	506.792	-	-	754.821	704.300
Despesas Operacionais	(24.280)	(46.316)	(109.733)	(96.996)	-	-	(134.013)	(143.312)
Despesas com Vendas .....	(2.937)	(844)	6.701	(462)	-	-	3.764	(1.306)
Despesas Gerais e Administrativas .....	(23.722)	(24.324)	(69.213)	(71.479)	-	-	(92.935)	(95.803)
Outras Despesas Operacionais .....	2.379	(21.148)	(47.221)	(25.055)	-	-	(44.842)	(46.203)
Outras Receitas .....	10.525	9.661	22.051	12.682	-	-	32.575	22.343
Outras Despesas .....	(3.670)	(2.832)	(2.404)	2.176	-	-	(6.074)	(656)
RESULTADO DO SERVIÇO	153.779	158.021	493.530	424.654	-	-	647.310	582.675
Resultado de Participações Societárias	(62.514)	80.240	(12.860)	(35.991)	-	-	(75.374)	44.249
Receita(Despesa) Financeira	(27.850)	9.446	(139.300)	(40.531)	-	-	(167.150)	(31.085)
Rendas de Aplicações Financeiras .....	11.079	15.329	83	183	-	-	11.162	15.512
Variações Monetárias de Empréstimos e Financ .....	(39.923)	(5.422)	(109.009)	(15.209)	-	-	(148.933)	(20.631)
Encargos de Dívidas .....	(6.569)	(6.047)	(15.507)	(18.326)	-	-	(22.076)	(24.373)
Encargos Sobre Arrendamentos	(273)	(295)	(747)	(791)	-	-	(1.020)	(1.086)
Outras Receitas/Despesas Financeiras .....	7.836	5.881	(14.120)	(6.387)	-	-	(6.284)	(506)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	63.415	247.707	341.370	348.132	-	-	404.785	595.839
Imposto de Renda Corrente .....	(20.864)	(30.109)	(59.376)	(54.136)	-	-	(80.240)	(84.245)
Imposto de Renda Diferido .....	37.405	37.495	(49.148)	53.315	-	-	(11.743)	90.810
Contribuição Social Corrente .....	(10.642)	(11.131)	(30.342)	(20.042)	-	-	(40.984)	(31.173)
Contribuição Social Diferido .....	16.564	8.954	(9.486)	6.790	-	-	7.078	15.744
PREJUÍZO DO PERÍODO	85.877	252.916	193.019	334.059	-	-	278.896	586.975
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$ .....	8,89	26,13	19,98	34,51	-	-	28,87	60,63
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$ .....	8,89	26,13	19,98	34,51	-	-	28,87	60,63

## 36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O controlador da CEEE-GT é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém indiretamente, através da participação de 99,99% nas ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), 66,06% do capital social da Companhia. Além das operações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a CEEE-GT mantém transações com outras entidades governamentais e companhias sob o controle comum no curso de suas atividades operacionais, tais como: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas e sociedades de propósito específico e com entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

As principais transações com partes relacionadas são:

## **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

### **Caixa e Equivalentes de Caixa:**

A Companhia mantém no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa conta de aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Banco do Rio Grande do Sul (BANRISUL), vide nota explicativa nº 5.2.

### **Cedência de funcionários:**

Refere-se à cedência de funcionários às Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul. O saldo, que se constitui de remunerações (salários, férias, e subsídio de Natal - 13º salário), não está sujeito a encargos financeiros e não teve garantia concedida ao credor.

### **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D**

#### **Concessionárias e Permissionárias:**

Os saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS.

### **Cedência de funcionários:**

Refere-se à cedência de funcionários à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). O saldo, que se constitui de remunerações (salários, férias e 13º salário), não está sujeito a encargos financeiros e não teve garantia concedida ao credor.

### **Contrato de Mútuo:**

A CEEE-D é mutuária do contrato com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), que é a mutuante. Vide nota explicativa nº 10.

### **Conta Gráfica:**

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a , da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D).

### **Contrato de Compartilhamento:**

Em 01 de julho de 2020 a CEEE-GT e a CEEE-D, cujo controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, firmaram o instrumento de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa associada. Os recursos humanos compartilhados atuam na Administração Central das companhias, prestando serviços para todo o Grupo Econômico. O instrumento também trata do compartilhamento de custos do sistema de telecomunicações utilizado em conjunto. O instrumento de compartilhamento foi anuído pelo Órgão Regulador ANEEL através do Despacho Nº 3.168, de novembro de 2020, e segue as metodologias dispostas na Resolução Normativa Nº 699, de 01 de fevereiro de 2016.

### **Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE**

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE -, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, vide nota explicativa nº 23.

### **Contribuição Patrocinadora:**

Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-GT sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 23.2 e 23.3.

### **Empréstimo:**

Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

### **Despesa operacional - Pessoal:**

As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.

### **Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS)**

A ELETROBRAS detém 32,65% do capital social da CEEE-GT, participando nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

### **PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas**

Criado pela Lei nº 10.438/2002, o PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição.

O cálculo das cotas é baseado no Plano Anual do PROINFA (PAP) elaborado pela Eletrobrás e encaminhado para a ANEEL. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobrás, é pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os classificados como baixa renda.

O valor de custeio do PROINFA é dividido em cotas mensais, recolhidas por distribuidoras, transmissoras e cooperativas permissionárias e repassadas à ELETROBRAS.

### **Controladas**

#### **Transmissora de Energia Sul Brasil S.A (TESB)**

A TESB foi constituída em janeiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 94,22% do capital integralizado, conforme nota explicativa nº 16.3.1.

#### **Complexo Eólico Povo Novo**

A CEEE-GT detém o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme nota explicativa nº 16.3.2.

#### **Custos a Reembolsar:**

Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

#### **UHE Dona Francisca**

A CEEE-GT comercializa a energia correspondente à sua participação societária na hidrelétrica, detendo o direito de exploração, pois é responsável pela operação da Usina, recebendo da UHE Dona Francisca o reembolso dos custos pagos na proporção de participante no Empreendimento, remunerando o investimento com o montante de energia elétrica recebida e comercializada. A CEEE-GT é responsável pela operação e manutenção da usina, recebendo receita de O&M pelo serviço prestado.

Os saldos de partes relacionadas compõem-se de:

		31/12/2020								
Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	CEEEP/AR	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca	Total	
<b>Ativo</b>										
Caixa e equivalente de caixa	5	578.484	-	-	-	-	-	-	578.484	
Concessionárias e Permissionárias	6	-	20.209	-	-	-	-	-	20.209	
Cedência de funcionários	9	435	131	-	-	-	-	-	566	
Conta Gráfica CEEE-PAR	9	-	-	279	-	-	-	-	279	
Outros (custos a Reembolsar)	9	-	-	-	-	2.047	961	-	3.008	
Mútuo CEEE-D	10	-	313.016	-	-	-	-	-	313.016	
Pagamento antecipado PROINFA	14	-	-	-	1.574	-	-	-	1.574	
		578.919	333.355	279	-	1.574	961	-	917.136	
<b>Passivo</b>										
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	10.917	-	-	-	-	10.917	
Passivo Atuarial Previdenciária Privada Circulante	22	-	-	87.773	-	-	-	-	87.773	
Passivo Atuarial Previdenciária Privada Não Circulante	22	-	-	1.101.686	-	-	-	-	1.101.686	
Contrato de Compartilhamento	25	-	4.899	-	-	-	-	-	4.899	
Conta Gráfica CEEE-D	25	-	2.047	-	-	-	-	-	2.047	
Cedência de funcionários	25	-	135	-	-	-	-	-	135	
Empréstimo circulante	23	-	-	6.522	-	-	-	-	6.522	
Empréstimo não circulante	21	-	-	60.347	-	-	-	-	60.347	
		-	7.081	1.267.245	-	-	-	-	1.274.326	
<b>Resultado</b>										
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	-	-	3.721	3.721	
Suprimento de Energia Elétrica		-	4.679	-	-	-	-	-	4.679	
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	122.830	-	-	-	-	-	122.830	
Despesa Proinfa		-	-	-	(16.288)	-	-	-	(16.288)	
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(8.931)	-	-	-	-	(8.931)	
Receita financeira		11.079	26.135	-	-	-	-	-	37.214	
		11.079	153.644	(8.931)	(16.288)	-	-	3.721	143.226	

		CONTROLADORA							
		31/12/2019							
Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Fundação ELETROCEEE	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca	Total		
<b>Ativo</b>									
Caixa e equivalente de caixa	5	309.727	-	-	-	-	309.727		
Concessionárias e Permissionárias	6	-	10.952	-	-	-	10.952		
Cedência de funcionários	9	422	59	-	-	-	481		
Outros (custos a Reembolsar)	9	-	-	15.842	911	-	16.753		
Mútuo CEEE-D	10	-	373.164	-	-	-	373.164		
		310.149	11.011	-	15.842	911	337.913		
<b>Passivo</b>									
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	5.992	-	-	5.992		
Passivo Atuarial Previdenciária Privada Circulante	22	-	-	75.477	-	-	75.477		
Passivo Atuarial Previdenciária Privada Não Circulante	22	-	-	879.258	-	-	879.258		
Conta Gráfica	25	-	1.027	-	-	-	1.027		
Empréstimo circulante	21	-	-	6.286	-	-	6.286		
Empréstimo não circulante	21	-	-	63.380	-	-	63.380		
		-	1.027	1.030.394	-	-	1.031.421		
<b>Resultado</b>									
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	3.844	3.844		
Suprimento de Energia Elétrica		-	4.116	-	-	-	4.116		
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	86.457	-	-	-	86.457		
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(2.348)	-	-	(2.348)		
Receita financeira		12.604	21.663	-	-	-	34.267		
		12.604	112.236	(2.348)	-	3.844	126.336		

### 36.1. Pessoal chave da Administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração seus diretores e os membros do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 974 (R\$ 608, em 31 de dezembro de 2019). A remuneração dos diretores é composta de honorários mais a verba de representação. Os diretores vinculados à folha de pagamento da CEEE-GT são responsáveis, também, pela CEEE-D e CEEE-PAR sem remuneração adicional. A remuneração mensal do Diretor Presidente das Companhias é de R\$18.

CONTROLADORA

	31/12/2020				31/12/2019			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria .....	565	120	54	739	285	51	34	370
Conselho de Administração .....	196	39	-	235	198	40	-	238
<b>Total</b>	<b>761</b>	<b>159</b>	<b>54</b>	<b>974</b>	<b>483</b>	<b>91</b>	<b>34</b>	<b>608</b>

### 37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A CEEE-GT mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e, para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Mensurados a Custo Amortizado</b>					
Numerário Disponível .....	5	14.769	1.635	15.478	2.517
Concessionárias e Permissionárias .....	6	149.302	110.390	151.070	111.883
<b>Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado</b>					
SIAC/BANRISUL .....	5	578.484	309.727	587.908	317.058
Ativo da Concessão Contratual .....	13	2.637.423	2.589.919	2.989.570	2.859.071
<b>Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente</b>					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC .....	11	121.188	119.140	121.188	119.140
		<u>3.501.165</u>	<u>3.130.810</u>	<u>3.865.213</u>	<u>3.409.668</u>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Mensurados ao Custo Amortizado</b>					
Fornecedores .....	18	44.008	38.193	45.935	41.623
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	680.530	573.254	680.530	573.254
Arrendamentos .....	21.7	15.207	13.963	15.207	13.963
<b>TOTAL</b>		<u>739.745</u>	<u>625.410</u>	<u>741.672</u>	<u>628.840</u>

#### 37.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### 37.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em consequência da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	593.253	311.362	603.386	319.575
Concessionárias e Permissionárias .....	6	149.302	110.390	151.070	111.883
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	11	121.188	119.140	121.188	119.140
Ativo da Concessão Contratual .....	13	2.637.423	2.589.919	2.989.570	2.859.071
<b>TOTAL</b>		<u>3.501.165</u>	<u>3.130.810</u>	<u>3.865.213</u>	<u>3.409.668</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras referem-se, respectivamente, a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL).

O risco inerente a aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B).

O segmento de Geração da CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). As receitas atreladas a esses contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre as distribuidoras e os órgãos reguladores.

No conjunto, a Administração entende que o risco de crédito ao qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes. A Companhia não possui operações com derivativos. A sistemática de garantias é regulamentada pelos órgãos fiscalizadores, como ONS e CCEE.

*I. Perdas por redução no valor recuperável – (impairment)*

A Companhia mensura o seu imobilizado e o seu intangível pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e pelas perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

**37.1.2. Risco de Preço**

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Essa variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada 05 anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração (RAG), que deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL, através da receita anual permitida, e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

**37.1.3. Risco de Mercado**

No Ambiente de Contratação Regulada (ACR) o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre (ACL) os agentes negociam compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

**37.1.4. Risco da Taxa de Câmbio**

É o risco que decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial, em virtude do seu endividamento contratado em moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

### Análise de sensibilidade

A CEEE-GT desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2020 cuja cotação do dólar corresponde a R\$ 5,1967 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do BACEN para 31/03/2021, correspondente ao dólar a R\$ 5,12. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de variação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Itens	Cenário Base em 31/12/2020	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos .....	643.486	692.841	804.357	965.229
Passivo Líquido Exposto	643.486	692.841	804.357	965.229
Efeito Líquido da Variação Cambial			111.516	272.388

### 37.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo, visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota	CONTROLADORA				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	593.253	593.253	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	149.302	149.302	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	11	121.188	121.188	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual .....	13	2.637.423	684.644	-	-	1.952.779
		3.501.165	1.548.387	-	-	1.952.779
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores .....	18	44.008	44.008	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	1.040.130	81.317	79.579	220.553	658.681
		1.084.138	125.325	79.579	220.553	658.681
<b>CONSOLIDADO</b>						
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	603.386	603.386	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	151.070	151.070	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	11	121.188	121.188	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual .....	13	2.989.570	711.427	-	-	2.278.143
		3.865.213	1.587.071	-	-	2.278.143
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores .....	18	45.935	45.935	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	1.040.130	81.317	79.579	220.553	658.681
		1.086.065	127.252	79.579	220.553	658.681

Para a apresentação do valor justo sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, consideram-se as seguintes premissas de mensuração:

- i) Nos contratos dos empréstimos firmados em moeda nacional, a premissa considera o saldo contábil na data da demonstração contábil, projetando o mesmo pelo índice do contrato e por seus encargos até o período final de liquidação. Posteriormente, os valores são descontados a valor presente pelo índice DI projetado em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.
- ii) Para os contratos em moeda estrangeira, a metodologia é semelhante. Considera o saldo contábil existente na data desta demonstração contábil, projetando-o pelo índice do contrato, adicionando os seus encargos até o período final de liquidação. Entretanto, nesta modalidade, a taxa de desconto a valor presente se dá pela projeção da variação cambial em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.

### 37.1.6. Gestão de Capital

Condizente com outras companhias do setor, a CEEE-GT monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos .....	21	680.530	573.254	680.530	573.254
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	(593.253)	(311.362)	(603.386)	(186.600)
Investimento em Títulos do Governo .....	11	(121.188)	(119.140)	(121.188)	(119.140)
Dívida Líquida		<u>(33.911)</u>	<u>142.752</u>	<u>(44.044)</u>	<u>267.514</u>
Patrimônio Líquido .....		<u>2.554.304</u>	<u>2.568.401</u>	<u>2.572.887</u>	<u>2.594.494</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>(0,01)</u>	<u>0,06</u>	<u>(0,02)</u>	<u>0,10</u>

### 37.1.7. Risco de Taxa de Juros

É o risco oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas causadas pela flutuação da taxa de juros e também pela variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Essas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar seu impacto no resultado da Companhia.

#### Análise de sensibilidade

A CEEE-GT desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020. Estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e das variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2020 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do BACEN, de 31/03/2021. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos BNDES .....	21	TJLP	37.044	49.180	44.288	54.071
Exposição Líquida			<u>(37.044)</u>	<u>(49.180)</u>	<u>(44.288)</u>	<u>(54.071)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(12.136)</u>	<u>4.892</u>	<u>(9.783)</u>

Sendo assim, a Administração, de maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

### 37.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	593.253	593.253
Concessionárias e Permissionárias .....	6	149.302	149.302
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a C .....	11	121.188	121.188
Ativo da Concessão Contratual .....	13	2.637.423	2.637.423
		<u>3.501.165</u>	<u>3.501.165</u>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Fornecedores .....	18	44.008	44.008
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	680.530	1.040.130
		<u>724.538</u>	<u>1.084.138</u>

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	603.386	603.386
Concessionárias e Permissionárias .....	6	151.070	151.070
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a C .....	11	121.188	121.188
Ativo da Concessão Contratual .....	13	2.989.570	2.989.570
		<u>3.865.213</u>	<u>3.865.213</u>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Fornecedores .....	18	45.935	45.935
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	680.530	1.040.130
		<u>726.465</u>	<u>1.086.065</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.

### 37.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou para o passivo

diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou para o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando nível de classificação conforme tabela a seguir:

	CONTROLADORA			
	Valor contábil 31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	578.484	-	578.484	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	121.188	121.188	-	-
Ativo da Concessão Contratual .....	2.637.423	-	-	2.637.423
	<u>3.337.093</u>	<u>121.188</u>	<u>578.484</u>	<u>2.637.423</u>
	CONSOLIDADO			
	Valor contábil 31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	587.908	-	587.908	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	121.188	121.188	-	-
Ativo da Concessão Contratual .....	2.989.570	-	-	2.989.570
	<u>3.698.665</u>	<u>121.188</u>	<u>587.908</u>	<u>2.989.570</u>

### 37.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo de Concessão - Financeiro foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

## 37.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

### 37.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, que estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico desses empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Esse mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétrica, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo (MCP), podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, que, no caso da CEEE-GT, representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

### 37.2.2. Riscos Ambientais

A instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados a fauna e flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecido por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-GT, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional.

Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeou e monitora seus riscos ambientais. Os principais foram mapeados, descritos e classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Dessa forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

## 38. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que, ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2020 a 13/04/2021. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$ 62.034 e o valor do prêmio é de R\$ 67; no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$ 260.483 e o valor do prêmio é de R\$ 260.

## 39. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

### 39.1. Reajuste Tarifário – Geração

No dia 28/07/2020, através da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, a ANEEL aprovou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2020/2021, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2020-2021 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) acrescidos dos Encargos de Uso e Conexão aos Sistemas de Distribuição e Transmissão, da Parcela Ajuste por Indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e dos custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética (P&D/PEE).

As parcelas de GAG são compostas pelas parcelas de GAG O&M, destinada à cobertura dos custos operacionais, de GAG Melhorias, destinada à cobertura dos investimentos em melhorias, e do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), destinado à cobertura dos investimentos em bens não reversíveis como *softwares* e veículos. A Receita Anual de Geração (RAG) para o ciclo 2020/2021 do conjunto de usinas cotistas da CEEE-GT foi estabelecida em R\$ 132,5 milhões, o que representa um incremento de 11,88% em comparação com o ciclo 2019/2020.

### 39.2. Bônus de Outorga da Geração

Em 07 de dezembro de 2020 através da Portaria Interministerial nº 1, os Ministros de Estado de Minas e Energia e da Economia, estabeleceram o valor mínimo e a forma de pagamento da outorga de concessão de geração de energia elétrica condicionada à outorga de novo Contrato de Concessão cujo objeto é o conjunto de Usinas Hidrelétricas - UHEs, que totalizam 920.416 kW de capacidade instalada, a ser concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, concessionária de geração de energia

elétrica, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018. O valor mínimo de outorga de concessão de geração de energia elétrica para as essas Usinas será de R\$ 1.395.760 (um bilhão trezentos e Noventa e cinco milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos). O pagamento da outorga de concessão dar-se-á em parcela única, em até vinte dias, contados do ato da assinatura do novo Contrato de Concessão. A adesão ao Contrato de Concessão implica na renúncia, por parte do novo concessionário, a qualquer direito de indenização por investimentos ainda não amortizados referentes ao Projeto Básico da UHE Itaúba.

### 39.3. Revisão das Garantias Físicas

Em setembro de 2020, através da Portaria 331 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético foram definidos os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) que integram o parque gerador da CEEE-GT.

Código Único do Empreendimento de Geração (CEG)	Usina	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
UHE.PH.RS.000324-7.01	Bugres	Santa Cruz	RS	19,200	9,90
PCH.PH.RS.000654-8.01	Capigui	Capigui	RS	4,470	0,84
PCH.PH.RS.000898-2.01	Ernestina	Jacuí	RS	4,960	2,71
PCH.PH.RS.001076-6.01	Guarita	Guarita	RS	1,760	0,97
PCH.PH.RS.026730-9.01	Santa Rosa	Santa Rosa	RS	1,580	0,82
PCH.PH.RS.001085-5.01	Herval	Cadeia	RS	1,520	0,26
PCH.PH.RS.000976-8.01	Forquilha	Forquilha	RS	1,118	0,92
PCH.PH.RS.001998-4.01	Passo do Inferno	Santa Cruz	RS	1,490	0,49
CGH.PH.RS.002853-3.01	Toca	Santa Cruz	RS	1,000	0,33
PCH.PH.RS.027405-4.01	Ijuizinho	Ijuizinho	RS	1,118	0,69
CGH.PH.RS.001199-1.01	Ivaí	Ivaí	RS	0,700	0,44

A mesma portaria estabeleceu os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs Itaúba, Jacuí, Passo Real e Canastra, conforme abaixo:

Código Único do Empreendimento de Geração (CEG)	Usina	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
UHE.PH.RS.027019-9	Itaúba	Jacuí	RS	500,0	176,1
UHE.PH.RS.001217-3	Jacuí	Jacuí	RS	180,0	112,5
UHE.PH.RS.002003-6	Passo Real	Jacuí	RS	158,0	67,6
UHE.PH.RS.000635-1.01	Canastra	Santa Maria	RS	44,8	24,6

### 39.4. Revisão Tarifária - Transmissão

Em 30/06/2020, através da Resolução Homologatória nº 2.709/2020, a ANEEL aprovou de forma provisória a Revisão Periódica da Receita Anual Permitida (RAP) do Contrato de Concessão nº 55/2001, concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e prorrogado nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. Como resultado, a Receita Anual Permitida (RAP) das instalações de transmissão da CEEE-GT sujeitas à Revisão Tarifária teve um reposicionamento provisório de 15,79%, a ser aplicado a cada ciclo tarifário durante o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2023;

O impacto tarifário é decorrente, principalmente, da incorporação do parâmetro “ke” (capital próprio) ao componente financeiro da RBSE, da revisão da taxa de remuneração de capital (WACC) e dos custos operacionais regulatórios, com base no que consta no Submódulo 9.1 do PRORET e da revisão das bases de remuneração blindadas (RBSE) e incremental (RBNI). Os valores das receitas de RBSE e RBNI revisadas para o ciclo 2020/2021, por componente, estão apresentados na tabela a seguir:

RH ANEEL 2.709/2020	RAP RBSE	RAP RBNI	RAP RBSE + RBNI
	(Base Blindada) NE 14	(Base Incremental) NE 13	
Econômico	160.307,16	125.997,27	286.304,44
Financeiro	216.496,59	-	216.496,59
O&M	313.196,60	16.344,37	329.540,97
	<b>690.000,36</b>	<b>142.341,64</b>	<b>832.342,00</b>
RH ANEEL 2.709/2020	Parcela de Ajuste - PA RBSE	Parcela de Ajuste - PA RBNI	Parcela de Ajuste - PA RBSE + RBNI
	(Base Blindada)	(Base Incremental)	
Econômico	2.801,80	65.898,90	68.700,70
Financeiro	56.861,64	-	56.861,64
O&M	14.490,23	-	14.490,23
	<b>74.153,66</b>	<b>65.898,90</b>	<b>140.052,56</b>
<b>RAP + PA</b>	<b>764.154,02</b>	<b>208.240,53</b>	<b>972.394,55</b>

Os valores definitivos serão processados após conclusão das atividades de fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR), e os ajustes necessários e os consequentes efeitos financeiros serão processados no reajuste tarifário subsequente.

### 39.5. Reajuste Tarifário - Transmissão

O Reajuste Anual da Transmissão da CEEE-GT, que trouxe à nova RAP (Receita Anual Permitida), está válido desde 1º de julho de 2020, conforme Resolução Homologatória (REH) da ANEEL nº 2.725/2020 (Ciclo 2020/2021). A nova RAP da Transmissora totaliza R\$ 868,7 milhões (Concessão: 055/2001 - RAP: R\$ 853,9 milhões, e Concessão: 080/2002 - LT Presidente Médici - Pelotas 3 RAP: R\$ 14,8 milhões) e começa a ingressar no caixa da Empresa a partir de agosto de 2020. Nela, já estão incluídos o resultado da revisão tarifária; as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida (RAP) no Ciclo 2020/2021, referente a reforços realizados pelas empresas que entraram em operação comercial de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, sem estabelecimento prévio de receita; e as melhorias implantadas na rede de transmissão, além da variação de 1,88% do IPCA do período.

## 40. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 40.1. Cisão da CEEE - GT

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovada a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE G. A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”).

### 40.2. Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura – Cisão da CEEE GT

Foi celebrado no dia 03 de março de 2021 o Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura vigente firmado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

O Termo Aditivo foi realizado visando contemplar a segregação das empresas CEEE-G e CEEE-T, conforme Cisão aprovada em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de fevereiro de 2021, a qual tem sua eficácia sujeita à celebração com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025 de 2000 à CEEE-G.

O critério de rateio utilizado foi fundamentado nas despesas atualmente reconhecidas, conforme Resolução Normativa ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica nº 699/2016, assim como já era estabelecido no contrato de compartilhamento vigente, sendo 22,02% para a CEEE-G e 77,98% para a CEEE-T. A eficácia do aditivo está sujeita a anuência da ANEEL.

#### **40.3. Ampliação da Usina de Bugres**

Em 09 de março de 2021 foi emitida a Licença de Instalação de Ampliação da Usina de Bugres pelo órgão ambiental estadual – FEPAM/RS.

Para a ampliação da usina, será implantado novo conduto adutor e forçado, paralelo ao existente, dando atendimento ao incremento de vazão turbinada. Com isso, além das alterações no circuito hidráulico, será instalada nova unidade geradora de 6,5 MW, novo transformador elevador de 21,2 MVA de interesse restrito da usina e demais equipamentos necessários. Já a modernização da unidade geradora existente, prevê a recuperação de turbina, gerador, equipamentos hidromecânicos, instalações civis, além da substituição de equipamentos eletromecânicos. O início das obras está previsto para o quarto trimestre de 2021, com duração estimada de 18 meses.

A obra atende a obrigação prevista no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº25/2000 – ANEEL, assinado em 2012.

#### **40.4. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC**

Em 10 de março de 2021, a CEEE GT, no segmento de Transmissão, firmou com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, um novo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, encerrando o TAC anterior, de 26 de maio de 2014.

O TAC de 2014 tratava de questões ambientais, era um documento único e obrigava a CEEE-GT e a CEEE-D a realizar investigações confirmatórias e, se necessário, posteriores investigações detalhadas em quatro áreas da CEEE-GT e cinco da CEEE-D. Adicionalmente, o TAC de 2014 dispunha de múltiplas obrigações acessórias, seja relacionadas à apresentação de relatórios semestrais à Promotoria, comprovando o adimplemento das obrigações pactuadas, seja relacionadas à aplicação de multas sem limitação temporal.

Ao longo dos anos a CEEE-GT e a CEEE-D cumpriram com as obrigações pactuadas. De forma proativa, a CEEE-GT, no segmento da Transmissão, conseguiu firmar um novo TAC, contemplando uma única área: i) Armazém Berto Círio. O termo também reduz as obrigações acessórias, simplifica cronogramas e aplica limitadores temporais em potenciais multas.

A eficácia do novo Termo de Ajustamento de Conduta está condicionada a chancela da Procuradoria Geral do Estado.

#### **40.5. Termo de Acordo de Reconhecimento de Dívida**

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do despacho nº 665 de 11 de março de 2021, anuiu o Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida celebrado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, o qual tem como objeto os custos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos entre as partes, ocorridos no período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020.

O valor atualizado dos custos retroativos relativos ao período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020 é de R\$ 47.684.849,12 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), a crédito da CEEE-D.

O montante foi compensado com saldo devedor do Contrato de Mútuo firmado entre as partes em 06 de maio de 2020.

O saldo inicial do contrato de Mútuo em 06 de maio de 2020 era de R\$ 353.165, considerando as amortizações mensais efetuadas e a compensação extraordinária efetuada, o saldo atual é de R\$ 244.627 em 19 de março de 2021.

#### **40.6. Retirada de Patrocínio Planos de Benefícios Pós-Emprego**

Em 16 de março de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a retirada de Patrocínio, por parte da CEEE GT, dos planos previdenciários vigentes junto a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, sendo no contexto da Patrocinadora a retirada de modalidade Total.

#### **40.7 Transferência de Outorga da Geração**

Em 23 de março de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a transferência da titularidade da concessão objeto do contrato nº 025/2000 para a CEEE-G, era condição suspensiva para eficácia da cisão dos negócios de Geração e Transmissão da CEEE-GT e a aprovação por parte da agência reguladora, seguida da futura formalização do Termo Aditivo ao Contrato dá efetividade a operação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de fevereiro de 2021.

#### **40.8. Acordo Coletivo de Trabalho**

A Companhia vem negociando o Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022 ao longo do primeiro trimestre de 2021. No entanto, estas negociações com os sindicatos não foi exitosa e acarretou na retirada, a partir de 1º de março de 2021, dos benefícios previstos no acordo coletivo até então vigente.

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor Presidente

**Giovani Francisco da Silva**  
Diretor

**Gustavo Balbino Dias da Costa**  
Diretor

**André Boff Cruz**  
Diretor

**Lucio do Prado Nunes**  
Diretor

**Carlos Augusto Tavares de Almeida**  
Diretor

**Elisangela Moura Rodrigues**  
Contadora CRCRS 62384

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor Presidente

**Giovani Francisco da Silva**  
Diretor

**Gustavo Balbino Dias da Costa**  
Diretor

**André Boff Cruz**  
Diretor

**Lucio do Prado Nunes**  
Diretor

**Carlos Augusto Tavares de Almeida**  
Diretor

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor Presidente

**Giovani Francisco da Silva**  
Diretor

**Gustavo Balbino Dias da Costa**  
Diretor

**André Boff Cruz**  
Diretor

**Lucio do Prado Nunes**  
Diretor

**Carlos Augusto Tavares de Almeida**  
Diretor

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido período.

Outrossim, os dividendos propostos na destinação dos resultados do período estão aderentes a capacidade de caixa da Companhia, em consonância com o §4º do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Paulo Roberto Dias Pereira  
Presidente do Conselho Fiscal

Leandro Jacques de Castro  
Conselheiro

Felipe Baptista da Silva  
Conselheiro

César Luís Baumgratz  
Conselheiro

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2020, encerrado em 31 de dezembro de 2020, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Vera Inêz Salgueiro Lermen  
Presidente do Conselho de Administração

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo  
Conselheiro

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva  
Conselheiro

André Boff Cruz  
Conselheiro

Maurício Carvalho Mazzini  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

**Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT**

Porto Alegre – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *IFRS*, emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Desestatização e Cisão

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.2 e 1.2.1 às demonstrações financeiras, onde a Companhia divulga informações sobre o andamento do processo de desestatização e cisão. Em 04 de julho de 2019, foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017. Desta forma, foi autorizada a alienação ou transferência da participação societária, seus ativos e, inclusive, o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na controladora e suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no artigo 3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995. O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 16 de agosto de 2019. Em 31 de março de 2020 a administração publicou Fato Relevante, informando aos acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador

indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT. Em 18 de fevereiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) aprovou a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) (“Incorporadora” e “Cisão Parcial”). A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”). Uma vez verificada a Condição Suspensiva, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á a fim de deliberar acerca da confirmação da verificação da Condição Suspensiva e da eficácia da Cisão Parcial com Incorporação.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

##### 1. Provisão para déficit atuarial em plano de previdência

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 – Provisão para Benefícios a Empregados, a Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrada provisão para benefícios a empregados no passivo circulante e passivo não circulante, nos montantes de R\$ 147.802 mil e R\$ 1.360.948 mil, respectivamente, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** revisão, avaliação e desafio das premissas utilizadas pela administração e seu especialista na determinação da provisão para déficit atuarial; **(b)** análise da qualificação, independência e objetividade do especialista independente contratado pela administração para a elaboração dos laudos atuariais; **(c)** envolvimento de nossos especialistas atuariais para análise, recálculo, desafio das premissas e dos métodos utilizados, avaliação da razoabilidade e consistência com os dados e premissas utilizados, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos) ; **(d)** análise da exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos ; e **(e)** leitura do regulamento do plano.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração provisão para déficit atuarial e respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## 2. Ativo de concessão contratual - Transmissão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuíam registrado ativo de concessão contratual no ativo circulante e ativo não circulante nos montantes de R\$ 704.406 mil e R\$ 2.176.026 mil, respectivamente. Esses ativos contratuais de transmissão referem-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado podem modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, na alteração na taxa de remuneração dos contratos e na reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, **(a)** o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica; **(b)** leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável); **(c)** discussão com a administração sobre os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato; **(e)** com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; **(f)** avaliação das premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração do ativo da concessão e respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor**

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes de reclassificação dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa 4.30, foram examinados por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem ressalvas, em 30 de março de 2020.

Em 13 de agosto de 2020, um outro auditor independente emitiu relatório de revisão sobre as demonstrações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2020, sem modificação, onde, decorrente de sua revisão da referida informação intermediária, a Companhia havia efetuado alteração dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes de reclassificações identificadas na contabilização dos depósitos judiciais, conforme mencionado na nota explicativa 4.30.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes referentes ao ativo de concessão contratual, descritos na nota explicativa 4.30, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 em virtude da aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, examinamos também os ajustes, referente aos saldos de Investimentos, igualmente descritos na Nota Explicativa nº 4.29, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, devido a erros identificados na movimentação dos Investimentos. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021

Romeu Sabino da Silva  
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**  
**COMUNICADO CAE-GT Nº 07 - 29/03/2021**

Ao  
Conselho de Administração da CEEE-GT

## **I. Introdução**

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, cujos membros foram eleitos pelo Conselho de Administração em 08 de abril de 2019, composto por cinco membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). O CAE é o órgão auxiliar do Conselho de Administração e não tem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis.

## **2. Competências**

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da CEEE-GT, observadas as diretrizes de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

Cabe à empresa de auditoria independente contratada, assegurar que as Demonstrações Contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da CEEE-GT, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e da legislação societária, bem como a revisão dos controles internos e dos principais riscos.

Conforme o art. 24, da Lei n. 13.303/16, o CAE deverá monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas pelo Comitê antes da aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração.

No cumprimento dessa atribuição, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais da CEEE-GT sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade dos Auditores Independentes. De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do Comitê não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

As funções do CAE são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

## **3. Demonstrações Financeiras findo em 31.12.2020**

O CAE tomou conhecimento da Minuta das informações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado (informação complementar) e as Notas Explicativas, apresentadas pela Contadora da Companhia na data de 08 de abril de 2021, todas acompanhadas da Minuta do Relatório da Auditoria Independente elaborada pela firma de auditoria independente Grant Thornton Brasil e recebida pelo CAE no dia 08 de abril de 2021.

#### 4. Recomendações

O CAE recomenda que a Diretoria da CEEE-GT: I) aprimore os procedimentos de formalização da aprovação, pela Diretoria Colegiada da Companhia, das premissas a serem informadas ao atuário contratado para a realização dos cálculos atuariais; II) siga aprimorando as atividades de gestão de riscos em toda a Companhia; III) formalize o tratamento tributário da variação cambial negativa sobre os seus passivos e os estudos de recuperabilidade dos seus ativos; IV) revise a não divulgação da responsabilidade solidária da CEEE -GT sobre o passivo de benefício pós emprego em caso de descontinuidade da CEEE-D; V) O CAE recomenda que o Conselho de Administração não se utilize do parecer do Conselho Fiscal para suas conclusões e consequente aprovação ou não das Demonstrações Financeiras, visto que, este último é quem fiscaliza os atos da Administração, além de não ser uma adequada prática de governança corporativa.

#### 5. Informações Adicionais

O CAE tomou conhecimento no dia 31.03.2021 da necessidade de ajustes nas Demonstrações Financeiras da CEEE-GT do exercício findo 31.12.2020 decorrente do resultado de revisão do auditor externo de forma intempestiva, ou seja, após a aprovação das mesmas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Tal fato demonstra o alto nível de fragilidade tanto no processo de elaboração das Demonstrações Financeiras por parte da Diretoria como nos procedimentos do auditor externo. O Comitê de Auditoria se mobilizou na data de 06.04.2021 em reunião extraordinária para apreciar os documentos da versão ajustada das referidas Demonstrações Financeiras, porém, estes não foram disponibilizados. Na data de hoje houve a continuação da reunião do dia 06.04.2021 quando foram disponibilizados documentos ainda em forma de Minuta para apreciação deste Comitê.

Adicionalmente fomos informados que houve outros ajustes além daqueles identificados no processo intempestivo e tardio pelo auditor externo.

A análise do Comitê restringiu-se aos itens constantes no documento enviado pela Contabilidade da Companhia, conforme o texto reproduzido literalmente e na íntegra a seguir:

- **ATIVO**

- **Nota Explicativa nº 11 – Ativo de Concessão Contratual**

- *Apresentação da 3ª coluna com o saldo de abertura de 01/01/2019 (reapresentado), na qual, para fins de apresentação, foi ajustado o valor do ativo contratual em R\$ 38.001 milhões.*

- **Nota Explicativa nº 15 – Investimentos**

- *Ajustado o valor dos investimentos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 3ª coluna de 01/01/2019, tendo como principais variações o ganho de equivalência sobre a TESB, na ordem de R\$ 90 milhões, e a perda de equivalência sobre a TSLE, na ordem de R\$ 70 milhões.*

- **PASSIVO**

- *Nota 24 – foi aberta a coluna para provisões Regulatórias e também acrescida a NE 24.4.2.1 Cíveis – COPEN Companhia de Petróleo Gás e Energia.*

- **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- **Nota Explicativa nº 27.3.1 – Reserva Legal**

- *A reserva legal foi alterada de R\$ 53.146 para R\$ 67.091 milhões em 31/12/2020.*

- **Nota Explicativa nº 27.3.2 – Reserva Especial – Dividendos Não Distribuídos**

- *A Reserva Especial de Dividendos Não Distribuídos foi alterada de R\$ 971.035 para R\$ 1.641.080 em 31/12/2020 devido, principalmente à absorção dos lucros acumulados.*

- **Nota Explicativa nº 27.3.3 – Reserva de Retenção de Lucros**

- *A Reserva de Retenção de Lucros foi alterada de R\$ 208.712 para R\$ 0,00 milhões em 31/12/2020.*

**Lucros Acumulados**

A conta de Lucros Acumulados foi zerada em 31/12/2020.

**Nota Explicativa nº 27.4. Excesso de Reservas de Lucros**

Informando o excedente das reservas sobre o capital e a necessidade de deliberação da Assembleia Geral (art 199 Lei 6404).

- **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

**Nota Explicativa nº 31 – Outras Despesas Operacionais**

Em 31/12/2020, ocorreu o incrementado no valor de R\$ 3.332 milhões, passando de R\$ 41.509 para R\$ 44.841 milhões, devido aos ajustes nas provisões.

Em 31/12/2019, ocorreu a redução no valor de R\$ 1.360 milhão, passando de R\$ 46.203 para R\$ 44.843 milhões, devido aos ajustes nas provisões.

**Resultado Participações Societária**

Em 31/12/2020 o valor foi alterado de R\$ -12.912 para R\$ -75.375 milhões, devido, principalmente aos ajustes de reapresentação sobre resultado de equivalência patrimonial sobre as investidas TESB e TSLE.

**Resultado Antes de IR e CSLL**

Em 31/12/2020, devido aos ajustes mencionados acima, o Resultado Antes de IR e CSLL foi alterado de R\$ 470.580 para R\$ 404.785, significando uma redução de R\$ 65.795 milhões.

Em 31/12/2019, o Resultado Antes de IR e CSLL foi alterado de R\$ 597.199 para R\$ 595.839 milhões, significando um aumento de R\$ 1.360 milhão.

**Lucro Líquido do Período**

Em 31/12/2020, devido aos ajustes mencionados acima, o Lucro do Período foi alterado de R\$ 344.691 para R\$ 278.896, significando uma redução de R\$ 65.795 milhões.

Em 31/12/2019, o Lucro Líquido foi alterado de R\$ 586.975 para R\$ 588.335 milhões, significando um aumento de R\$ 1.360 milhão.

*Na Demonstração do Fluxo de Caixa foram ajustados valores de 2019, bem como adequações entre grupos para melhor apresentação e comparabilidade”.*

**6. Conclusão**

Com base na Minuta das Demonstrações Financeiras, na Minuta do Relatório da Auditoria Externa elaborada pela Grant Thornton Brasil ambos os documentos recebidos pelo CAE no dia 08 de abril de 2021 e as informações prestadas pela área de Contabilidade da Companhia nesta data, este Comitê entende que os ajustes descritos no item 5 deste comunicado foram refletidos na Minuta apreciada pelo CAE. O presente Comunicado é emitido em substituição àquele Comunicado CAE nº 07 de 29.03.2021, e não contempla a avaliação de necessidade ou não de impairment de ativos. No uso de suas atribuições legais e estatutárias, este Comitê entende que Conselho de Administração pode apreciar as demonstrações financeiras e notas explicativas da CEEE-GT, ajustadas, relativas ao exercício findo de 31.12.2020.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Maurício Augusto Souza Lopes  
Presidente do CAE